

**“Nigéria: um país instável como ator de estabilidade externa? As operações de *peacekeeping* na Libéria (1990-1997) e Serra Leoa (1997-2000)”.**

**Dissertação de Mestrado em  
Ciência Política e Relações Internacionais**

**SETEMBRO 2024**



Dissertação apresentada para cumprimento dos requisitos necessários à obtenção do grau de Mestre em Ciência Política e Relações Internacionais, realizada sob a orientação científica do Professor Doutor Rui Henrique Santos e coorientação da Professora Doutora Alexandra Magnólia de Vicente Quirino Alves Dias Saraiva.

*Dedicatória pessoal*

*Gostaria de dedicar este trabalho à jovem menina, que amedrontada e longe de casa, queria desistir, mas que com força e perseverança, este mundo e o outro acabou por conseguir.*

## **AGRADECIMENTOS**

Gostaria de agradecer aos meus pais, Paulo Neto e Rosário Neto, pelo apoio incansável que sempre me deram, por investirem nos meus sonhos, mesmo que isso significasse, por vezes, adiar os deles. Quero agradecer ao meu namorado, Leandro Trindade, por ser o meu porto de abrigo nas horas de tempestade e por me dar a mão nos momentos mais difíceis, ajudando-me a alcançar a calma e a concretizar os meus sonhos. Não existem palavras que descrevam o meu agradecimento para com os três.

Um especial agradecimento ao meu Orientador, Professor Doutor Rui Henrique Santos, que sempre me guiou neste percurso tão desafiante, mas imensamente enriquecedor. Os seus conselhos valiosos, o apoio constante e a sua habilidade de transmitir conhecimento foram verdadeiramente inspiradores e fundamentais para a conclusão da minha investigação. O meu sincero agradecimento.

**“Nigéria: Um país instável como ator de estabilidade externa? As operações de *peacekeeping* na Libéria (1990-1997) e Serra Leoa (1997-2000)”**

**Filipa Marques de Siqueira Neto**

**ABSTRATO:**

**PALAVRAS-CHAVE:** Nigéria, Poder Regional, Hegemonia, Estabilidade Regional, *Peacekeeping*, Legitimidade.

No contexto das instabilidades política e militar africanas, a presente dissertação visou compreender como a política externa nigeriana – desde a sua independência, em 1960, até às intervenções na Libéria e na Serra Leoa, entre 1990 e 2000 – se articulou com as políticas e o contexto doméstico, analisando a pretensão nigeriana de se definir como poder regional e assumir o papel de ator de estabilidade na região.

Através de uma investigação de tipologia explicativa-descritiva, recorrendo a uma abordagem metodológica histórica e sociológica, e à análise documental, pretende-se analisar as relações nas dinâmicas políticas internas e externas nigerianas.

Com a pergunta de partida “De que forma e com que objetivos a política externa nigeriana promoveu a sua intervenção nas operações de *peacekeeping* na Libéria e na Serra Leoa?”, define-se uma estrutura de quatro capítulos.

Primeiro, um enquadramento teórico-conceptual – o Realismo Neoclássico – que serve como abordagem de leitura dos eventos e seus relacionamentos. Segundo, a reconstrução das linhas condutoras da política externa nigeriana, desde a sua

independência, situando atores e evoluções políticas. Por último, o terceiro e quarto capítulo visam contextualizar os conflitos na Libéria e Serra Leoa, elencando razões internas e sistêmicas que explicam a participação nigeriana nas respectivas operações de *peacekeeping*.

Pretende-se contribuir, a dois tempos, para uma análise adicional sobre, primeiro, o papel de uma potência regional num continente por vezes negligenciado nas análises em Relações Internacionais, e, segundo, como essa mesma potência, a Nigéria, parece habitar um paradoxo triplo, entre as suas pretensões regionais, as obrigações para com a comunidade internacional, e insegurança e vulnerabilidades internas.

#### **ABSTRACT:**

**KEYWORDS:** Nigeria, Regional Power, Hegemony, Regional Stability, Peacekeeping, Legitimacy.

In the context of African political and military instability, this dissertation aims to understand how Nigerian foreign policy - from its independence in 1960 to its interventions in Liberia and Sierra Leone between 1990 and 2000 - was articulated with domestic policies and context. It analyses Nigeria's aspiration to define itself as a regional power and assume the role of a stabilizing actor in the region.

Through an explanatory-descriptive investigation, using a historical and sociological methodological approach and document analysis, the goal is to examine the relationships between Nigeria's internal and external political dynamics.

The guiding question is: "In what way and with what objectives did Nigerian foreign policy promote its intervention in peacekeeping operations in Liberia and Sierra Leone?" This question is explored through a structure of four chapters.

First, a theoretical-conceptual framework - Neoclassical Realism - serves as a lens for interpreting the events and their relationships. Second, the dissertation reconstructs the main lines of Nigerian foreign policy since its independence, identifying key actors and political developments. Lastly, the third and fourth chapters aim to contextualize the

conflicts in Liberia and Sierra Leone, outlining internal and systemic reasons that explain Nigeria's participation in the respective peacekeeping operations.

The aim of this investigation is to provide both an additional analysis on the role of a regional power in a continent often neglected in international relations analyses; and to examine how Nigeria, as a regional power, appears to inhabit a triple paradox between its regional ambitions, obligations to the international community, and internal insecurity and vulnerabilities.



## ÍNDICE

INTRODUÇÃO.....	1
ESTADO DA ARTE .....	2
PROBLEMATIZAÇÃO .....	9
METODOLOGIA.....	10
ESTRUTURA DA DISSERTAÇÃO .....	11
CAPÍTULO 1 - ENQUADRAMENTO TEÓRICO E CONCEPTUAL .....	14
1.1. Introdução.....	14
1.2. Abordagens Teóricas .....	14
1.3. O Realismo Neoclássico .....	17
CAPÍTULO 2- POLÍTICA EXTERNA NIGERIANA .....	20
2.1. Introdução .....	20
2.2. Histórico Político Nigeriano (1960- 1993) .....	21
2.2.1. Primeira República- Balewa (1960-66).....	21
2.2.2. Administração de Ironsi (janeiro- julho 1966).....	26
2.2.3. Administração de Gowon (1966-75).....	27
2.2.4. Administração de Mohammed e Obasanjo (1975- 79) .....	30
2.2.5. Segunda República- Shagari (1979-83) .....	35
2.2.6. Administração de Buhari (1983- 1985).....	38
2.2.7. Administração de Babangida (1985-93) .....	40
2.3. Síntese Conclusiva.....	43
CAPÍTULO 3- OPERAÇÕES DE PAZ NIGERIANAS- O CASO DA LIBÉRIA .....	45
3.1. Introdução .....	45
3.2. Contexto Doméstico Antes e Durante à Intervenção na Libéria.....	46
3.3. A Intervenção Nigeriana na Libéria.....	52
3.4. Síntese Conclusiva.....	63
CAPÍTULO 4- OPERAÇÕES DE PAZ NIGERIANAS- O CASO DA SERRA LEOA .....	66

4.1. Introdução .....	66
4.2. Contexto Doméstico Precedente e Coetâneo à Intervenção na Serra Leoa. ....	67
4.3. A Intervenção Nigeriana na Serra Leoa.....	72
4.4. Síntese Conclusiva.....	85
CONCLUSÃO.....	88
BIBLIOGRAFIA.....	91

## LISTA DE ABREVIATURAS

ABN - Association for a Better Nigeria

AD - Alliance for Democracy

AFRC - Armed Forces Ruling Council

APC - All People's Congress

APP - All People's Party

CD - Campaign for Democracy

CDD- Ghana - Center for Democratic Development

CDF - Civil Defense Forces

ECOMOG - Economic Community of the West African States Monitoring Group

ECOWAS - Economic Community of West African States

EFCC - Economic and Financial Crimes Commission

FDI - Foreign Direct Investment

IDASA - Institute for Democracy in South Africa

IGC - Interim Governing Council

INEC - Interim National Electoral Commission

ING - Interim National Government

INPFL - Independent National Patriotic Front of Liberia

IRCSL - Inter-Religious Council of Sierra Leone

IREEP Benin - Institute for Research in Empirical Political Economy

LDF - Lofa Defence Force

LPC - Liberian Peace Council

MAD - Movement for the Advancement of Democracy

MASSOB - Movement for the Actualisation of the Sovereign State of Biafra

MEND - Movement for the Emancipation of the Niger Delta

MOSOP - Movement for the Survival of the Ogoni People

NADECO - National Democratic Coalition

NANS - National Associations of Nigerian Students

NCNC - Nacional Council of Nigeria and Cameroons

NLC - Nigerian Labour Congress

NMG - Neutral Monitoring Group

NPC - Nothern People's Congress

NPFL - National Patriotic Front of Liberia

NPN - National Party of Nigeria

NPP - National Patriotic Party

NPRA - National Patriotic Reconstruction Assembly

NPRC - National Provisional Ruling Council

NRC - National Republican Convention

OAU - Organization of African Unity

OIC - Organization of the Islamic Conference

OPEC - Organization of the Petroleum Exporting Countries

PDP - People's Democratic Party

PPP - Progressive People's Party

PRC - Provisional Ruling Council

PRC - People's Redemption Council

RUF - Revolutionary United Front

RUF - Revolutionary United Front Party

SAP - Structural Adjustment Program

SDP - Social Democratic Party

SLA - Sierra Leonean Army

SLPP - Sierra Leone People's Party

SWAPO - West Africa People's Organization

ULAA - Union of Liberian Associations in the Americas

ULIMO - United Liberation Movement for Democracy

UNAMSIL - United Nations Mission in Sierra Leone

UNOMSIL - United Nations Observer Mission in Sierra Leone

WAI - War Against Indiscipline



## INTRODUÇÃO

A irrelevância que durante anos se atribuiu ao continente e poder africano, no âmbito da política internacional, é encontrada no pensamento e obra de autores realistas clássicos ou estruturais como Morgenthau e Waltz (Coffie & Tiky, 2021, p. 246), que marcaram inabalavelmente a forma como as Relações Internacionais, enquanto disciplina científica, abordaram o continente durante décadas.

Apesar dos trabalhos de intelectuais críticos, como Wallerstein (Wallerstein, 1974) e Cox (Cox, 1981), das teorizações da dependência<sup>1</sup> e pós-coloniais<sup>2</sup>, que visaram sublinhar a assimetria da centralidade Ocidental face à periferia, onde se inclui, entre outros, África, é o trabalho de autores como Acharya (Coffie & Tiky, 2021, p. 244), que permitem atribuir destaque ao comportamento dos agentes, estados, atores não estatais e instituições regionais, do chamado Sul Global, na política internacional, descentralizando a hegemonia anterior, de cariz eurocêntrica.

É nesse enquadramento, que ambicionam Relações Internacionais mais globais, que se configura esta dissertação, dedicada ao tema da política externa nigeriana.

A Nigéria “pré- colonial” foi marcada pela co-existência de sistemas político-sociais variados, nos quais os seus representantes eram vistos como um constituinte orgânico da sociedade (Iweriebor, 1982, p. 507). Neste período, as trocas comerciais eram um constituinte basilar da sociedade, uma vez que se traduziam ainda num momento de interação social, política e, até, religiosa (Olaoba & Ojo, 2014, p. 112).

Com a implementação do poderio colonial britânico, em Lagos, por volta da segunda metade do século XIX, consolidado em toda a Nigéria em 1900, verificou-se uma mudança do paradigma estrutural do setor comercial, observando-se um favorecimento da economia colonial britânica (Olaoba & Ojo, 2014, p. 115). A introdução de medidas económicas liberais e a tentativa de implementação de estruturas e instituições democráticas, visadas na “missão civilizadora” do Império Britânico, constituíram uma transição idelével na ideologia social, política e económica da sociedade nigeriana (Iweriebor, 1982, p. 509).

A história da Nigéria *moderna* e independente do Império Britânico inicia-se, de forma integral, em 1960, sendo de imediato marcada por fraturas várias entre os diferentes

---

<sup>1</sup> Com trabalhos iniciais a serem desenvolvidos por Prebisch (Prebisch, 1950) e Singer (Singer, 1949), respetivamente.

<sup>2</sup> Ressaltando-se a contribuição inicial de Fanon (Fanon, 1961).

e múltiplos grupos étnicos que a compõem, resultando em diferendos e oscilações de regime político, conflitos internos e externos, resolvidos pela força das armas, entre sucessivos golpes de estado e mudanças de lideranças.

Mas estas constantes convulsões domésticas foram sempre acompanhadas, em várias periodizações temporais, por uma pretensão nigeriana em se constituir como um poder regional, e mesmo, em ambicionar ou conseguir um estatuto hegemónico continental.

Por isso, de forma a circunscrever-se a análise a um objeto de estudo mais definido, pretende-se descrever e explicar como as intervenções nigerianas na Libéria e na Serra Leoa, na década de 1990, se enquadraram nas ambições políticas de Lagos, e hoje, Abuja, como as mesmas operações foram justificadas domesticamente, e como pretenderam evidenciar, e de que tipo, agência e poder nigeriano, no sistema regional de estados.

## ESTADO DA ARTE

De forma a sistematizarmos alguns dos conteúdos centrais tratados nesta dissertação, abordam-se nesta secção três elementos. Primeiro, a forma como a literatura analisa a caracterização da política externa nigeriana, segundo, as tipologias de poder, e, por último, a natureza e resultados de operações de *peacekeeping*.

Pretende-se, assim, enquadrar a forma como o Tema - a política externa nigeriana - e o objeto de estudo – as intervenções nigerianas na Libéria e na Serra Leoa - se intercetam, e como o conhecimento académico tem avaliado o contributo nigeriano.

A África Ocidental é desde cedo reconhecida pela sua instabilidade e propensão para o surgimento de conflitos hostis, tendo sido este o mote para a proliferação da missão civilizacional presente nas políticas e ações do colonialismo. Apesar das políticas coloniais e dos tratados e acordos históricos socioeconómicos estabelecidos entre estados vizinhos, a região continua a ser assolada pela instabilidade (Obi, 2008, pp. 183-184).

Ao longo das décadas, a Nigéria tem tentado fazer face ao ambiente de conflitualidade do Ocidente africano, nomeadamente através da sua política externa. Nesse sentido, podemos identificar três momentos distintos da política externa nigeriana.

Imediatamente a seguir à sua independência, em 1960, a política externa nigeriana defendia um conjunto de ideais mais conservadores e ainda muito ligados ao seu passado colonial, verificando-se uma tendência pró-britânica e pró-Occidente (Obi, 2008, p. 188).

Neste período, a Nigéria procurou manter o *status-quo* político e económico, quer no contexto doméstico, quer no domínio internacional, preservando subliminarmente uma disposição “pró-Occidental”, que divergia da sua posição de neutralidade e de “não alinhamento” (Ayam, 1999, p. 180).

O segundo momento inicia-se com o fim da guerra civil, em 1970, ao apresentar a importância que a política externa desenvolvida pelo país tem na sua segurança nacional (Obi, 2008, p. 188). Com a descolonização, a Nigéria entende que deveria apostar em ideais afrocêntricos e na defesa do progresso económico da região, aspirando à liderança regional como forma de concretização dos seus interesses nacionais (Obi, 2008, p. 188).

É neste período que, segundo Ojatorotu & Adeleke (2017, pp. 38 e 49), a política externa nigeriana tenta concretizar o “Destino Manifesto da Nigéria”, que definiu políticas como a “Pax Nigeriana”. Desse modo, a Nigéria procurou definir a sua esfera de influência ao projetar-se como “sucessor natural” à posição de “gigante de África” (Obi, 2008, p. 188).

Segundo Ayam (1999, pp. 180-181), Balewa e a sua administração procuraram estimular a economia e o crescimento da indústria nigeriana, de modo a estabelecer a Nigéria como peça fundamental do mercado cooperativo africano, nomeadamente ao adotar políticas que promovessem, simultaneamente, a vertente indígena e o investimento estrangeiro, possibilitando a consolidação da indústria nigeriana, a integração económica na região Ocidental de África e, posteriormente, a inclusão de toda a economia africana.

Parte significativa da diplomacia exercida pela Nigéria a partir deste período, nomeadamente com os seus estados vizinhos, pode ser definida como tendo uma forte dimensão económica, contexto este que consolidou a necessidade de construção de um sistema de promoção económica regional, como a ECOWAS, que fizesse face à dependência francesa destes estados (Nuamah, 2003, p. 11). Para além disso, segundo Obi (2008, p.185), a promoção e integração dos países pertencentes à região da África Ocidental garantiria a estabilidade da mesma, pelo que os desafios de segurança enfrentados estavam intrinsecamente ligados a uma dimensão política, económica e de justiça social.

Com o fim da Guerra Fria, estados em vias de desenvolvimento, com uma dimensão económica, humana e militar como a da Nigéria, procuraram obter influência e poder no sistema internacional, que deixa de ser palco do “conflito bipolar” e passa a dar destaque à unipolaridade norte- americana (Nuamah, 2003, p. 4).

É neste contexto que vemos emergir um novo período da política externa nigeriana: no novo cenário do sistema internacional, a Nigéria tentou afirmar, através da sua política externa, a cultura africana, promovendo, paralelamente a defesa destes ideais afrocêntricos e a economia de outros estados recém independentes, verificando-se, no entanto, segundo Obi (2008, p.189), a partir de 1990, um progressivo crescimento e fortalecimento dos laços económicos franco-nigerianos, acompanhados pela mudança da própria política externa francesa, que abandona uma posição paternalista para com os estados africanos francófonos, herdada do colonialismo.

Apesar dos esforços para cumprir o seu “Destino Manifesto”, nomeadamente através da defesa de ideais afrocêntricos e da criação da ECOWAS, a Nigéria revelou-se incapaz de se estabelecer firmemente enquanto hegemonia regional, sobretudo devido à sua instabilidade interna.

Tal como evidencia Nuamah (2003, p.5), as dimensões interna e externa de um estado estão intimamente ligadas, e, portanto, quando analisamos a política externa nigeriana, percebemos que as suas ambições estão desfasadas e deslocadas da eventual contribuição para a resolução dos problemas internos que a Nigéria enfrenta, tais como a pobreza, a insegurança e a decadência das instituições públicas e políticas. Por outro lado, estas condicionantes sociais, aliadas à dependência da economia interna face à indústria do petróleo, e aos conflitos étnicos e religiosos, influenciam e limitam as políticas externas definidas pela Nigéria (Nuamah, 2003, p. 5).

Nesse sentido, a procura da concretização da “Pax Nigeriana”, contemplada na sua política externa, contribuiu, no domínio doméstico, para a degradação das relações entre estado e sociedade, sobretudo aquando das intervenções na Libéria e na Serra Leoa, já que os nigerianos entendiam que estas ações drenavam economicamente o país, limitando o potencial interno e impedindo a resolução de problemas no domínio doméstico (Adebajo, Nigeria: Africa's New Gendarme?, 2000, pp. 195-196).

Dessa forma, entende-se que, ainda que a Nigéria tenha capacidade económica, demográfica e militar, que lhe permitiram intervir em ações externas, a pobreza, a

insegurança e a instabilidade interna condicionam a suas ambições a nível regional, mostrando-se vulnerável perante a sua esfera de influência e o sistema internacional (Nuamah, 2003, p. 19).

Contudo, e não obstante as limitações apontadas pela literatura, a Nigéria compreende-se enquanto detentora de poder, analisando-se assim o segundo elemento neste Estado da Arte.

Segundo Fletes (2007, pp. 7-9), no sistema internacional existem várias tipologias de Poder: Super Potências, Grandes Potências, Potências Intermédias e Poderes Regionais. Consideramos que a Nigéria está inserida no que podemos designar de poder regional.

Um poder regional é definido como um poder ou estado indispensável para a região, na medida em que exerce influência nos domínios político, económico e diplomático, sendo o mesmo o responsável por zelar pelo progresso, pela estabilidade, e pelo bem-estar político e económico da região, garantindo a manutenção da paz na região, atuando como “autoridade moral” (Fletes, 2007, p. 10).

Fletes (2007, pp. 12-14) acrescenta que um aspirante a poder regional deve pré-definir os argumentos que justificam a sua pretensão à liderança, delimitando a sua esfera de influência, deter poder económico, capacidade militar e influência ideológica, estando disponível para conceder suporte económico aos estados pertencentes à sua esfera de influência, garantindo a sua segurança e exercendo influência no campo político e ideológico, assegurando a sua legitimidade, bem como a coesão na região delimitada.

A política externa é também entendida como um mecanismo de promoção da estabilidade política, sobretudo por considerar uma planificação das ações e políticas a longo prazo, fortalecendo o princípio da legitimidade através das mesmas (Margolis, 2010, p. 340).

Uma das formas da Nigéria se procurar afirmar como poder regional e garantir a sua legitimidade, foi através da tentativa de implementação da estabilidade na região da África Ocidental, nomeadamente através de operações como as que se desenvolveram na Libéria e na Serra Leoa, na década de 1990.

Segundo Margolis (2010, p. 332), a estabilidade política só é alcançada quando todos os pressupostos da estabilidade do estado são assegurados, bem como o

corelacionamento harmonioso e uniforme dos pressupostos estabelecidos pela própria estabilidade política. Nesse sentido, dever-se-á proceder a uma avaliação da relação entre estado e sociedade, compreendendo na mesma o entendimento da estabilidade política através da garantia do cumprimento de conceitos como autoridade, resiliência, legitimidade, reposição e, em alguns casos, oportunidade<sup>3</sup> no “objeto político” (Margolis, 2010, pp. 333-336).

As operações de estabilidade, contempladas pela teoria da estabilidade política, consideram a ausência de violência e a interação entre estados, a habilidade de lidar e conduzir as mudanças das estruturas “societais”, bem como o garante da funcionalidade e cumprimento das responsabilidades, segurança, oportunidades e acesso dos cidadãos aos serviços públicos<sup>4</sup>, assim como o desenvolvimento dos papéis formais, definidos pela autoridade, codificados por *standards* e implementados pelos meios oficiais, e dos papéis informais, definidos e assegurados pelas interações sociais<sup>5</sup>, como sendo fundamentais para a sua concretização (Margolis, 2010, pp. 327-329, 331, 339).

Desde a década de 1960, que a política externa nigeriana contempla o “apoio moral e material aos movimentos de libertação” dos estados pertencentes à sua esfera de influência (Ayam, 1999, p. 181).

O exemplo que Ayam (1999, p.181) nos apresenta remete para o Congo, no qual a facção Kasavubu, que se opunha ao governo de Lumumba, era auxiliado pelo movimento comunista, e, posteriormente, na primeira e segunda invasão do Zaire, contaram com o apoio nigeriano. Também a região Ocidental do Sahara pôde contar com o auxílio da Nigéria na recusa do reconhecimento das forças da Frente Polisário, que defendia a independência da República Democrática Árabe Saharaui face a Marrocos (Ayam, 1999, p. 181). Já no Chade, a Nigéria apoiou as forças Ocidentais, ao fazer parte do corpo das operações de manutenção de paz, que possibilitaram a ascensão de Hissène Habré ao poder (Ayam, 1999, p. 181).

Assim, as operações de manutenção de paz, promovidas no contexto da procura de estabilidade na região, revelam a dois tempos, a capacidade e a vontade da política

---

<sup>3</sup> A oportunidade está dependente de condições sociais, económicas e do contexto (Margolis, 2010, pp. 337-338).

<sup>4</sup> Pilares fundamentais definidos pela autora para a estabilidade do estado.

<sup>5</sup> Princípios estruturais da estabilidade política, apontados pela autora.

externa de um país, no caso a Nigéria, em contribuir para a resolução de conflitos e exercer poder, na sua esfera de atuação regional.

Como salientam A. Koops et al. (2015, p.17), o fim da Guerra Fria poderá explicar a existência de uma propensão para o conflito e de uma instabilidade visível no continente africano, que conduzem à criação de missões cujo objetivo é implementar a paz e garantir a estabilidade no continente.

As missões de paz desempenhadas no continente africano, têm como objetivo do mandato, com ou sem ligação às Nações Unidas, cessar ou prevenir um conflito armado e conceder assistência no processo de implementação de paz (A. Koops et al., 2015, p. 13).

Desde 1947, que a região da África Subsaariana conta com mais de metade do total das operações de paz reconhecidas pelas Nações Unidas no continente africano, identificando-se duas vagas no que toca ao número das mesmas: a primeira no início da década de 1990 e a seguinte no começo da década de 2000 (A. Koops et al., 2015, p. 21 e 23).

Segundo A. Koops et al., a grande parte destas operações definiram-se como missões de *peacekeeping*, e foram dirigidas por instituições e comunidades regionais, como a *Economic Community of West African States* (ECOWAS), que ao longo das décadas se revelou fundamental nos processos de manutenção da paz (A. Koops et al., 2015, p. 13 e 23).

A ECOWAS foi criada em 1975, em Lagos, na Nigéria, por líderes de estado e governadores de quinze países da África Ocidental - Burquina Faso, Costa do Marfim, Gâmbia, Gana, Guiné, Guiné-Bissau, Libéria, Mali, Mauritânia, Níger, Nigéria, República do Benim, República Togolesa, Senegal e Serra Leoa - com o objetivo de “promover a integração económica na região” (About ECOWAS, s.d.). Nesse sentido, o florescer económico passava pela criação de um equilíbrio na região, que justificava as missões desenvolvidas por esta instituição.

As operações de *peacekeeping* desempenhadas na década de 1990 pela ECOWAS, na Libéria e na Serra Leoa, sob alçada da Nigéria, mostraram a importância das comunidades regionais no desenvolver destas missões, sobretudo quando as Nações

Unidas eram vistas como incapazes de gerir e controlar “operações de paz mais complexas” (A. Koops et al., 2015, p. 20 e 23).

As missões de manutenção da paz (*peacekeeping*) eram desenvolvidas por elementos pertencentes às forças militares e/ou policiais, e destinadas a “desafios concretos” de gestão e controlo de focos de conflito numa região (A. Koops et al., 2015, p.2). Estas ações deveriam seguir os princípios da neutralidade e imparcialidade de forma a garantir que as forças do conflito respeitem as normas e processos de paz, podendo as forças militares e/ou policiais recorrer ao uso da força para assegurar o cumprimento do mandato estabelecido (A. Koops et al., 2015, pp. 2-3)

Segundo Martin- Brûlé (2017, p.24), as operações de manutenção de paz desenvolvidas na Libéria e na Serra Leoa fazem parte de uma tendência observável do pós-Guerra Fria, que pretendia restaurar a paz nos países que até então estavam submersos num conflito hostil e/ou de guerra civil. Ainda que o sucesso das operações de paz tenha por base indicadores como o contexto e o timing da intervenção, o tipo de interveniente e de estratégia adotada, Martin-Brûlé (2017, p. 25 e 42) define quatro possíveis resultados para estas intervenções:

O primeiro, que pode ser qualificado como “Sucesso”, indicará que o mandato foi cumprido e a ordem reestabelecida. Um segundo, “Sucesso Parcial”, com mandato não cumprido integralmente mas ordem reestabelecida, o terceiro, “Falha Parcial”, no qual apesar do mandato cumprido, a ordem não é reestabelecida, e, por último, “Fracasso”, verificando-se que nem o mandato nem a ordem são alcançados (Martin-Brûlé, 2017, p. 25 e 42).

As operações na Libéria (1990- 1997) e na Serra Leoa (1997- 2000), revelaram falhar parcialmente, na medida em que o mandato estabelecido foi alcançado, no entanto o restabelecimento da ordem não se consolidou (Martin-Brûlé, 2017, p. 106 e 148).

Ainda que com uma Falha Parcial, alguns estados-membros da ECOWAS, com influência francófona, viram as intervenções nigerianas, na Libéria e na Serra Leoa, como uma tentativa da Nigéria de implementar uma “Pax Nigeriana”, contemplada na sua política externa, na esfera regional da África Ocidental (Ojatorotu & Adeleke, 2017, p. 49).

Na literatura podemos identificar como lacuna a ausência de uma análise mais específica sobre a influência da dimensão interna, atendendo nomeadamente às fragilidades patentes nos campos social, económico e político nigeriano, e a forma como o país se enquadra como poder e garante externo, e como as operações de *peacekeeping*, em concreto, as da Libéria e da Serra Leoa, na década de 1990, serviram de projeção de poder ou se foram constringidas na sua amplitude, pelas anteriormente referidas fragilidades domésticas.

## PROBLEMATIZAÇÃO

No que respeita à problematização, definem-se dois objetivos gerais:

- a. entender a evolução da política externa nigeriana desde a sua independência até às intervenções na Libéria e na Serra Leoa
- b. compreender de que forma estas ações contribuíram para as ambições nigerianas de se tornar uma hegemonia regional.

Relativamente aos elementos que atenderão em particular ao objeto de estudo no qual se pretende concretizar esta dissertação, delimitamos dois objetivos específicos:

- i. descrever como, no contexto da política externa nigeriana, se justificaram interna e externamente as intervenções na Libéria (1990-1997) e na Serra Leoa (1997-2000);
- ii. analisar a dualidade existente entre a instabilidade interna nigeriana e as suas pretensões de funcionar como actor de estabilidade regional.

Assim, a presente dissertação com o título “Nigéria: Um país instável como ator de estabilidade externa? As operações de *peacekeeping* na Libéria (1990-1997) e Serra Leoa (1997-2000)”, tem como pergunta de partida:

“De que forma e com que objetivos a política externa nigeriana promoveu a sua intervenção nas operações de *peacekeeping* na Libéria e na Serra Leoa?”

Para se acrescentar profundidade a esta questão inicial, e de maneira a relacionarmos outras dimensões de análise, acrescentam-se duas perguntas derivadas:

PD1 – Quais os incentivos que levaram a Nigéria a actuar nas duas ocasiões?

H1 – exercício de poder promovido internamente como garante de estabilização regional;

H2 – estímulos do sistema internacional, promovidos institucionalmente e aceites enquanto *encargo* pela Nigéria.

PD2 – De que forma as divisões e fragilidades internas nigerianas, condicionaram a atuação nigeriana aquando das operações de *peacekeeping* na Libéria e Serra Leoa?

H3 – a Nigéria demonstrou capacidade de separar as duas dimensões, assumindo o seu papel de poder regional, desempenhando com sucesso as duas intervenções;

H4 – os condicionamentos internos impactaram no desempenho nigeriano nos casos em estudo.

Temos assim como variável dependente, a relação entre a política interna e a política externa nigeriana, e como variáveis independentes:

- a. a mobilização doméstica para ações externas;
- b. a coerência da política externa nigeriana relacionada com operações de *peacekeeping* da ONU;
- c. o reconhecimento regional do poder nigeriano;
- d. os resultados dos desempenhos nigerianos em operações de *peacekeeping*.

## METODOLOGIA

Para a presente investigação adotar-se-á uma abordagem metodológica histórica (Quirk, 2008) e sociológica (Kratochwil, 2008). Tendo em conta a complexidade da padronização cíclica e das ruturas observáveis na história (Quirk, 2008, p. 532), recorrendo à abordagem histórica pretende-se evidenciar e identificar momentos de continuidade nos processos de formulação e decisão da política externa nigeriana, atendendo aos casos de estudo.

Considerando que a identidade de um estado não é estática e que varia de acordo com as interações sociais dos seus membros, que podem formar “grupos de interesse” em

campos como o político (Kratochwil, 2008, p. 458), a segunda abordagem possibilita compreender e acompanhar no tempo, a forma como as elites nigerianas, essenciais nas mesmas deliberações, articularam a formulação de políticas e decisões.

A dissertação adota uma tipologia de investigação explicativa-descritiva, considerando que se pretende identificar a natureza, extensão e efeitos da relação entre política interna e política externa nigeriana, como as elites nigerianas influenciam a política externa da Nigéria e quais as suas repercussões, e identificar componentes de padronização e/ou diferenciação nessas mesmas relações, ao longo do tempo.

Para tal, o processo de pesquisa seguirá métodos qualitativos de recolha e tratamento de informação, essencialmente recorrendo-se da análise documental (A. Bowen, 2009), para, através de uma análise crítica e contextual, se conseguir enquadrar através dos principais discursos dos diferentes responsáveis políticos nigerianos, documentos estratégicos relativos à política externa nigeriana, e caracterizar as justificações e explicações veiculadas como racionais de decisão das ações de política externa em análise nos casos em estudo. Da mesma forma, a atenção recairá sobre documentos como resoluções do Conselho de Segurança das Nações Unidas, e o acompanhamento de fontes secundárias que permitam contextualizar a avaliação coetânea dos processos e ações. Sendo que o Realismo Neoclássico aponta como fulcral a dinâmica estabelecida entre estímulos sistémicos e domésticos, o tratamento desta informação permitirá uma visão mais ampla sobre o fenómeno, associando variáveis e atores, com vista a refletir e entender as razões e motivações sobre as operações externas desenvolvidas por Lagos e, posteriormente, Abuja.

## ESTRUTURA DA DISSERTAÇÃO

De forma a tornar claro o entendimento da estrutura da presente dissertação, considera-se importante construir um mapeamento dos temas a tratar ao longo da mesma, de forma a estabelecer uma linha de pensamento clara que possibilite compreender os eventos e conceitos definidos.

Assim, no capítulo um procurar-se-á definir a estrutura teórico-conceitual da presente dissertação, começando por tratar da abordagem da Teoria das Relações

Internacionais que mais se adequa ao caso de estudo apontado, e que possibilitará entender as intervenções e ações tomadas pela Nigéria na Libéria e na Serra Leoa, na década de 1990.

A literatura aponta o Realismo Neoclássico como a teoria que melhor se enquadra neste contexto, já que permite entender de que forma se desenvolve a relação entre estado e sociedade e como é que essa relação promove ou constrange as políticas externas adotadas pelos estados.

Para justificar a escolha da abordagem selecionada, pretende-se ainda explicar as limitações do Realismo Estrutural, Construtivismo e Liberalismo, que nos levam a adotar o Realismo Neoclássico.

Através do Realismo Neoclássico, podemos entender como e porquê que um estado efetua determinadas escolhas e adaptações de políticas externas, explicando, simultaneamente, as respostas adotadas pelo mesmo face aos imperativos internos.

No segundo capítulo, procurar-se-á entender aquelas que foram as linhas condutoras da política externa nigeriana, fazendo uma desconstrução e explicando as ações e políticas desenvolvidas no âmbito externo.

Dessa forma, iniciar-se-á o capítulo pela definição da tipologia de poder na qual a Nigéria está inserida, procedendo-se à definição dos círculos de poder existentes no sistema internacional, dando foco à conceptualização de poder regional e os requisitos associados a este.

Nesse sentido, apresentar-se-á quais as razões que levaram a Nigéria a procurar estabelecer-se com um poder regional na África Ocidental, ao definir e interpretar os papéis e ações desenvolvidas pela Nigéria na região, no âmbito da sua política externa, nomeadamente pela definição das linhas condutoras das operações de *peacekeeping* dos casos de estudo.

No seguimento do capítulo anterior, entenderemos como a literatura mostra que é fundamental definir e analisar os constrangimentos internos à concretização da ambição nigeriana. Nesse sentido, no terceiro e quarto capítulo procurar-se-á delinear quais são as razões que têm, ao longo das décadas, condicionado a política externa da Nigéria, impedindo-a de concretizar os objetivos definidos enquanto poder regional, nomeadamente ao analisar as intervenções da Nigéria na Libéria e na Serra Leoa, na

década de 1990, interpretando as ações desenvolvidas em ambos os contextos, bem como os resultados, e entender se as mesmas foram ao encontro da política externa definida pela Nigéria.

Assim, no início do terceiro e quarto capítulo, pretende-se definir o contexto regional no qual se desenvolveram as intervenções na Libéria e na Serra Leoa, respetivamente, por parte da Nigéria. Por conseguinte, abordar-se-ão as intervenções desenvolvidas pela Nigéria nos dois países, bem como qual o papel desenvolvido por atores como a ONU, a ECOWAS, a ECOMOG. Nos respetivos capítulos, pretende-se ainda analisar a tipologia de intervenções desenvolvidas e reforçar a justificação para a sua escolha.

Os capítulos três e quatro serão dedicados a uma abordagem mais detalhada das operações da Nigéria na Libéria e na Serra Leoa, respetivamente, procurando-se entender o contexto histórico de ambas, colocando em evidência as razões que justificaram o desenvolvimento destas operações. Mais ainda, pretende-se mostrar quais foram os resultados destas ações e o que as mesmas revelam sobre os atores envolvidos.

Na conclusão procurar-se-á evidenciar a relevância do tema para as Relações Internacionais, bem como salientar as contribuições que a presente dissertação teve para a literatura, apresentando de forma clara como foram respondidas as hipóteses, e os argumentos validados, ao longo dos capítulos três e quatro, indicando possíveis constrangimentos que possam vir a surgir durante a investigação, bem como que soluções foram mais adequadas para a resolução dos mesmos, contribuindo para a resolução de problemas em investigações futuras, na área das Relações Internacionais.

## CAPÍTULO 1 - ENQUADRAMENTO TEÓRICO E CONCEPTUAL

### 1.1. Introdução

No contexto das Relações Internacionais, podemos averiguar que existem abordagens *mainstream* que conceptualizam a noção de estado e a posição deste no sistema internacional. Nesse sentido, consoante o caso que se pretende analisar, dever-se-á considerar a abordagem que mais se adequa aos contextos e relações de ideias a abordar.

No presente capítulo, analisar-se-á o Realismo Estrutural, o Liberalismo e o Construtivismo, apontando os traços que os definem assim como as limitações que os impedem de ser aplicados ao caso de estudo desta dissertação.

Perante as limitações apresentadas, considerar-se-á o Realismo Neoclássico como a abordagem a adotar, tendo em conta que esta contempla variáveis internas e externas na conceptualização dos estados no sistema internacional, ultrapassando os limites da teoria da “black box”, que desconsidera as ideias e valores que os definem e que se espelham nas decisões e ações desenvolvidas pelos mesmos no domínio externo. Esta escolha será sustentada através da aplicação dos princípios da teoria ao caso da Nigéria.

### 1.2. Abordagens Teóricas

No presente capítulo, procurar-se-á definir a forma como as abordagens *mainstream* das Relações Internacionais, o Realismo Estrutural, o Liberalismo e o Construtivismo, explicam fenómenos e priorizam entendimentos sobre ocorrências e consequências no campo da política internacional.

O Realismo Estrutural é uma corrente proveniente da evolução da abordagem realista, que defende que os limites impostos à política pelo egoísmo e pela anarquia, a inexistência de um poder soberano que imponha regras aos atores do sistema internacional, fazem com que os estados procurem poder e segurança (Donnelly, p. 30). No contexto do Realismo, podemos identificar o trabalho fundamental Waltz e a sua análise sobre como unidades em anarquia têm como intuito a sua sobrevivência, procurando alcançar um equilíbrio de poderes de forma a seguirem os seus interesses nacionais (Donnelly, p. 35 e 39).

Para o Realismo Estrutural, a distribuição de poder no sistema internacional, que pode assumir as formas de unipolaridade, bipolaridade e multipolaridade (Donnelly, pp. 38-39), e a já mencionada anarquia, são as determinantes do que ocorre no comportamento das unidades que o compõem, e não tanto a forma ou o conteúdo dos seus regimes ou sistemas políticos, negligenciando-se assim o que se passa dentro do estado.

No que concerne a abordagem construtivista, o conceito de anarquia pode adotar vários significados consoante aquilo que o estado em questão lhe atribui (Hopf, 1998, p. 174). Tendo em conta que há uma mutabilidade associada ao conceito, então, a anarquia não é constante nas relações que se estabelecem no âmbito do sistema internacional, não passando a mesma de uma conceptualização imaginário fruto de ideias neorrealistas (Hopf, 1998, p. 174)

Segundo Hopf (1998, p. 174), o Construtivismo dá importância à identidade dos estados, identidade essa que permite transpor as suas preferências para o plano internacional, permitindo aos demais identificar os seus comportamentos, até como resultado das suas práticas sociais internas, com projeção externa.

Para o Construtivismo, como aliás definiu Wendt (1999) quer os estados quer a anarquia, definida como a natureza essencial do sistema realista, são adaptáveis, podendo diferentes estados assumirem diferentes papéis e *culturas*, Hobbessiana, Lockeanas e Kantiana, para os outros estados, no mesmo sistema.

Ainda que o Construtivismo se aproxime do âmbito do estudo da presente dissertação ao considerar a influência exercidas pelas dinâmicas domésticas sobre as políticas externas adotadas pelos estados, Diesen (2015, p. 142) salienta que esta abordagem, ao contrário do Realismo Neoclássico, não considera que “(...) as ideias e as ideologias são reflexos do poder e estes apenas podem contribuir para a mitigação do dilema da segurança, na medida em que contribuem para o fortalecimento da racionalidade”.

A outra abordagem a considerar é o Liberalismo, que sustenta como a existência de sociedades democráticas possibilita a ordem e a paz global, permitindo que haja uma economia global, salientando os benefícios da cooperação entre estados (Burchill, p. 65 e 81).

De acordo com Burchill (p. 56-58), o Liberalismo rejeita a ideia realista de que o sistema internacional é anárquico e que, por isso, os estados têm de lutar pelo poder e

segurança, defendendo antes que os estados liberais reconhecem entre si a legitimidade uns dos outros, o que possibilita o estabelecimento de uma ordem mundial pacífica, já que estes optam pela implementação de democracias.

Considerando que os estados estabelecem relações de cooperação, o surgimento de conflitos não é natural e é irracional, dado que só os estados antidemocráticos é que se recorrem da guerra para procurar satisfazer os seus interesses (Burchill, p. 58).

Tendo em consideração que os estados liberais respeitam o princípio da propriedade privada, da liberdade de expressão, a igualdade perante a lei e a representatividade governativa, então, segundo esta abordagem, não existem razões que fundamentem o surgimento de conflito (Burchill, p. 59).

Apesar do Liberalismo trabalhar a forma como valores e dinâmicas internas *viajam*, seja pela cooperação, interdependência complexa ou institucionalismo, e se consolidam no plano internacional, parece-nos que sublinha as suas investigações sobre um determinado tipo de sociedades e organizações políticas, que não seriam facilmente adaptáveis ao caso em estudo.

Tendo em conta que se procura entender a relação entre os domínios doméstico nigeriano e as pressões regionais e do sistema internacional, entre a mobilização doméstica<sup>6</sup> e as condicionantes que se transportam para as ações externas de estabilidade regional, para os resultados das suas operações e, no geral, para a coerência e objetivos da política externa nigeriana, é necessário analisar a forma como a política interna e a política externa nigerianas se articulam.

Recorre-se assim à abordagem do Realismo Neoclássico, para se compreender a política externa nigeriana, os seus processos de formulação e decisão em contexto de dinâmicas e pressões internas e externas, o âmbito em que se desenvolveram operações externas e de que modo é que estas se justificam internamente, tendo em conta a imagem que a mesma procurou implementar na sua esfera regional.

---

<sup>6</sup> Entende-se por mobilização doméstica, o movimento de recursos económicos, militares ou políticos em prol do desenvolvimento interno, de organizações regionais ou da unificação política, o que poderá implicar uma transformação ao nível social, aumentando a capacidade de agir em coletividade (Etzioni, 1968, p. 243).

### 1.3. O Realismo Neoclássico

O Realismo Neoclássico é uma abordagem, que se distingue das anteriormente mencionadas por contemplar as variáveis interna e externa de um estado, argumentando que a política externa está intrinsecamente associada à afirmação da posição do estado no sistema internacional e à procura de aquisição de poder relativo (Rose, 1998, p. 4).

Apesar de derivado do Realismo Estrutural, tenta superar a forma como este negligencia a “black box” do estado, ou seja, a composição subjetiva de valores, ideias e formas de decidir que internamente impulsionam comportamentos e ações no sistema internacional.

Para tal, é necessário compreender como é que as características de um estado, como a mobilização de recursos e das suas instituições político-militares, a influência de atores internos, o grau de autonomia do estado<sup>7</sup> e o nível de coesão social<sup>8</sup> e das elites, influenciam na tomada de decisão dos líderes nacionais, relativamente a oportunidades e ameaças, face às conjeturas diplomáticas, militares e económicas externas (Lobell et al., 2009, pp. 3-4).

“Num mundo de incerteza e escassez de recursos” (Lobell et al., 2009, p. 4), Rose (1998, p. 152) defende que existe uma motivação para a concretização dos interesses nacionais definidos por um estado, que acompanha a progressão simultânea da aquisição de poder relativo e da procura de influência no contexto externo.

Assim, o Realismo Neoclássico possibilitar-nos-á compreender de que forma é que as elites internas pensam e influenciam a tomada de decisão interna e na política externa, o que nos auxiliará na compreensão e explicação das intervenções da Nigéria na Libéria e na Serra Leoa, na década de 1990.

Deste modo, entendemos que a procura de poder e segurança por parte de estados como a Nigéria, desenvolve-se, segundo o Realismo Neoclássico, num sistema

---

<sup>7</sup> Lobell et al. (2009, p. 27), evidenciam que a autonomia de um estado condiciona a capacidade de resposta perante as necessidades impostas pelo equilíbrio de poderes, dado que estados com menor autonomia estão mais dependentes de atores ou elites sociais no momento de tomada de decisão, tendo, em alguns casos, os estados que estabelecer acordos com estes atores, para garantir a mobilização social e política.

<sup>8</sup> Os autores referem-se a coesão social ou “societal” no contexto de defesa do nacionalismo (Lobell et al., 2009, p. 219).

internacional que é caracterizado pela anarquia, o que leva a que os estados sejam obrigados a definir medidas de forma a garantir a sua segurança e sobrevivência.

Ainda que os estados procurem manter a sua segurança num contexto de anarquia, os mesmos ambicionam o estabelecimento de um equilíbrio de poderes, de modo que nenhum estado se torne dominante ao ponto de ameaçar a segurança e soberania dos restantes, o que, em alguns casos, poderá significar a formação de alianças, com o intuito de contrabalançar o poder de estados mais fortes.

Portanto, no decorrer do processo de procura de poder e segurança, a anarquia é colocada, no sistema internacional, como o centro da potencialidade de conflito internacional, sendo que é este clima que, segundo Lobell et al. (2019, pp. 5 e 7), permite aos estados definir os seus interesses no que concerne as estratégias a adotar para assegurar a sua sobrevivência, no âmbito da distribuição de poder.

Assim, no contexto da distribuição de poder no sistema internacional, podemos averiguar que as visões subjetivas dos líderes dos estados afetam a eficácia e a objetividade das ações e interesses definidos para o domínio externo, considerando que, ao gerar respostas e adaptar estratégias neste contexto, é também necessária a extração e mobilização de recursos internos, o que implica gerir e moldar o clima doméstico, garantindo o apoio e a estabilidade, o que nem sempre é uma tarefa fácil de cumprir, podendo os líderes colocar em risco a sobrevivência do próprio estado (Lobell et al., 2009, p. 7).

Tal como consideram Lobell et al. (2009, pp. 4 e 13), o Realismo Neoclássico centra-se na análise da complexidade da relação entre estado e sociedade, não desconsiderando, no entanto, os constrangimentos implementados pelo sistema internacional, procurando explicar o porquê, como e sob que condições as características internas de um estado moldam as decisões tomadas no âmbito do domínio externo.

A compreensão deste processo passa também pelo entendimento da evolução e adaptação das medidas diplomáticas, económicas, políticas e militares aplicadas por cada estado, considerando os imperativos internos e as condicionantes estruturais e de políticas por parte do sistema internacional (Lobell et al., 2009, pp. 19 e 21).

O Realismo Neoclássico permitirá olhar para o caso da Nigéria e compreender de que forma é que esta articulou os interesses nacionais com as ações externas

desenvolvidas na Libéria e na Serra Leoa, na década de 1990, bem como é que foi feita a gestão do clima doméstico em prol da concretização dos objetivos definidos pela política externa nigeriana.

## CAPÍTULO 2- POLÍTICA EXTERNA NIGERIANA

### 2.1. Introdução

O Realismo Neoclássico procura, face à conjuntura do sistema internacional e à sua anarquia inerente, concretizar os objetivos nacionais definidos por um estado e, simultaneamente, afirmar-se no domínio externo.

A sobrevivência dos estados depende da adoção de um conjunto de políticas que definem interesses e objetivos, e que se apresentam como um orientador de ações e interações com os restantes estados do sistema internacional (Euka & Ojukwu, 2016, p. 53). A estas políticas organizadas num plano que contempla a articulação dos interesses nacionais com o panorama internacional, designamos como política externa (Euka & Ojukwu, 2016, p. 53). Pham (2007, p.4) salienta que a análise da política externa de um estado deve considerar os domínios doméstico e externo, já que esta resulta de uma conjugação de ambos.

A aposta na política externa nigeriana tem vindo a ser desenvolvida desde a sua independência, na década de 1960, beneficiando na sua construção de mais valias como a sua localização geográfica estratégica, a sua densidade populacional, dimensão e recursos naturais, económicos e humanos (Bakare, 2019, p. 2).

Para a presente dissertação considera-se de interesse a adoção dos círculos concêntricos apresentados por Inamete (1993) para a política externa nigeriana, de forma a proceder a uma análise e explicação de conteúdos de forma clara e objetiva, agrupando o objeto de tal intervenção mediante temáticas e graus de importância previamente definidos.

Inamete (1993) propõe que a política externa nigeriana seja organizada em quatro círculos concêntricos, que se delimitam pela seguinte ordem de interesse para a Nigéria: o primeiro círculo refere-se à segurança interna, direcionando a sua atenção para os vizinhos fronteiriços, sendo atribuída alta relevância pois a relação com os mesmos afeta diretamente a performance da Nigéria nas relações externas (Inamete, 1993, p. 72).

O segundo círculo concerne a região da África Ocidental e engloba em si medidas criadas pela Nigéria no âmbito do desenvolvimento económico e político da mesma (Inamete, 1993, pp. 72-73). Inamete (1993 p. 72), salienta que a integração da região

indicada numa comunidade económica como a ECOWAS, contribui para a estabilidade da economia e, consequentemente, da política dos estados a ela pertencentes.

O terceiro círculo olha para o continente africano no seu todo, considerando a promoção política, económica e cultural dos seus vários estados, contribuindo para a unificação e florescimento de África através da garantia da estabilidade política, da cooperação económica e da valorização cultural e das tradições dos vários povos, definindo uma visão afrocêntrica (Inamete, 1993, p. 73).

O quarto e último círculo concêntrico foca-se nas relações extra-continentais, dando ênfase às relações bilaterais estabelecidas entre a Nigéria e estados não africanos<sup>9</sup>, organizações e instituições internacionais como as Nações Unidas, OPEC e ONU (Inamete, 1993, p. 73).

Ao longo dos sucessivos governos que a Nigéria viu implementados após a sua independência, podemos verificar uma oscilação do foco atribuído a cada círculo concêntrico que define a política externa nigeriana, sendo que a análise da importância atribuída a cada um destes círculos permitirá compreender de que forma é que as dinâmicas interna e externa se articulam ao longo do tempo, bem como se explicam doméstica e externamente as intervenções desenvolvidas pela Nigéria na Libéria e na Serra Leoa, na década de 1990.

## 2.2. Histórico Político Nigeriano (1960- 1993)

### 2.2.1. Primeira República- Balewa (1960-66)

Desde a independência da Nigéria, em 1960, até à década de 1990, podemos verificar mudanças no interesse das várias administrações governativas sobre os círculos concêntricos de poder que definem a política externa nigeriana.

Durante a Primeira República (1960-1966), governada por Balewa, a recém independência da Nigéria face à Grã-Bretanha fez com que houvesse uma maior

---

<sup>9</sup> O autor faz referência às relações ou tentativas de estabelecimento de relações bilaterais com estados como a Bretanha, os Estados Unidos da América e a União Soviética (Inamete, 1993, p. 73).

preocupação para com a segurança interna e a garantia da soberania nacional (Inamete, 1993, p. 73), dando-se assim primazia ao primeiro círculo concêntrico.

Abubakar Tafawa Balewa, formou-se como professor em 1933, pelo Institute of Education na Universidade de Londres, ainda que tenha sido como político e fundador daquele viria a ser o maior e mais poderoso partido político no Norte da Nigéria- o NPC<sup>10</sup>, que ficou conhecido (Falola & Heaton, 2008, p. xxii). Ao lado do NPC, Balewa tornou-se o primeiro primeiro-ministro da Nigéria, em 1957, e venceu as eleições gerais de 1959, liderando a legislatura durante aquela que foi considerada uma “Primeira República Tumultuosa”, com o NPC a garantir a maioria dos votos através de uma coligação com o NCNC<sup>11</sup> (Falola & Heaton, 2008, p. xxii e 156). A sua procura pela implementação da “northernization”<sup>12</sup> fez como que este fosse o alvo principal do golpe militar de 1966, que culminou no seu assassinato, e que colocou Ironsi no poder (Falola & Heaton, 2008, p. xxii).

Apesar da sua formação, Balewa tinha raízes bastante humildes, não estando ligado nem à aristocracia Fulani, como muitos membros do NPC, nem ao grupo étnico Hausa, o qual englobava a maior parte da população do Norte da Nigéria, o que lhe atribuía uma certa imagem de flexibilidade, ilustrando o esforço do movimento nacionalista em criar um governo fiel aos seus valores (Falola & Heaton, 2008, p. 154).

No seu discurso *Nigeria Looks Ahead*, em 1962, Balewa (p. 131 e 136) salienta que : “ (...) we now have to (...) sustain and consolidate our unity and freedom. (...) it was our added task to demonstrate that democracy could work not only in our own country, but in other parts of the continent (...)”, reforçando ainda que “we belong to Africa and Africa must claim first attention in our external affairs”, demonstrando-se como um líder visionário e comprometido com o desenvolvimento e unificação da Nigéria e do continente africano, enfatizando a necessidade de superar as divergências existentes e consolidar a unidade nacional, procurando, simultaneamente, difundir os ideais democráticos para outros estados africanos, colocando África como prioridade na sua política externa.

---

<sup>10</sup> Northern People’s Congress (NPC) (Falola & Heaton, 2008, p. xxii).

<sup>11</sup> Nacional Council of Nigeria and Cameroons (NCNC), à semelhança do NPC reivindicou a independência nigeriana face ao domínio colonial, promovendo uma identidade “pan- Nigeriana”, enquanto organização nacionalista (Falola & Heaton, 2008, p. XV e 145).

<sup>12</sup> Os autores Falola & Heaton (2008, p. 202) indicam que este movimento era limitado e representava os interesses de uma parte da população.

Balewa (1962, p.139) sustenta que : “This freedom of action (...) has been founded on the moral and democratic principle on which our constitution is based ”, contudo fortalece a ideia de que “we know our true friends and cherish our traditional associations especially with the Commonwealth, but we have refused to inherit the prejudices of anyone and have opened our hands of friendship to all those who respect our sovereignty”, revelando-se igualmente responsável e dedicado quando salienta a importância da boa governança e das relações externas no âmbito da defesa dos interesses do país, reforçando o quão fundamental é garantir uma liderança ética e transparente na concretização dos objetivos estipulados.

Apesar das ambições do então primeiro-ministro nigeriano de promover a unidade e o desenvolvimento na Nigéria, este revelou falhar na gestão das tensões internas e do descontentamento social, possibilitando a crescente interferência militar no normal decorrer da vida política, contribuindo para a instabilidade e para a existência de desafios contínuos à sua liderança.

A divisão do país recém independente em fações políticas étnicas, regionais e religiosas, fizeram com que as relações internas se deteriorassem rapidamente, observando-se boicotes e irregularidades eleitorais, nomeadamente em 1964, e violência, que conduziram a uma desconfiança generalizada da população face às autoridades locais (Pham, 2007, pp. 4-5).

Apesar das tensões domésticas observáveis, e da necessidade de reorganizar o estado do país, os vários processos de descolonização que se desenrolaram neste período, em África, obrigaram a administração de Balewa a olhar atentamente para a realidade que a rodeava.

No Congo, a crise espoletada em 1960, ainda antes da independência da Nigéria, levou a que esta apoiasse as Nações Unidas em missões de *peacekeeping* e operações civis, através da concessão de militares, bem como na participação em fóruns políticos (Inamete, 1993, pp. 73-74).

A dedicação nigeriana consolidou-se com a concessão, ao longo dos cinco anos de conflito, de cerca de dois mil militares, integrados nas forças das Nações Unidas, e quatro mil agentes que participaram em operações civis e de treino das forças congolenses, estimando-se um custo total das operações de 44 milhões de dólares, por parte da Nigéria (Frank, 1984, p. 1172).

Este investimento possibilitou consolidar a “integridade territorial” do Congo, definida como o foco de ação da Nigéria, o que a beneficiou na construção de uma posição firme no que concerne a intervenção na esfera regional, perante o sistema internacional (Frank, 1984, p. 1172).

O crescente empenho nigeriano em contextos supra-nacionais, como o do Congo, contribuiria, progressivamente, para o envolvimento da Nigéria na esfera regional e internacional, inserindo-se estes eventos no segundo e quarto círculo concêntrico, ao considerarem políticas de integração regional através da cooperação com organismos extra- continentais. Não obstante os esforços nigerianos, muitas destas ações foram, no entanto, vistas com insatisfação.

Segundo Inamete (1993, p.74), a posição tomada pela Nigéria aquando da crise do Congo não foi bem aceite pela população civil nigeriana nem por alguns estados africanos, dado que estes acreditavam que a Nigéria revelou-se incapaz de implementar e satisfazer os interesses do continente africano. Muitos analisaram a posição nigeriana como “idealista, letárgica, pró-Occidental e, em certa medida, ingénua”, apesar do sucesso das missões desenvolvidas (Frank, 1984, p. 1172).

Ao analisarmos esta posição adotada pela Nigéria, devemos relembrar-nos de que esta só alcançou a sua independência após o início do conflito no Congo, o que poderá justificar esse idealismo e ingenuidade apontadas pelas críticas, assim como a sua tendência pró-Occidental, dada a recente quebra do vínculo colonial, o que pode explicar, simultaneamente, esta inclinação, assim como a incapacidade de promoção ativa do afrocentrismo.

A criação do Acordo de Defesa Anglo-Nigeriano, também em 1960, levantou igualmente bastante contestação por parte da oposição popular, estudantes e elites burocráticas da sociedade nigeriana, que procuravam cessar a continuidade do mesmo, ainda que sem sucesso (Enuka & Ojukwu, 2016, p. 59).

Os críticos deste acordo apontam como argumento uma tentativa da ex- metrópole de perpetuar a sua influência política e económica na Nigéria, sob a liderança do NPC, o que, em contra partida, permitiria a este partido controlar e suprimir qualquer tipo de contestação popular no Sul, onde se observava uma resistência política ao mesmo (Idang, 1970, p. 233).

Há também quem considerasse que o Acordo de Defesa Anglo-Nigeriano constrangeria a soberania da Nigéria, bem como a limitaria na tomada de uma posição assertiva e proativa na defesa de África, apresentando-se o acordo como uma forma de “neocolonialismo”, laço este que obrigaria a Nigéria a tomar partido na eventualidade de surgirem conflitos entre a Grã-Bretanha e um outro estado (Idang, 1970, p. 235 e 236).

Estas justificativas apoiavam-se na “antipatia” apresentada pelo governo britânico perante a possibilidade de uma maior fragmentação nigeriana com a divisão do país em doze estados, e na “nortização” das políticas definidas pelo NPC no Governo Regional do Norte, que promoviam a exclusão dos cidadãos do Sul da Nigéria do serviço civil aí localizado, possibilitando a criação de postos de trabalho lucrativos para indivíduos britânicos, o que refletia um apego face ao passado colonial e contribuía para o aumento de tensões e de desconfiança num país já marcado por uma profunda complexidade, resultante da multiplicidade de etnias, línguas e religiões (Idang, 1970, pp. 233- 234 e 248).

Ainda que o pacto tenha tido termo dois anos depois, Euka & Ojukwu (2016, pp. 59 e 61) reforçam que Balewa mostrou, de forma clara, que a opinião pública não tinha qualquer influência sobre as medidas e decisões tomadas no âmbito da política externa da Nigéria, sendo que esta se revelou marcada por traços ideossincráticos desta personalidade governativa ao apresentar-se como um “reflexo da personagem e carácter de Balewa” e não da população nigeriana no seu todo.

Apesar do seu otimismo quanto à proteção do direito de autodeterminação nigeriana e na defesa dos ideais afrocêntricos, abrangidos pelo terceiro círculo concêntrico, a governação de Balewa foi marcada pela relação próxima com a antiga metrópole. Falola & Heaton (2008, p. 259) evidenciam que a Primeira República da Nigéria tinha uma forte ligação com a Grã-Bretanha e com a Europa Ocidental, no que dizia respeito a assuntos globais, sendo que, ainda que Balewa tenha apelado à defesa do afrocentrismo, fê-lo de forma descautelada e com um “tom conservador”.

A posição de Balewa perante o país e o continente africano foi, progressivamente, alvo de descontentamentos por parte da população, o que conduziu a que, em janeiro de 1966, um golpe militar terminasse com o seu assassinato e com a imposição do regime militar de Ironsi.

## 2.2.2. Administração de Ironsi (janeiro- julho 1966)

Aguiyi- Ironsi ficou conhecido como um “distinto soldado” nigeriano, durante as décadas de 1950 e 1960, tendo sido o oficial de honra a acompanhar a Rainha Elizabete II na sua visita à Nigéria, em 1956, tendo as suas estritas ligações com a Grã-Bretanha se evidenciado também pelo cargo que ocupou enquanto conselheiro militar da Alta Comissão Nigeriana em Londres, em 1961 (Falola & Heaton, 2008, p. xx). Em 1965, tornou-se Major-General e passou a comandar o exército nigeriano, tendo liderado o golpe militar de 1966 que colocaria um fim à Primeira República da Nigéria, tornando-se o sucessor de Balewa (Falola & Heaton, 2008, p. xx).

O período de governação de Ironsi durou apenas seis meses, em grande parte resultado do seu favoritismo pela etnia Igbo<sup>13</sup> e pela defesa da abolição da estrutura federal da Nigéria, o que causou um grande descontentamento, sobretudo nas populações do Norte da Nigéria (Falola & Heaton, 2008, p. xx).

A subida ao poder de Ironsi tinha como objetivo reestabelecer a ordem, mantendo os serviços essenciais, erradicando o tribalismo e o regionalismo e combater a corrupção, medidas estas que foram vistas com agrado, sobretudo pelas populações do Sul da Nigéria, que com o fim da governação civil de Balewa, viram com Ironsi o fim do domínio da região Norte (Falola & Heaton, 2008, p. 173).

Estas políticas que tanto agradaram as populações do Sul da Nigéria, não foram tão bem recebidas pelas do Norte do país. Segundo Falola & Heaton (2008, p. 173), o progressivo domínio do Sul, levantou suspeitas sobre uma possível conspiração Igbo. De acordo com os mesmos autores, vários foram os argumentos que sustentavam o receio do norte: (1) entre os assassinados durante o golpe militar, apenas um era Igbo, (2) tendo os perpetradores dos golpes nas regiões Oeste e Este, sido libertados pouco tempo depois da instauração do regime de Ironsi, (3) ele próprio um Igbo, (4) rodeado de conselheiros da mesma fação étnica (Falola & Heaton, 2008, p. 173).

As ações de Ironsi começaram a ser gradualmente criticadas pela fação do Norte da Nigéria, que via os seus poderes e influencia a decrescerem a cada dia, quer pela

---

<sup>13</sup> Segundo Falola & Heaton (2008, p. 4), na Nigéria existem grandes três grupos étnicos: os Hausa, originários do Norte do país, constituindo a maioria da população nigeriana; os Yoruba, localizados no Sudoeste, rondando 20% da população; os Igbo, oriundos do Sudeste da Nigéria, contando com 17% da população.

continua promoção de oficiais Igbo, quer pela adoção de políticas como o Decreto nº 34, de 24 de maio de 1966, que aboliu o sistema federal e implementou um sistema unitário, que substituía as estruturas regionais por “grupos de províncias”, passando o serviço militar e civil a ser administrado e integrado a partir do centro governativo e não do centro regional (Falola & Heaton, 2008, p. 173).

Perante as medidas implementadas e as ações desenvolvidas por Ironsi, a 29 de julho de 1966, deu-se um contra golpe militar, que o depôs, deixando a governação da Nigéria sem líder, durante três dias, ao fim dos quais tendo sido escolhido o Tenente Coronel, Yakubu Gowon, como sucessor de Aguiyi- Ironsi (Falola & Heaton, 2008, p. 174).

A instabilidade vivida durante o governo militar de Ironsi, em conjunto com a sua curta durabilidade, fizeram com que a política externa nigeriana fosse deixada à margem, não se tendo observado a implementação de políticas significativas no contexto da mesma, durante o período delimitado, em qualquer um dos círculos definidos (Inamete, 1993, p. 74).

### 2.2.3. Administração de Gowon (1966-75)

Yakubu Gowon é um militar nigeriano e Presidente da Nigéria, entre 1966 e 1975. Gowon participou nas missões de manutenção da paz, no Congo, sob alçada das Nações Unidas, entre 1961 e 1963, e, em 1966, ainda durante o regime de Ironsi, tornou-se Chefe do Estado-Maior do Exército da Nigéria, tendo sido escolhido, na sequência do contra golpe militar de julho de 1966, como líder (Falola & Heaton, 2008, p. xxv).

O início da administração de Gowon foi marcado pelo espoletar do conflito com o Biafra, em 1967, que colocou a Nigéria no centro do palco internacional, abrindo lugar para o posicionamento de atores internacionais em ambos os lados do conflito, procurando a concretização de interesses nacionais ao poderem, eventualmente, integrar a realidade africana (Pham, 2007, p. 5).

O conflito do Biafra remete-nos para uma realidade anterior à independência da Nigéria, e aos anos imediatamente a seguir. A Guerra do Biafra ou Guerra Civil nigeriana centra-se numa questão identitária que surge na sequência da criação do território que

conhecemos como Nigéria, em 1914, e que englobava várias comunidades étnicas aglomeradas na área geográfica delimitada pelo regime colonial britânico, no decorrer dos processos de colonização (Falola & Heaton, 2008, p. 158).

Este processo desenvolvido pelos britânicos fez com que, numa área geográfica delimitada, várias etnias, com culturas, ideais e tradições diferentes, coexistissem, o que impossibilitou a criação de uma identidade nacional, uma identidade nigeriana.

Posteriormente, na década de 1950, as várias constituições federais e regionais elaboradas procuraram definir uma identidade nacional através da ascensão ao poder central das comunidades étnicas que dominavam regionalmente, o que, ao contrário do que se pretendia, contribuía para o acentuar das divergências, sobretudo quando as minorias étnicas acabavam por ficar na sombra das comunidades Hausa/Fulani, da região Norte, Yoruba, da região Ocidental, e Igbo, da região Oriental, que procuravam alcançar o poder central (Falola & Heaton, 2008, p. 158 e 159).

Falola & Heaton (2008, p. 159 e 160), salientam que o medo destas comunidades serem dominadas umas pelas outras levou a eleições falhadas em 1964 e 1965, marcadas pela fraude eleitoral.

O contínuo acumular destas tensões levou a que, em 1967, a região Oriental se procurasse desagregar da Nigéria, e estabelecer-se enquanto soberania no estado do Biafra (Falola & Heaton, 2008, p. 160). A Guerra Civil nigeriana foi marcada pela morte de 1 a 3 milhões de nigerianos, a maioria pertencente à região Oriental, e pela criação de mais 3 milhões de deslocados, tendo terminado com a reintegração do estado do Biafra na Nigéria, com o fim daquela que Gowon designou como “Guerra de Irmãos”, “[na qual] não houve vencedores ou perdedores”, em 1970 (Falola & Heaton, 2008, p. 160 e 180).

Este conflito apresentou lições valiosas, embora martirizantes, para a política externa nigeriana ao evidenciar que a sobrevivência e coesão de um país não deve ser menosprezada, dependendo a mesma de uma boa relação com a sua vizinhança, o que salientou a importância de estabelecer uma comunidade regional de forma a garantir a segurança nacional, bem como assegurar relações amigáveis com atores centrais de poder do contexto internacional (Pham, 2007, p. 6).

A Guerra do Biafra constituiu um marco de aprendizagem para o líder nigeriano, ao mostrar a importância de manter a estabilidade, de forma a assegurar a integridade

nacional (Pham, 2007, p. 11). Este conflito possibilitou compreender a importância da articulação dos círculos concêntricos - entre segurança interna, cooperação e estabilidade regional, e promoção das relações extra-continentais -, para a unificação do país, da região e do continente.

Na sequência do rescaldo da Guerra Civil nigeriana, no início da década de 1970, o governo de Gowon procurou concretizar objetivos estabelecidos para o continente africano, no âmbito do enaltecimento do afrocentrismo, começando por se focar na região em que se insere. Segundo Inamete (1993, p. 74), com o fim da guerra civil que assolou a Nigéria, Lagos procurou, no âmbito da sua política externa, focar-se na unificação da região da África Ocidental ao integrar os seus dezasseis estados numa comunidade económica - a ECOWAS.

A integração regional, contemplada por Gowon, passou não só pela cooperação económica, mas também pelo desempenho de um papel ativo nos processos de descolonização e pela contribuição para a resolução de tensões vividas em vários países africanos, verificando-se, durante este período, uma adaptação significativa da política externa da Nigéria face a conflitos e hostilidades em África (Inamete, 1993, p. 74).

Falola & Heaton (2008, p. 260), sublinham que no início dos anos de 1970, Gowon adotou uma política externa “agressivamente centrada em África”, dedicada sobretudo à cessação da segregação racial aplicada pelas minorias brancas na África do Sul e na Rodésia.

A Nigéria tentou combater estes regimes através da sabotagem pela implementação de sanções sobre os mesmos e os seus aliados, destacando-se a defesa da expulsão da África do Sul e da Rodésia de organizações internacionais como a Commonwealth e a OAU<sup>14</sup>, bem como o boicote, em 1972 e, posteriormente, em 1976, dos Jogos Olímpicos, exigindo a expulsão dos dois estados e dos seus aliados dos mesmos (Falola & Heaton, 2008, p. 261).

Esta posição tomada por Lagos pode ser resultado de um sentimento generalizado de retaliação perante os poderes coloniais. Como salientam Falola & Heaton (2008, pp. 259-260), França e Portugal, no decorrer da Guerra Civil nigeriana, apoiaram a causa do

---

<sup>14</sup> Organization of African Unity (OAU) (Falola & Heaton, 2008, p. xxxv)

Biafra, contribuindo para a destabilização das forças nigerianas, nos processos de descolonização, reduzindo, simultaneamente, a sua presença na região.

Apesar dos esforços para cumprir o slogan “To keep Nigeria one is a task which must be done”, o governo de Gowon ficou marcado pela ineficácia na união do país, mesmo com o fim da Guerra Civil, tendo sido acusado de prevaricar a transição para um regime civil (Falola & Heaton, 2008, p. xxv).

A ineficiência e corrupção do regime levaram a que, a 29 de julho de 1975, Gowon fosse deposto por um golpe militar que colocaria o General Murtala Mohammed no poder, obrigando Gowon a exilar-se no Reino Unido, até 1983, quando regressou à Nigéria, tendo participado posteriormente, em 1998, na campanha eleitoral de Olusegun Obasanjo (Falola & Heaton, 2008, p. xxv).

#### 2.2.4. Administração de Mohammed e Obasanjo (1975- 79)

O General Murtala Mohammed foi Presidente da Nigéria, na sequência do golpe que depôs Yakubu Gowon. No que concerne a sua carreira militar, Mohammed entrou para o exército nigeriano em 1957, tendo tido treino militar na Real Academia Militar de Sandhurst, no Reino Unido, participou no corpo de forças das Nações Unidas para a manutenção da paz no Congo, e desenvolveu um papel ativo no golpe que depôs Ironsi (Falola & Heaton, 2008, pp. xxvii-xxviii).

Segundo Falola & Heaton (2008, p. xxviii), no decorrer dos seus primeiros meses de funções enquanto Presidente da Nigéria, Mohammed procurou implementar melhorias administrativas no governo, que passaram pela reforma de oficiais militares e funcionários públicos, com vista a formar uma plano de transição para um regime civil.

O período de funções de Mohammed foi, no entanto, bastante curto uma vez que o mesmo acabou por ser assassinado numa tentativa de golpe de estado, em fevereiro de 1976, o que não invalida, porém, o reconhecimento geral de Mohammed como “o mais qualificado e bem intencionado líder da Nigéria” (Falola & Heaton, 2008, p. xxviii). Após o seu assassinato, o General Olusegun Obasanjo foi apontado como sucessor de Mohammed, tendo dado continuidade ao governo por este iniciado.

À semelhança de Mohammed, Obasanjo juntou-se ao exército nigeriano em 1958, tendo tido treino militar na Escola de Oficiais a Cadete de Mons, no Reino Unido, e participado nas missões de manutenção da paz no Congo sob alçada das Nações Unidas (Falola & Heaton, 2008, p. xxviii).

Durante a Guerra Civil da Nigéria, entre 1967 e 1969, Obasanjo foi Comandante da 3ª Divisão do Comando da Marinha, na frente Sudoeste do Biafra, tendo aceite, em 1970, a rendição do mesmo (Falola & Heaton, 2008, pp. xxviii- xxix). Em 1975, Obasanjo tornou-se o Chefe de Estado da Nigéria, procurando seguir as políticas e programas definidos por Mohammed, com destaque para a transição do regime militar para o civil, plano que se concretizou em 1979, dando início à Segunda República da Nigéria (Falola & Heaton, 2008, p. xxix)

No seguimento da políticas iniciadas por Gowon, Mohammed e Obasanjo vão procurar manter África como pilar fundamental da política externa nigeriana, durante a sua administração, nomeadamente ao conciliar os interesses definidos pelo primeiro, segundo e terceiro círculo concêntrico.

Internamente, a administração de Mohammed e Obasanjo definiu como objetivos erradicar a corrupção no governo nigeriano, procedendo às reformas compulsivas de militares, oficiais, polícias, funcionários públicos e jurídicos associados ao regime de Gowon, promover a “unidade nacional”, ao mudar a capital de Lagos para Abuja, justificada a escolha pela localização central no país, e ao criar novos estados, distribuindo de forma igualitária os recursos, e, por último proceder à transição para um regime civil (Falola & Heaton, 2008, pp. 188-191).

Apesar dos esforços, Falola & Heaton (2008, p. 189), salientam que as políticas de reforma não resultaram pois não passaram por uma reforma do sistema em si, o que possibilitava a perpetuação da corrupção. Já quanto à promoção da “unidade nacional”, as medidas adotadas não foram bem vistas pois a criação de sete novos estados, dando um total de dezanove estados, continuava a permitir a existência de comunidades maioritárias e de minorias (Falola & Heaton, 2008, p. 191).

A nível da política externa, tal como salienta Inamete (1993, p.75), é durante a segunda metade da década de 1970 que o “[afrocentrismo] é formalmente conceptualizado, ao serem desenvolvidas e implementadas políticas externas que têm África como a sua peça central”.

Durante a administração de Mohammed e Obasanjo, há uma maior atenção para com o ideal afrocêntrico que contempla uma região unida e estável, visando a defesa das tradições e culturas do povo africano. Nesse sentido, Mohammed e o seu sucessor, Obasanjo, procuraram definir uma política externa que fosse ao encontro da satisfação deste interesse.

Na região da África subsariana, Lagos procurou contribuir para a estabilização de países vizinhos. No caso do Chade, a instabilidade política vivida, fruto da disputa de várias fações políticas pelo poder, conduziu a uma guerra civil, o que constituía uma possível ameaça para a Nigéria, já que esta partilhava a fronteira com este estado na região do Lago de Chade (Inamete, 1993, p. 75)

A possibilidade do conflito alastrar além fronteiras fez com que a força política nigeriana atuasse diplomaticamente ao enviar, em março de 1979, tropas comandadas pelo Coronel Sanni Abacha, e ao organizar a Primeira Conferência de Kano, na Nigéria, com o intuito de apaziguar as forças políticas locais envolvidas no conflito (Inamete, 1993, p. 75).

Inamete (1993, p.75) refere que nesta conferência estiveram presentes representantes não só do Chade, mas também dos Camarões, Sudão e Líbia, definindo-se ser fundamental a desmilitarização e libertação de prisioneiros, o que contribuiu, porém, para a deterioração do conflito (Inamete, 1993, p. 75).

No mês seguinte, em abril de 1979, realizou-se a Segunda Conferência de Kano, na qual o Chefe de Estado do Chade e o Primeiro Ministro apresentaram as suas respetivas demissões, conduzindo, em agosto de 1979, a que os esforços diplomáticos nigerianos se consolidassem com a assinatura do Acordo de Lagos, que possibilitou a implementação do Governo de Transição da Unidade Nacional (GUNT), no Chade (Inamete, 1993, p. 75).

Para Mohammed e Obasanjo, a concretização dos objetivos da política externa nigeriana, estabelecidos para a promoção do afrocentrismo, não passaram apenas pela procura do garante da estabilidade na região através da manutenção da paz, mas também pela ambição de cooperação e prosperidade na comunidade regional.

Durante este período governativo, podemos ainda observar a consolidação da ECOWAS e o avigoramento dos princípios que definem esta comunidade, com a

assinatura do Pacto de Não-Agressão, em 1978, entre os estados-membros, bem como a promoção do livre trânsito de cidadãos pertencentes aos mesmos, no espaço da comunidade, durante noventa dias, e a progressiva redução de taxas e impostos sobre mercadorias originárias destes dezasseis estados (Inamete, 1993, pp. 75-76).

A defesa da estabilidade da região não passava, então, apenas pela promoção da cooperação económica, mas também pela luta contra forças supressoras dos direitos, tradições e culturas destas populações. A posição tomada pela Nigéria face às realidades de Angola, África do Sul, Zimbabué, Namíbia e Moçambique, e no contexto da sua política externa, tinha como objetivo o reconhecimento internacional de comunidades e governos representativos dos estados em questão, forçando assim o encerramento de um passado colonial que renunciava os valores, tradições e culturas africanas, nomeadamente através de um sistema discriminatório e segregacionista, como o apartheid.

Inamete (1993, p. 76) refere que, em Angola, a Nigéria procurou apoiar um governo (MPLA) baseado na identidade nacional e que garantisse a soberania deste estado, evitando “movimentos étnicos (...) com ligações à África do Sul [e ao regime de apartheid]”. Segundo o mesmo autor, também no Zimbabué, a Nigéria procurou assegurar a independência e maioria governativa deste estado ao reduzir as interações que tinha com a anteriormente metrópole - a Grã-Bretanha -, nomeadamente ao considerar a nacionalização da Empresa Britânica de Petróleo, sacrificando os seus interesses nacionais (Inamete, 1993, p. 76).

Na Namíbia, Lagos contestou a decisão do Tribunal Internacional de Justiça e a posição das Nações Unidas, ao apoiar a SWAPO<sup>15</sup> no reconhecimento da ilegalidade da ocupação sul-africana deste estado, em Moçambique apoiou o recém independente estado, e na África do Sul, condenou e contribuiu, em conjunto com forças internacionais, para o fim do regime de apartheid pelo estabelecimento de sanções e negociações para a resignação desta política (Inamete, 1993, p. 77).

As ações desenvolvidas por esta administração não só procuraram cumprir os objetivos do primeiro círculo concêntrico, ao garantirem a integridade do estado da Nigéria, como também assegurar o equilíbrio e a cooperação na região enquanto

---

<sup>15</sup> West Africa People's Organization (SWAPO) (Inamete, p.77).

enalteciam valores e ideais de promoção da identidade africana, contemplando, simultaneamente, o segundo e terceiro círculo concêntrico da política externa nigeriana.

Tal como refere Inamete (1993, p. 77-78), a Nigéria contemplou o ideal do afrocentrismo em todos os círculos da sua política externa, pelas políticas adotadas para com os seus estados-vizinhos (primeiro) e no âmbito da ECOWAS (segundo), pela defesa de ideais que consideram o continente africano como um todo (terceiro) e que foram tidos em conta aquando da relação com estados não- africanos, nomeadamente a Grã-Bretanha e os EUA (quarto).

O governo de Mohammed e Obasanjo foi desafiante nos contextos interno e externo, tendo-se verificado a insegurança nigeriana nas tentativas de golpe de estado e numa reforma do sistema vã. Apesar dos desafios internos, Lagos apostou na sua política externa, de forma a reabilitar um imaginário para a Nigéria que se havia perdido com o fim de Balewa. Nesse sentido, a construção da política externa nigeriana apostou na consolidação de uma realidade afrocêntrica forte, pela promoção da estabilidade na região, pela defesa da cooperação económica e pela luta contra a discriminação, acentuando os valores e tradições nacionais e africanas, esquecidas desde a imposição colonial.

Durante as suas funções enquanto presidente, Obasanjo programou a passagem de um regime militar para um regime civil, intenção que se concretizou em 1979, com a eleição de Shagari para o cargo de Presidente do regime civil (Falola & Heaton, 2008, p. xxix). No ano em que cessou as suas funções enquanto Presidente<sup>16</sup>, Obasanjo reformou-se da sua carreira militar e dedicou-se a inúmeras causas de organizações internacionais como as Nações Unidas, a Organização Mundial da Saúde e da Commonwealth, deixando como legado a revitalização da economia e da imagem da Nigéria no contexto internacional (Falola & Heaton, 2008, p. xxix).

---

<sup>16</sup> Em 2003, Obasanjo voltaria a ocupar o cargo de Presidente da Nigéria após eleições (Falola & Heaton, 2008, p. xxix).

### 2.2.5. Segunda República- Shagari (1979-83)

A Segunda República nigeriana foi marcada por um governo militar, no qual se verificou um retrocesso significativo das políticas implementadas pela administração anterior.

Alhaji Shehu Shagari é um político nigeriano, o Primeiro Presidente da Segunda República da Nigéria, mas foi também professor e ocupou vários cargos jurídicos, quer na Câmara dos Representantes, em 1954, quer no Parlamento, em 1954, e cargos ministeriais, nas décadas de 1960 e 1970, tendo sido eleito como Presidente da Nigéria, em 1979, enquanto representante do NPN<sup>17</sup>, não obstante ter sido um antigo membro do partido da região Norte, o NPC (Falola & Heaton, 2008, p. xxxi).

O governo de Shagari contribuiu para o retrocesso da prosperidade nigeriana, ao favorecer o decréscimo económico, a ineficácia do governo e a corrupção (Falola & Heaton, 2008, p. xxxi), alienando, dessa forma, as intenções de Mohammed e Obasanjo para o florescimento da Nigéria e da região da África Ocidental.

Apesar das esperanças da continuidade da prosperidade deixada por Obasanjo, durante a Segunda República, a realidade é que esta revelou incompetências na satisfação dos interesses nacionais, nomeadamente pelo domínio de postos políticos por parte de empresários e políticos de carreira, oriundos da Primeira República de Balewa e do Governo Militar de Gowon, como foi o caso do próprio Shagari (Falola & Heaton, 2008, p. 201).

Segundo Falola & Heaton (2008, p. 202), o domínio dos vários setores da sociedade por parte dos políticos e associados de Shagari e do partido NPN, tornou difícil a tarefa de estabelecer objetivos claros que satisfizessem os interesses nacionais e não os seus próprios, observando-se a distribuição de fundos governativos para projetos e negócios que favorecessem essas entidades bem como os seus aliados.

O acentuar da corrupção e os encargos que a fizeram acompanhar levaram a que a Nigéria se tornasse extremamente dependente dos lucros da indústria do petróleo, o que possibilitou a criação de suscetibilidades na economia, como foi o caso da recessão

---

<sup>17</sup> National Party of Nigeria (NPN) (Falola & Heaton, 2008, p. xxxi).

económica entre 1981 a 1992, resultado da sobre-exploração da indústria, que conduziu a uma quebra do lucro desta indústria de 5 mil milhões<sup>18</sup> de nairas nigerianas (Falola & Heaton, 2008, p. 203).

Perante esta situação, a Nigéria procurou auxílio internacional, recebendo do FMI uma ajuda de 1,5 mil milhões de nairas nigerianas, e da Arábia Saudita cerca de 400 milhões de nairas, verificando-se, por conseguinte, um aumento da dívida externa em cerca de 9 mil milhões de dólares, entre 1980 e 1983, sendo que para o mesmo período, a Nigéria verificou um aumento da inflação a rondar entre os 30% e os 50%, agravando-se a situação da sociedade nigeriana com a falta de pagamentos nos serviços públicos (Falola & Heaton, 2008, p. 204).

Inamete (1993, p.78), salienta que, durante a presidência de Shagari, também a política externa nigeriana recuou significativamente no que concerne a relação com os seus estados vizinhos, em consequência das animosidades apresentadas para com os imigrantes oriundos destes mesmos estados, sendo que esta atitude por parte de Abuja levou a que as relações de longa data, com países como o Gana, se deteriorassem (Inamete, 1993, p. 78).

A situação económica exasperante da Nigéria fez com que Abuja procurasse um “bode-expiatório”, apontando como causa do desastre económico e da escassez de condições de vida do povo nigeriano, a força de trabalho imigrante, originária do Gana, que usurpava os postos de trabalho e reduzia os rendimentos das famílias, consequência da mão-de-obra barata (Falola & Heaton, 2008, p. 204).

Esta retórica fez com que cerca de 2 milhões de trabalhadores imigrantes fossem expulsos, o que causou contestação em vários estados pertencentes à ECOWAS, uma vez que esta ação violava o protocolo de 1979, definido para a comunidade, e que contemplava a livre circulação de bens e pessoas nos estados- membros da mesma (Falola & Heaton, 2008, p. 204), o que, de acordo com Inamete (1993, p. 78), causou constrangimentos e críticas por parte destes estados face à Nigéria.

Shagari mostrou ainda incapacidade de mobilizar os interesses da opinião pública na política externa nigeriana, uma vez que, apesar do interesse público em confrontar os Camarões, na sequência da crise fronteiriça de 1981 resultante do assassinato de cinco

---

<sup>18</sup> Na atualidade, 5 mil milhões de nairas nigerianas equivalem a cerca de 3 milhões de dólares (in *BANCO DE PORTUGAL*, atualizado a 31 de maio de 2024)

guardas fronteiriços nigerianos, Shagari procurou alongar, tanto quanto possível, o confronto, sobrepondo a sua intenção não beligerante face à do país (Enuka & Ojukwu, 2016, p. 59).

Para além dos contratemplos enfrentados pela administração de Shagari no contexto interno e do primeiro círculo concêntrico, definido pela política externa nigeriana, também as políticas e ações desenvolvidas no âmbito do segundo círculo ficaram aquém do esperado após a administração de Mohammed e Obasanjo.

No panorama internacional, e no contexto da Guerra Fria, que opunha o bloco Ocidental (NATO/EUA) ao bloco Oriental (Pacto de Varsóvia/ URSS) na disputa pelo domínio do monopólio internacional, a Nigéria posicionou-se enquanto membro do Movimento dos Não Alinhados. Ainda que membro deste movimento, por vezes demonstrou uma certa “abertura” para diversas iniciativas, de ambos os lados do bloco – participou na condenação da invasão do Afeganistão pela URSS, mas também reprovou a invasão de Granada pelos EUA, e recusou-se a participar do boicote dos Jogos Olímpicos, no início da década de 1980, em Moscovo (Inamete, 1993, p. 79).

Perante o posicionamento nigeriano face à disputa do domínio internacional pelos blocos Ocidental e Oriental, poderíamos dizer que a Nigéria seria não alinhada não pela posição de neutralidade no que concerne a ambas as forças, mas antes por apoiar ações com as quais se revê, independentemente do bloco de poder originário.

Apesar do acentuado declínio observável nas várias componentes da sociedade nigeriana, sobretudo na economia e na política externa, Shagari acabaria por vencer as eleições de 1983, contando com dois terços dos lugares na Assembleia Nacional (Falola & Heaton, 2008, p. 207). Perante o desastre do período administrativo e as diversas críticas apontadas pela oposição, nomeadamente o policiamento e impedimento de desenvolver campanhas eleitorais, os rumores de fraude eleitoral ganharam força, questionando a legitimidade da vitória de Shagari (Falola & Heaton, 2008, p. 207).

Mesmo face a estas suspeitas, Shagari tomaria posse do seu segundo mandato, a 01 de outubro de 1983, porém este foi de curta duração uma vez que a 31 de dezembro do mesmo ano, um golpe militar daria início a quinze anos de regime militar, ao colocar Buhari no poder (Falola & Heaton, 2008, pp. 207-208).

## 2.2.6. Administração de Buhari (1983- 1985)

O Major-General Mahammadu Buhari, à semelhança de outros líderes nigerianos, teve uma carreira militar com vários cargos de relevância, nomeadamente em 1975-76 foi Governador Militar do estado do Noroeste e, posteriormente, do estado de Borno (Falola & Heaton, 2008, p. xxiii).

A administração de Buhari iniciou os quinze anos de regime militar na Nigéria, procurando reorientar a sociedade e o governo através da sua política de “guerra contra a indisciplina” (WAI)<sup>19</sup> (Falola & Heaton, 2008, p. xxiii ). Durante toda a sua administração, o líder nigeriano procurou combater a criminalidade e a corrupção na Nigéria, impondo severas penalidades sobre os executantes de qualquer delito (Falola & Heaton, 2008, p. 214).

Todo o regime militar foi caracterizado pela opressão e coerção da crítica popular, em busca do ideal de estabilidade para o país, tendo a administração de Buhari tentado restabelecer a ordem não só através da disciplina, mas também, na economia, com o recurso a reformas institucionais e económicas (Falola & Heaton, 2008, pp. 210- 212).

Falola & Heaton (2008, p.213) salientam que Buhari implementou medidas austeras na economia, entre as quais se verificou a redução das despesas públicas em 50%, o que implicou o despedimento de 53 000 funcionários públicos e a racionalização de itens essenciais como o arroz, açúcar, sal e produtos de higiene, com o intuito de restabelecer o equilíbrio nas contas públicas.

Aquele que era inicialmente um plano doméstico de reorganização da sociedade, escalou para o contexto externo, passando a controlar rigorosamente a afluência de imigrantes (Inamete, 1993, p. 80). Falola & Heaton (2008, p. 213) reforçam que sob a liderança de Buhari, foram expulsos cerca de 700 000 imigrantes ilegais sob o pretexto de que estes eram uma sobrecarga para a Nigéria, num período em que esta estava economicamente fragilizada.

Perante o escalar da preocupação sentida pela sociedade nigeriana, verificou-se uma restrição na passagem de fronteiras com estados vizinhos, de forma a garantir a

---

<sup>19</sup> War Against Indiscipline (WAI) consistia em desenvolver um sentido de moral e ética nos nigerianos, de forma a combater a indisciplina, considerada o cerne dos problemas da Nigéria (Falola & Heaton, 2008, p. 214).

segurança e soberania da Nigéria, o que contribuiu para o agravamento das relações nigerianas com os mesmos, sobretudo quando estes dependiam da travessia fronteira de bens e de produtos (Inamete, 1993, p. 80).

Para colmatar os impactos que estas ações possam ter causado e contribuir para o fortalecimento das relações económicas, políticas e culturais com países pertencentes à região da África Ocidental, Buhari procurou implementar “ofensivas diplomáticas” através de conferências que debatiam a segurança, e a mobilidade de pessoas e bens, promovendo em Lagos, em 1985, uma reunião entre a Comissão do Lago de Chade e Autoridade da Bacia do Níger, contribuindo ativamente para a cooperação e revitalização destas duas entidades no contexto regional (Inamete, 1993, p. 80). A concretização destes eventos demonstrou o interesse na promoção e cooperação regional por parte da Nigéria, possibilitando-lhe alcançar a liderança da ECOWAS, em 1985 (Inamete, 1993, p. 80).

No âmbito da procura da reestruturação da sua economia e da estabilização da sua dívida externa, a Nigéria adotou uma postura de não confrontação com estados não-africanos, e participou assiduamente em organizações e comunidades internacionais como o Movimento dos Não Alinhados, a OPEC, o Grupo 77, as Nações Unidas e a Commonwealth (Inamete, 1993, p. 81).

Apesar dos esforços para reorganizar a economia e a sociedade nigeriana, Buhari revelou-se incapaz de controlar a economia e a dívida pública, sendo que, em 1985, 38,7% das receitas públicas revertiam para amortização da dívida, o que obrigaria a Nigéria a implementar o Programa de Ajuste Estrutural<sup>20</sup> imposto pelo FMI, e recusado por Buhari, que não queria “sacrificar o orgulho nacional nigeriano” (Falola & Heaton, 2008, p. 216).

A ineficácia da reestruturação da sociedade e da economia da Nigéria resultou no agravamento da situação económica e militar do povo nigeriano, fazendo com que, a 27 de agosto de 1985, Buhari fosse deposto através de um golpe palaciano planeado pelo Major-General Ibrahim Badamasi Babangida, o sucessor de Buhari (Falola & Heaton, 2008, p. 216).

Entende-se assim que, não obstante a procura do desenvolvimento de políticas de promoção dos ideais contemplados pelo primeiro, segundo e quarto círculo concêntrico, a rigidez das medidas implementadas por Buhari fez com que algumas das políticas

---

<sup>20</sup> Structural Adjustment Program (SAP) (Falola & Heaton, 2008, p. xxxv).

adotadas, sobretudo no primeiro e segundo círculo, não tenham tido os melhores resultados, tendo, inclusive, contribuído para o agravamento do contexto interno e das relações com países vizinhos.

#### 2.2.7. Administração de Babangida (1985-93)

Babangida ocupou o cargo de Presidente da Nigéria e Comandante-em-Chefe das Forças Armadas nigerianas, entre 1985 e 1993, tendo tido treino militar em várias instituições militares, e envolvimento na supressão do golpe que assassinou o General Murtala Mohammed, em 1976, e no golpe que depôs Buhari, em 1984 (Falola & Heaton, 2008, pp. xxi- xxii).

O regime de Babangida foi marcado por uma dualidade entre o autoritarismo e uma preocupação dissimulada para com os interesses da opinião pública, ainda que tenha promovido várias ações de denúncia de crimes e corrupção, por parte da comunicação social, encorajando debates sobre temas pertinentes para o país, numa tentativa de legitimizar a sua posição enquanto Presidente da Nigéria<sup>21</sup> recorrendo-se de uma “retórica democrática” (Falola & Heaton, 2008, p. 217).

Foi também durante a sua administração, em 1986, que foi implementado, sob consulta da opinião pública, o Programa de Ajuste Estrutural, o qual manteria a austeridade, porém evitando uma imagem de “pedinte” por parte da Nigéria e assegurando, simultaneamente, a sua soberania perante organismos internacionais (Falola & Heaton, 2008, p. 217).

Ainda que o SAP tenha permitido uma redução dos custos da dívida nas receitas públicas, de 38,7% para 30% , entre 1985 e 1988, o mesmo causou um impacto significativo para a esmagadora maioria da população nigeriana, resultando no crescimento do desemprego, aumento do custo de vida e redução generalizada dos

---

<sup>21</sup> Falola & Heaton (2008, p. 217) salientam que Babangida se apresentava como Presidente e não como Chefe de Estado, pretendendo-se afastar da significância de “Senhor Militar”.

rendimentos das famílias nigerianas<sup>22</sup>, agravada com a desvalorização da moeda nacional e com o aumento da inflação<sup>23</sup> (Falola & Heaton, 2008, p. 219).

Para fazer face a este período económico conturbado, Babangida promoveu a criação de várias organizações e organismos que ajudassem distintos setores da sociedade na criação de melhores condições de vida, entre as quais surgem como exemplos a Diretoria da Alimentação, Estradas e Infraestruturas Rurais, que promovia o desenvolvimento rural, ou a Diretoria Nacional de Empregabilidade, que tinha em vista ajudar na colocação de recursos humanos na iniciativa privada, porém a longo prazo estas iniciativas tornaram-se vítimas de esquemas de corrupção (Falola & Heaton, 2008, pp. 220-221).

Perante todo o clima de instabilidade, assistiu-se a um crescimento do fervor religioso, sendo que a literatura destaca como a própria religião passa a ser objeto de “politização”, nomeadamente quando, em 1986, Babangida torna a Nigéria membro da OIC<sup>24</sup>, sem considerar a opinião pública, o que causou uma contestação generalizada, sobretudo por parte de outras congregações religiosas (Falola & Heaton, 2008, p. 222).

As ações de Babangida tiveram graves repercussões por toda a Nigéria, instalando-se um clima generalizado de tensão e conflito entre cristãos e muçulmanos, o que se traduziu no agravamento da situação económica e da instabilidade na sociedade, fazendo com que houvesse um aumento significativo de emigrantes que representavam mão-de-obra qualificada<sup>25</sup> (Falola & Heaton, 2008, pp. 222-223).

A nível externo, Babangida procurou aliviar as restrições implementadas pela administração anterior, ao revitalizar as relações com estados vizinhos, negociando termos e condições para a abertura de fronteiras, concretizando objetivos domésticos e dos estados a si contingentes (Inamete, 1993, p. 81).

A abertura das fronteiras e o alívio das restrições contribuiu igualmente para uma maior fluidez das políticas anteriormente definidas para a ECOWAS, concedendo à Nigéria uma (re)aproximação com alguns estados pertencentes a esta comunidade

---

<sup>22</sup> Falola & Heaton (2008, p. 219) informam que o rendimento per capita reduziu de 778 dólares, em 1985, para 105 dólares, em 1989.

<sup>23</sup> Entre 1988 e 1995 a taxa de inflação permaneceu entre os 40% e os 70% (Falola & Heaton, 2008, p. 219).

<sup>24</sup> Organization of the Islamic Conference (OIC) (Falola & Heaton, 2008, p. xxxv).

<sup>25</sup> Estima-se que, até 2000, 25%- 50% da população com educação superior tenha deixado a Nigéria (Falola & Heaton, 2008, p. 223).

(Inamete, 1993, p. 81). Segundo Inamete (p.81), a liderança da Nigéria e o papel desempenhado em missões de manutenção da paz na região Ocidental do continente africano, contribuíram igualmente para a concretização da integração e do progresso socio-económico regional, através da implementação da estabilidade.

Durante este período, verificou-se ainda um investimento da Nigéria nas relações com estados não africanos, nomeadamente com a Grã-Bretanha, EUA e a União Soviética, mantendo a sua posição de não alinhada e procurando adquirir apoio no processo de reestruturação económica da região, atuando de forma assertiva na defesa dos interesses de África e na promoção do “pan-africanismo” (Inamete, 1993, p. 82).

A cordialidade com estados não africanos torna-se fundamental, sobretudo num período em que a Nigéria ainda atravessava dificuldades económicas, pelo que o amortização da dívida pública externa tomou o cerne da atenção de Abuja, que pretendia a todo o custo estabelecer a ordem e a tranquilidade, num país ainda fragilizado.

Durante a administração de Babangida, averigua-se uma intenção de intensificar o investimento nas políticas e relações com estados vizinhos, com a região e com atores extra-continentais, contemplando os ideais do segundo, terceiro e quarto círculo concêntrico. Verifica-se também, ainda que a um ritmo menos fluído, uma tentativa de colmatar, em certa medida, as lacunas deixadas pelo antecessor de Babangida, Buhari, no que diz respeito ao primeiro círculo concêntrico, mesmo que, em alguns parâmetros adotados, o resultado não tenha sido o esperado.

Em junho de 1993, as consideradas mais “livres e justas eleições” da Nigéria, dão a vitória a Abiola, um líder muçulmano do Sul, todavia esta foi temporária já que os resultados acabam por ser anulados, instaurando um clima de tensão na Nigéria (Falola & Heaton, 2008, p. xviii). Perante esta realidade, em agosto, Babangida entrega o poder ao Conselho Governativo Interino<sup>26</sup> sob a liderança de Ernest Shonekan, sendo que, em novembro do mesmo ano, o General Sani Abacha torna-se Presidente após um golpe político (Falola & Heaton, 2008, p. xviii).

---

<sup>26</sup> Interim Governing Council (IGC) (Falola & Heaton, 2008, p. xxxiv).

### 2.3. Síntese Conclusiva

A política externa nigeriana desenvolveu-se a um compasso próprio e nem sempre com um ritmo constante, havendo períodos que se revelaram verdadeiramente desafiantes para os líderes governativos, em particular, e para a sociedade, em geral.

A década que seguiu a independência do país, em 1960, começou com a ambição de unificar a Nigéria pela criação de uma identidade nacional, tarefa que se revelou difícil de alcançar, tanto para Balewa como para Ironsi, pelas tensões existentes entre as várias regiões, motivo que conduziu à queda da Primeira República da Nigéria, em 1966.

No que concerne a política externa, ainda que esta tenha iniciado a um ritmo lento e acompanhado da sombra do colonialismo, verificou-se, no entanto, um esforço por parte de Lagos em assegurar a cooperação, a coesão e a estabilidade da região Ocidental africana.

Com a administração militar de Gowon, os desafios identitários agravaram-se, culminando na Guerra Civil Nigeriana (1967-70), evento este que revelou a importância de manter e consolidar as relações com os estados contíguos à Nigéria, bem como criar uma comunidade que promovesse o fortalecimento, cooperação e promoção da região e dos ideais afrocêntricos, surgindo a ECOWAS, em 1975.

Com a administração de Mohammed e Obasanjo, não obstante os desafios de concretização do imaginário de Balewa de unificação da Nigéria, esta pôde verificar um período de maior tranquilidade em comparação com as administrações antecedentes. Neste período observou-se uma intenção de reformular as estruturas nigerianas, pondo fim à corrupção e revitalizando a sociedade, e de promover o equilíbrio nos estados ao seu redor, lutando ativamente na defesa do afrocentrismo, das culturas, tradições e ideais africanos.

A década de 1980, e até 1993, revelou-se desafiante, em especial para as duas primeiras administrações deste período, sendo elas marcadas por uma grave crise económica, que estagnou a sociedade nigeriana no seu geral, e por uma quebra significativa da atividade desenvolvida no âmbito da política externa, em parte fruto das tensões que surgem em resultado das medidas anti-imigrantes da Segunda República, primeiramente com Shagari, perpetuando-se no regime militar de Buhari.

Contudo, com o regime militar de Babangida as restrições parecem aliviar, ainda que a austeridade e o autoritarismo permaneçam ativos, com vista a atenuar as contínuas dificuldades económicas e sociais vivenciadas pelos nigerianos.

Ao longo das várias administrações políticas da Nigéria, desde a sua independência, em 1960, até 1993, o clima observado é de tensão e conflitualidade interna, constatando-se uma falha na aquisição de uma unidade nacional com a qual a totalidade do povo nigeriano se identifique.

Esta falha transpõe-se para a política externa nigeriana que, ao longo das décadas, falha em cumprir políticas e concretizar ações que sejam do interesse coletivo do país, mostrando-se desprovida de padrões de continuidade, impossibilitando a afirmação da Nigéria enquanto agente de estabilidade na região.

Constata-se ainda como a interceção de componentes ideacionais, somadas à procura de ganhos de projecção de poder regional, conseguem ser explicados pelo Realismo Neoclássico, permitindo-nos não contemplar apenas a autonomia das dinâmicas interna ou externa.

## CAPÍTULO 3- OPERAÇÕES DE PAZ NIGERIANAS- O CASO DA LIBÉRIA

### 3.1. Introdução

Desde a independência da Nigéria até à década de 1990 que as dinâmicas internas nigerianas foram marcadas pela insegurança, pela tensão e pelo conflito, clima do qual resultaram vários golpes de estado que impuseram a vigência de uma nova realidade para a Nigéria, quer fosse através da instauração de regimes militares, quer pela implementação de regimes civis.

Apesar da incontância política e económica observável na Nigéria, no decorrer das várias administrações, e também ela de uma forma irregular na sua trajetória, a política externa nigeriana procurou aproximar-se na construção de uma comunidade regional que promovesse a cooperação e promoção económica, política e cultural, de modo a consolidar a estabilidade na mesma, contribuindo dessa forma para o equilíbrio dos próprios estados- membros, incluindo a Nigéria.

Nesse sentido, desde a sua independência do poderio colonial que a Nigéria tentou afirmar-se na luta contra a discriminação e na promoção dos ideais e culturas africanas, fortalecendo as tradições do continente. A promoção da paz era feita a par e passo como a defesa destes ideais, contemplando-se a instauração de regimes que promovessem a história e cultura do país em questão. É neste contexto que a Nigéria lidera as intervenções de manutenção da paz na Libéria e na Serra Leoa.

As operações de manutenção da paz, ou *peacekeeping*, promovidas pelas Nações Unidas, advêm do objetivo estabelecido pela Carta das Nações Unidas, assinada em junho de 1945, no rescaldo da II Guerra Mundial, de “manter a paz e a segurança internacional”, de forma a “salvar as futuras gerações do flagelo da guerra” (Peace Operations Training Institute, 2010, p. 5).

As missões de manutenção da paz devem garantir o cumprimento dos direitos estabelecidos pela Declaração Universal dos Direitos Humanos na implementação dos seus mandatos, não promovendo ou coadunando com a violação dos mesmos, conduzindo-se, simultaneamente, pela Lei Internacional Humanitária, assegurando a defesa da “propriedade cultural” e das vítimas de um conflito armado, incluindo por via de convenções e tratados (Peace Operations Training Institute, 2010, p. 8 e 9).

Tal como constatado no Estado da Arte da presente dissertação, os mandatos de *peacekeeping* são conduzidos por forças militares ou policiais (A. Koops et al., 2015, p.2), que entende-se que podem ser conduzidos pelo corpo das Nações Unidas ou por outras entidades e comunidades, havendo quatro possibilidades de desfecho: sucesso, falha ou parcialidade de ambos os desfechos mencionados, tal como se define na referida secção (Martin-Brûlé, 2017, p. 25 e 42).

Para o presente capítulo procurar-se-á definir o contexto político, económico e social da Nigéria aquando da sua intervenção na Libéria, e compreender de que forma é que esta operação se enquadrava e cumpria com os objetivos da política externa definida, recorrendo-se da análise do desenvolvimento e do desfecho da referida intervenção.

### 3.2. Contexto Doméstico Antes e Durante à Intervenção na Libéria.

O regime militar de Babangida instaurou-se em 1985, após um golpe palaciano que colocaria um fim à liderança de Buhari. A governação de Babangida foi marcada por uma tentativa de implementação da ideia de democratização, ainda que a Nigéria vivesse um regime militar.

A democratização foi feita em várias vertentes, desde o combate à corrupção por via da denúncia e condenação de crimes, quer pela promoção da melhoria das condições de vida dos nigerianos através da criação de vários organismos e entidades públicas, assim como pela defesa de medidas de cooperação com estados vizinhos e de dinamização de comunidades regionais como a ECOWAS.

A visão democrática de Babangida consolidar-se-ia com a realização de eleições presidenciais livres que possibilitariam a transição para uma regime da mesma ordem. Desse modo, numa primeira etapa, com eleições marcadas para dezembro de 1992, para os dois partidos permitidos pelo governo, o SDP<sup>27</sup> e o NRC<sup>28</sup>, foram apresentadas vinte e três candidaturas para a Presidência, tendo apenas dois candidatos sido nomeados- Shehu Yar'Adua, pelo SDP, e Adamu Ciroma, pelo NRC (Falola & Heaton, 2008, p. 226). O

---

<sup>27</sup> SDP- Social Democratic Party (Falola & Heaton, 2008, p. xxxv).

<sup>28</sup> NRC- National Republican Convention (Falola & Heaton, 2008, p. xxxv).

processo de seleção foi considerada pelos demais candidatos como fraudulenta, resultando no adiamento das eleições para junho de 1993 (Falola & Heaton, 2008, p. 226).

Para a ronda eleitoral marcada para 1993, o governo selecionou dois candidatos muçulmanos - Moshood Kashimawo Olawale Abiola, um empresário Yoruba, dono do grupo jornalístico Concord e representante do SDP, e Bashir Tofa, um empresário Kanuri<sup>29</sup>, nomeado do NRC (Falola & Heaton, 2008, pp. 226-227).

Apesar das eleições, que formariam a Terceira República da Nigéria, terem dado a vitória a Abiola, que somou 58% dos votos, tendo inclusive liderado a maioria dos votos no estado do seu adversário, Kano, as mesmas acabaram por ser anuladas, apresentando Babangida o pretexto de que Abiola adquirira uma vitória sob uma “plataforma que semearia a discórdia étnica”, de que ambos os candidatos teriam incorrido em más práticas eleitorais, o que, por conseguinte, demonstrava que a “máquina eleitoral nacional” ainda não estava totalmente operacional (Falola & Heaton, 2008, p. 227).

Falola & Heaton (2008, p. 227), mostram como as ações de Babangida, que optou pela seleção de dois candidatos muçulmanos, cada uma representante de uma região diferente da Nigéria, poderão ter tido o intuito de não assegurar uma vitória clara, mantendo-se assim no poder. A interferência do governo no período pré e pós eleições demonstra tacitamente a plasticidade da retórica democrática de Babangida.

A intervenção do governo no resultado das eleições não foi bem aceite, não só pela comunidade Yoruba, que via este ato como uma interferência direta e deliberada por parte do Norte, na eleição de um representante de um estado do Sul da Nigéria, como também pela generalidade dos nigerianos, que se insurgiram contra a decisão do governo, iniciando uma onda de protestos, sobretudo em Lagos (Siollun, 2019, p. 13).

Este foi um período conturbado na história da Nigéria, marcado por tumultos, atentados e caos, que determinaram, progressivamente, a divisão do país em fações de apoio. Por um lado, vemos as comunidades do Sul a protestarem e concederem apoio à restauração da vitória de Abiola, nomeadamente através do estabelecimento de alianças, como foi o caso da Campanha para a Democracia (CD)<sup>30</sup>, que resultou da coligação entre a NLC<sup>31</sup> e a NANS<sup>32</sup> (Falola & Heaton, 2008, p. 227). Por outro lado, grupos de apoio ao

---

<sup>29</sup> Comunidade da região Norte da Nigéria (Falola & Heaton, 2008, p. 227)

<sup>30</sup> Campaign for Democracy (CD) (Falola & Heaton, 2008, p. xxxiii).

<sup>31</sup> Nigerian Labour Congress (NLC) (Falola & Heaton, 2008, p. xxxiv).

<sup>32</sup> National Associations of Nigerian Students (NANS) (Falola & Heaton, 2008, p. xxxiv).

governo, como o ABN<sup>33</sup>, procuraram o reconhecimento da anulação das eleições de 1993 (Falola & Heaton, 2008, pp. 227-228). Simultaneamente, alguns grupos, como o MAD<sup>34</sup>, insurgiam-se contra a administração em vigor, através de atividades terroristas (Falola & Heaton, 2008, p. 228).

As ações de Babangida conduziram, portanto, a um clima de profunda instabilidade e desordem na Nigéria, o que colocava em causa a confiança e legitimidade do governo. Perante este cenário, Abuja decidiu, em agosto de 1993, transitar o poder para o Governo Nacional Interino (ING)<sup>35</sup>, sob a liderança de Ernest Shonekan (Siollun, 2019, p. 15)

Falola & Heaton (2008, p. 228) salientam que a credibilidade e legitimidade do ING agravaram-se com a implementação de um conjunto de medidas económicas desastrosas, bem como com a identificação, por parte do Supremo Tribunal de Justiça, da inconstitucionalidade e consequente ilegalidade do IGC<sup>36</sup>, reconhecendo a vitória de Abiola.

Apesar do reconhecimento da vitória de Abiola e da ilegalidade do Governo Interino, só em novembro é que a governação do mesmo termina, através de um golpe de estado liderado pelo General Sani Abacha, que se coloca na liderança da Nigéria (Falola & Heaton, 2008, p. 229).

Inicialmente, Abacha procurou reduzir os impactos causados pelas várias políticas implementadas pela administração anterior, nomeadamente pela suspensão das medidas do Programa de Ajuste Estrutural (SAP), responsável pelo agravamento da situação económica dos nigerianos, e pelo afastamento dos conselheiros militares de Babangida (Falola & Heaton, 2008, p. 230). No entanto, a perspectiva de uma consolidação democrática rapidamente se desvaneceu.

Logo após a sua eleição, Abacha anunciou a dissolução de todos os partidos políticos, do ING, da Assembleia Nacional, da Comissão Nacional Eleitoral, das trinta

---

<sup>33</sup> Association for a Better Nigeria (ABN) (Falola & Heaton, 2008, p. xxxiii).

<sup>34</sup> Movement for the Advancement of Democracy (MAD) (Falola & Heaton, 2008, p. xxxiv).

<sup>35</sup> Interim National Government (ING) (Siollun, 2019, p. 15).

<sup>36</sup> Os autores Falola & Heaton (2008, p. xxxiv), definem IGC como Interim Governing Council, sendo este o mesmo órgão definido por Siollun (2019, p. 15) como Interim National Government (ING).

Assembleias Estatais, assim como a exoneração dos seus respetivos governadores, instaurando o Conselho Provisório de Governação (PRC)<sup>37</sup> (Siollun, 2019, pp. 32-33).

Tal como Siollun (2019, p. 41) salienta, a subida de Abacha ao poder está envolta num contexto complexo, próprio do fraturante ambiente político local. Em encontros prévios ao golpe, Abacha reuniu-se com vários grupos da sociedade, estabelecendo distintos acordos e alianças, que acabariam por ser interpretados consoante o critério e interesses dos diferentes intervenientes.

Por um lado, as forças militares entenderam que se havia estabelecido um acordo com os grupos pró-democráticos e de corrente tradicional, instituindo-se um governo militar à data do golpe (Siollun, 2019, p. 41). Por outro lado, os “grupos civis” estavam crenes de que a ação determinante de Abacha tinha como objetivo único a instauração de Abiola no poder, de modo a consolidar, finalmente, o resultado das eleições de 1993 (Siollun, 2019, p. 41).

Perante a mudança inesperada de rumo por parte de Abacha, muitos foram os que protestaram e se revoltaram contra a sua tomada do poder. Em junho de 1994, data de celebração do primeiro aniversário das eleições que davam a vitória a Abiola, foram organizados protestos, apoiados por organizações democráticas, nomeadamente pela Coligação Nacional Democrática (NADECO)<sup>38</sup>, e greves por parte de sindicatos de diversos setores, sendo que em resultado destas demonstrações de apoio, Abiola declarou-se Presidente da Nigéria (Falola & Heaton, 2008, p. 230). No discurso de Abiola, citado por Siollun (2019, p. 57), é proferido o seguinte:

“Our patience has come to an end. As of now, from this moment, a new government of national unity is in power throughout the length and breadth of the federal republic of Nigeria, led by me, Bashorun M.K.O. Abiola, as president and commander-in-chief (...) I call upon the usurper, General Sani Abacha, to announce his resignation forthwith, together with the rest of his illegal ruling council”.

A atitude ousada e o tom determinado de Abiola não passam despercebidos por Abacha, que prontamente toma ação em forma de resposta ao confronto da sociedade, em geral, e de Abiola, em particular. Ordena a dissolução dos sindicatos, a proibição do

---

<sup>37</sup> Provisional Ruling Council (PRC) (Siollun, 2019, p. 33).

<sup>38</sup> A National Democratic Coalition (NADECO) foi uma organização formada a partir da CD (Campaign for Democracy) (Falola & Heaton, 2008, p. 230).

NADECO e prisão dos seus respetivos líderes assim como de Abiola, que permaneceu detido até 1998, ano em que acaba por falecer precocemente (Falola & Heaton, 2008, p. 231).

O fim da legitimidade de Abacha chega apenas em 1995, aquando da execução de Ken Saro-Wiwa e de outros membros da comunidade Ogoni, passando o líder nigeriano a ser visto como “tirano”, não só pelos nigerianos, como também pela comunidade internacional (Falola & Heaton, 2008, p. 231). Ao longo da sua administração, a imagem de Abacha foi-se deteriorando por diversas razões.

Entre 1970 e 1995, a Nigéria contou com um lucro de 200 mil milhões de dólares somente da exportação de petróleo, porém as populações das áreas de exploração petrolífera - como a comunidade Ogoni – continuavam a ser das mais carenciadas e com os maiores índices de sub-desenvolvimento nacionais (Siollun, 2019, p. 93), condições agravadas com a deterioração ambiental, fruto da exploração petrolífera (Falola & Heaton, 2008, p. 231).

A comunidade Ogoni está localizada no Sudeste na Nigéria, contando, no início da década de 1990, com cerca de 500 000 membros, representando menos de 1% da população nacional (Siollun, 2019, p. 94). Esta pequena comunidade étnica foi profundamente afetada pela exploração da gigante petrolífera Shell, durante o período referido, que contribuiu ativamente para o subdesenvolvimento da região, a intensificação da poluição, o crescimento do desemprego e da pobreza, e para o desinteresse no investimento na educação, apesar da receita de 30 mil milhões de dólares que o governo nigeriano arrecadou, em resultado da extração de cerca de 900 milhões de barris de petróleo em terras oriundas da comunidade Ogoni (Siollun, 2019, p. 94 e 95).

Em resultado da degradação desta comunidade e da necessidade de emancipação da mesma, membros Ogonis criaram o Movimento para a Sobrevivência do Povo Ogoni (MOSOP)<sup>39</sup> em conjunto com a “Declaração dos Direitos dos Ogoni”, exigindo autonomia político-económica para a comunidade, assim como compensações pelos impactos ambientais sofridos, e concessão de royalties para a exploração petrolífera em áreas a si pertencentes (Siollun, 2019, p. 95).

---

<sup>39</sup>Movement for the Survival of the Ogoni People (MOSOP) (Siollun, 2019, p. 95).

Falola & Heaton (2008, p. 232) salientam que, apesar destas exigências terem sido ignoradas pelo governo nigeriano, ainda sob o mandato de Babangida no início da década de 1990, a verdade é que o MOSOP foi ganhando apoio popular, conseguindo, em 1993, mobilizar protestos, colocando em causa a estabilidade das áreas de exploração petrolífera, o que condicionava receitas e, conseqüentemente, o governo.

Neste contexto de instabilidade, em maio de 1994, Abacha aproveitou o assassinato de quatro autarcas locais para acusar Ken Saro-Wiwa, fundador do MOSOP, e outros líderes do mesmo movimento, dos crimes perpetrados, tendo sido oito condenados e enforcados, entre os quais Ken Saro- Wiwa, num julgamento condicionado e sem imparcialidade (Falola & Heaton, 2008, p. 232).

O período de governação de Abacha revelou-se particularmente difícil para os nigerianos, não só em termos socio-políticos, mas também económicos, agravados com a marginalização internacional da Nigéria.

As atitudes do líder nigeriano desencorajaram o investimento internacional, o que contribuiu para o agudizar das condições de vida dos nigerianos, desde logo com a cessação da atividade de vinte e duas explorações petrolíferas, de 1991 para 1994, que, apesar de tudo, acabou por ser compensada pelo aumento exponencial dos custos dos produtos petrolíferos, que possibilitou a subida das receitas federais (Falola & Heaton, 2008, p. 233).

Falola & Heaton (2008, p. 233) reforçam que, apesar do aumento das receitas do petróleo, a corrupção impossibilitava o investimento na melhoria das condições de vida. A inconsequente gestão económica de Abacha fez subir o preço da gasolina, desvalorizou ainda mais a moeda local face ao dólar e aumentou a inflação, colocando-a nos 150% anuais (Falola & Heaton, 2008, p. 233).

Na reta final do período de governação de Abacha, verificava-se que a força militar havia contribuído para a intensificação da fragmentação da Nigéria, fomentando o aumento das clivagens étnicas, religiosas e geográficas, o que conduziu a um repensar da liderança militar e da conceção de unidade nacional por parte de algumas regiões, nomeadamente o Sul (Siollun, 2019, p. 193).

Siollun (2019, p. 212) reforça que, apesar de Abacha ter contemplado, em outubro de 1995, a transição do poder militar para o civil, em outubro de 1998, recorrendo à

eleição de um Presidente e implementando-se a Constituição elaborada em 1995, a verdade é que os planos do então Presidente não foram aplicados desta forma.

Numa tentativa de fortalecer a sua legitimidade e manter-se no poder, Abacha procedeu a uma transição dissimulada do poder, sendo que para tal procurou consolidar a sua base de apoio, acrescentando seis novos estados, aos trinta já existentes, possibilitando a implementação de cento e trinta e oito novas áreas de governação, bem como a criação de cinco novos partidos, que, por via da intimidação, o nomearam como candidato às eleições presidenciais, manipulando assim o propósito da realização de eleições livres e democráticas (Falola & Heaton, 2008, p. 233).

Porém, antes da concretização efetiva deste plano, em junho de 1998, o líder nigeriano morre subitamente (Falola & Heaton, 2008, p. 234), deixando a Nigéria emersa numa profunda crise política, sobretudo com a morte de Abiola, em julho de 1998 (Siollun, 2019, p. 212).

Ao longo das duas admisnistrações mencionadas, averigua-se uma oscilação do foco nas medidas e posições adotadas no âmbito da conjugação entre políticas internas e externas. Assim, apesar da aposta de Babangida no desenvolvimento de medidas e políticas na generalidade dos quatro círculos concêntricos, não obstante as decisões tomadas na reta final da sua administração, que afetaram gravemente a perceção das suas intenções no que concerne o primeiro círculo concêntrico, a administração de Abacha revelou um decréscimo acentuado do investimento nos quatro campos citados.

As ações de Abacha tiveram, portanto, repercussões na segurança interna (primeiro círculo), ao verificar-se a implementação de um regime autoritário e anti-democrático, e, em certa medida, nas relações extra-continentais, aquando do julgamento internacional da Nigéria face a eventos domésticos (quarto círculo).

### 3.3. A Intervenção Nigeriana na Libéria.

Em abril de 1980, Samuel Doe, executou um golpe de estado que culminou na morte do Presidente da Libéria, William Tolbert, com o intuito de colocar um fim à corrupção no país e à incapacidade de satisfazer os interesses populares (Editors, 2018, p. 5).

Na sequência da sua subida ao poder, Doe forma o PRC<sup>40</sup>, incorporando membros de várias tribos e comunidades étnicas do país, com o objetivo de representar os grupos sociais tidos como marginalizados, distribuindo cargos e posições no governo e nas forças militares, adicionando ainda alguns independentes em alguns cargos, para que a sua legitimidade não fosse questionada por outros partidos e organizações como o PPP<sup>41</sup> e o Movimento pela Justiça em África (Editors, 2018, p. 12). Editors (2018, p. 13), salienta que entre estes civis estava Charles Taylor, que entrou no governo para ocupar o cargo de Diretor Geral da Agência dos Serviços Gerais.

Taylor nasceu na Libéria, e apesar da sua ascendência Americo-Liberiana, procurou reforçar a sua legitimidade no contexto da sua “linhagem afro-liberiana”, o que lhe possibilitou ascender dentro da ULAA<sup>42</sup>, em Boston, para onde regressou depois de se ver obrigado a sair da Libéria aquando da descoberta, por parte de Doe, das fraudes e desvios de dinheiro que executara enquanto Diretor Geral (Editors, 2018, p. 23 e 24).

Nos EUA, Taylor foi procurado e detido no âmbito de um mandato internacional, a pedido de Doe, porém, depois de dois anos encarcerado numa prisão no Massachusetts, consegue escapar e exilar-se, no Gana e, posteriormente, na Costa do Marfim (Editors, 2018, pp. 24-25 e 30).

Ao longo da sua jornada pela região Ocidental africana, Taylor foi angariando apoios heterodoxos, possibilitando-lhe a criação da NPFL<sup>43</sup> com o objetivo de invadir a Libéria e depôr Samuel Doe (Editors, 2018, p. 30).

No contexto da política externa da administração de Babangida, a Nigéria procurou reforçar a sua imagem de promotora da paz ao desenvolver, no âmbito da sua política externa, missões de manutenção da paz em países da região, nomeadamente na Libéria e na Serra Leoa, missões essas que foram reconhecidas por organismos e potências internacionais como as Nações Unidas e os EUA (Falola & Heaton, 2008, p. 265 e 266).

---

<sup>40</sup> People’s Redemption Council (PRC) (Editors, 2018, p. 12).

<sup>41</sup> Progressive People’s Party (PPP) (Editors, 2018, p. 8).

<sup>42</sup> Union of Liberian Associations in the Americas (ULAA) (Editors, 2018, p. 24).

<sup>43</sup> National Patriotic Front of Liberia (NPFL) (Editors, 2018, p. 30).

Na sequência da eclosão da Guerra Civil da Libéria, em 1989, Babangida, o então Presidente da Nigéria, decide apoiar o seu aliado, Samuel Doe, aquando da invasão da Libéria pelo NPFL, liderado por Taylor (Falola & Heaton, 2008, p. 266).

A 7 de agosto de 1990, a pedido de Abuja, foi convocada uma reunião de urgência da ECOWAS, para decidir como seria organizado o apoio à Libéria, da qual surgiu a organização de uma intervenção militar sob alçada do Grupo de Monitorização da Comunidade Económica dos Estados Africanos Ocidentais (ECOMOG)<sup>44</sup>, que chegou à capital liberiana, Monróvia, a 24 de agosto de 1990 (Editors, 2018, p. 39).

Assim, desde 1990 que, paralelamente à instabilidade interna vivenciada no contexto doméstico da Nigéria, esta apoiou o desenvolvimento das operações de manutenção da paz na Libéria.

Segundo as Nações Unidas (s.d.), no contexto de intervenções em regiões ou territórios onde eclodem conflitos, esta organização pode desenvolver diversas operações, entre as quais prevenção de conflitos, criação, imposição, construção e manutenção da paz, sendo que esta última se caracteriza pela “(...) concessão de apoio na implementação do cessar-fogo ou acordos de paz, (...) envolvendo atividades de manutenção da paz [cuja multidimensionalidade] facilita o processo político, a proteção de civis, assiste no desarmamento, desmobilização e reintegração de combatentes; ajuda na organização de eleições, proteção e promoção dos Direitos Humanos e assiste na restauração do Estado de Direito”.

A Nigéria interviu, então, na Libéria através do desenvolvimento de uma operação de manutenção da paz. Tal como já havia sido referido do Estado da Arte da presente dissertação, as missões de manutenção da paz (*peacekeeping*) recorrem-se de forças militares ou policiais, de forma a efetuar uma gestão e controlo de um conflito, localizado numa determinada região ou território, devendo assegurar a neutralidade e imparcialidade das suas ações, mantendo-se fiéis aos regulamentos de paz estabelecidos pela ONU, sendo que, caso seja necessário, podem recorrer da força para garantir o cumprimento do seu mandato (A. Koops et al., 2015, pp. 2-3).

A força nigeriana concedeu o apoio maioritário à ECOMOG, totalizando 70% da força militar e 80% do investimento económico nesta operação, tendo como objetivos

---

<sup>44</sup> Economic Community of the West African States Monitoring Group (ECOMOG) (Editors, 2018, p. 39).

negociar o cessar-fogo com as forças opositoras de Taylor, auxiliar na transição do poder para um governo interino, e, posteriormente, para um governo permanente, recorrendo a eleições, e ajudar na resolução da crise de refugiados na região Ocidental, que no início da década de 1990 ascendia a cerca de 500 000 pessoas (Falola & Heaton, 2008, p. 266).

Apesar da Nigéria ser reconhecida pela sua heterogeneidade étnico-cultural, religiosa e social, a verdade é que esta era a potência da região, com maior envergadura militar, resultante da sua desenvolvida elite político-militar, que possibilitava enfrentar os seus opositores regionais com facilidade (Walraven, 1999, p. 31).

Ainda que a Libéria pertencesse à comunidade regional da ECOWAS, fosse aliada da Nigéria, e Abuja apresentasse a maior capacidade militar da região, muitos analisavam a posição nigeriana com desconfiança, acreditando que esta tivesse metas próprias que cumpriria com a intervenção desenvolvida no contexto da ECOMOG.

Editors (2018, p. 39), reforça que a composição do Grupo de Monitorização da ECOWAS era maioritariamente constituído por forças nigerianas, acrescentando Walraven (1999, p. 31) que, muitos empresários nigerianos pressionaram o governo a intervir na Libéria em prol dos investimentos realizados, desde a década de 1970, em infraestruturas, e nos setores petrolífero, metalúrgico e mineiro deste país, o que traduzia a existência de intenções estratégicas de assegurar os recursos económicos e humanos investidos.

Isto significaria, portanto, que a Nigéria procurava intervir na Libéria não apenas em defesa dos princípios estabelecidos pela ECOWAS, ou pelo cumprimento da aliança entre ambos os países, mas antes pela existência de interesses particulares que motivavam a pertinência da intervenção.

Ao olharmos para a região e para as personalidades envolvidas, compreendemos que a Nigéria não foi a única a estabelecer laços que iam além do cerne do conflito, dado que também Charles Taylor tinha forjado, durante a sua jornada pela região Ocidental africana, importantes alianças que desafiavam a liderança da Nigéria na região, espelhadas no apoio de países com a Líbia, e consequentemente Qaddafi, do Burkina Faso, e da Costa do Marfim, que procuravam consolidar o seu poder e influência na região, e que apoiavam a NPFL, opondo-se assim ao poder regional nigeriano (Walraven, 1999, p. 31).

Walraven (1999, p.31) salienta que no cenário regional, os apoiantes de Taylor apresentavam-se como “ (...) os principais rivais de Lagos numa vertente mais estratégica da hegemonia regional, o que poderia desencadear facilmente uma contra-ofensiva nigeriana, que conferiria à Guerra Civil liberiana uma dimensão geopolítica que abarcaria toda a região”.

A intervenção da ECOMOG, apoiada pelos EUA, Nações Unidas e pela OAU (Falola & Heaton, 2008, p. 266), apresentou-se como um apoio inestimável para Doe, que via às portas de Monróvia, as forças de Charles Taylor - que controlava quase todo o território da Libéria e as várias indústrias nacionais - serem travadas pelo contingente do exército nigeriano (Editors, 2018, pp. 39-40).

Depois de recebidas pelo líder do INPFL<sup>45</sup>, Prince Johnson, em Monróvia, e terem travado Taylor às portas da capital, a verdade é que a operação desenvolvida pelo contingente nigeriano na Libéria não se revelou tão fácil quanto inicialmente se acreditava devido à dimensão e influência da mesma na região (Walraven, 1999, p. 34).

Desde logo, a intervenção da ECOMOG não foi apoiada por todos os estados-membros da ECOWAS, nomeadamente Burkina Faso e a Costa do Marfim, que apoiavam a facção beligerante de Charles Taylor, sendo que, para além disso, a própria ECOMOG, apesar de procurar implementar uma transição de poder pacífica para um governo interino provisório, não estava disposta a fazê-lo com nenhuma das facções envolvidas, mas antes com partidos políticos e outros grupos de interesse, que não detinham controlo efectivo sobre o país (Walraven, 1999, pp. 34-35).

O processo de concretização dos objetivos estabelecidos pela ECOMOG para a Libéria, nem sempre bem sucedido, culminou na duração do conflito de 1989 a 1997.

Logo após a sua chegada, a ECOMOG organizou uma conferência com dezassete partidos políticos, ONGs e outros constituintes da “sociedade civil”, mas sem resultados práticos, dadas as recusas e diferenças negociais entre as distintas facções, por via dos seus interesses e posições conflitantes (Walraven, 1999, p. 35).

Apesar de ter participado numa segunda conferência, organizada na Libéria, entre março e abril de 1991, Taylor recusou novamente os termos apresentados, após ele próprio, em outubro do ano anterior, ter organizado o seu “governo nacional”, a

---

<sup>45</sup> Independent National Patriotic Front of Liberia (INPFL) (Walraven, 1999, p. 34).

Assembleia Nacional Patriótica de Reconstrução (NPRA)<sup>46</sup>, com o qual controlaria a parte da Libéria sobre a sua alçada (Walraven, 1999, p. 36).

A 9 de setembro de 1990, apesar das tentativas de cessar-fogo entre as facções em conflito, por parte da ECOWAS e das Nações Unidas, as forças comandadas por Prince Johnson irromperiam pela sede da ECOMOG, capturando Doe (Editors, 2018, pp. 40-42).

A obsessão da ECOMOG em conter o avanço de Charles Taylor conduziu à colaboração destas forças de intervenção com a INPFL e a AFL, o que permitiria colmatar as lacunas observáveis no contingente nigeriano, que se foi revelando progressivamente incapaz de se adaptar, em termos estratégicos, às investidas do adversário, bem como às condições de terreno (Walraven, 1999, p. 38).

Ao longo da sua presença na Libéria, o Grupo de Monitorização da ECOWAS procedeu a várias tentativas de implementação de cessar-fogo entre as facções em conflito, contudo nem sempre bem sucedidas.

A colaboração que a ECOMOG havia feito com a INPFL e a AFL tinha como intuito minimizar o número de vítimas dos ataques, bem como reduzir os custos da intervenção, maioritariamente sustentados pela Nigéria, o que motivava a criação de campanhas de promoção do cessar-fogo, como a realizada em novembro de 1990, que permitiu reduzir o número de vítimas de ataques a Monróvia, que passou a estar sob o controlo da ECOMOG, seguindo-se um período de tréguas de cerca de dois anos, que possibilitou a ambas as partes do conflito arrecadar recursos económicos (Walraven, 1999, p. 38).

A embaixada dos EUA na Libéria estimou que, entre 1990 e 1994, no país tenham sido exportados cerca de 300 milhões de dólares em diamantes, 53 milhões de dólares em madeira, 27 milhões de dólares em borracha e 41 milhões de dólares em exportações de minérios e ferro, que possibilitaram a Charles Taylor arrecadar cerca de 100 milhões de dólares anualmente, enquanto que o Governo Interino não tinha qualquer fonte de rendimento, contando apenas com a ajuda internacional, que concedia 20 milhões de dólares anuais (Editors, 2018, pp. 45-46).

---

<sup>46</sup> National Patriotic Reconstruction Assembly (NPRA) (Walraven, 1999, p. 36).

Perante os lucros obtidos pela exploração dos recursos presentes nos territórios que dominava, e a sua crescente capacidade militar, Taylor começou a ambicionar outros territórios contingentes à Libéria. Entre esses estava a Serra Leoa e a sua produção de diamantes, na fronteira com a Libéria, e que chamou não só à atenção de Taylor, mas também de vários líderes internacionais, que receavam o alastrar da instabilidade e do conflito para outras partes da região Ocidental africana (Editors, 2018, p. 46).

Aliado ao seu interesse na produção de diamantes, em 1991, Taylor estabelece uma aliança com o grupo de rebeldes serra-leoneses, a Frente Revolucionária Unida (RUF)<sup>47</sup>, visando promover a instabilidade neste país e remover as suas forças do contingente da ECOMOG, ação que foi retaliada por parte da Serra Leoa com o auxílio na formação de uma nova facção na Libéria, o Movimento Unido de Libertação pela Democracia (ULIMO)<sup>48</sup>, constituída por elementos das comunidades étnicas de Krahn e Mandingo, que haviam também pertencido à AFL durante a liderança de Doe (Walraven, 1999, p. 38).

A ULIMO dividir-se-ia em dois contingentes diferentes, a ULIMO-K, originária do líder Alhaji Kromah, e a ULIMO-J, derivada do seu líder Roosevelt Johnson, os quais foram apoiados inicialmente pela ECOMOG e pelo Conselho de Paz da Libéria (LPC)<sup>49</sup>, através do fornecimento de armamento, logística e inteligência, com o objetivo de reduzir o poder de Taylor, e controlar regiões a Noroeste da Libéria (Walraven, 1999, pp. 38-39).

Em outubro de 1992, a pressão exercida sobre Charles Taylor leva-o a executar a “Operação Octopus”, que regista massacres vários, que só cessaram quando as forças da ECOMOG, em conjunto com a ULIMO, reforçada AFL e restantes membros da INPFL, interviram e repeliram as forças adversárias para fora de Monróvia (Editors, 2018, p. 47).

A resposta da ECOMOG, representada em grande maioria pela força nigeriana, consistiu em ataques indiscriminados de artilharia, não só a Norte da capital, mas também no Porto de Buchanan, onde se encontravam as forças de Taylor, causando incontáveis vítimas civis (Editors, 2018, p. 48).

---

<sup>47</sup> Revolutionary United Front (RUF) (Walraven, 1999, p. 38).

<sup>48</sup> United Liberation Movement for Democracy (ULIMO) (Walraven, 1999, p. 38).

<sup>49</sup> Liberian Peace Council (LPC) (Walraven, 1999, p. 38).

As Nações Unidas assinalaram, em consequência da Operação Octopus, milhares de vítimas civis, a maioria resultante de ataques de artilharia, napalm e bombardeamentos nigerianos, sendo que durante o período mais intenso de combate, cerca de dois meses, estimam-se 6500 vítimas (Editors, 2018, p. 48).

Walraven (1999, p. 39), salienta que com o apoio continuado da AFL e da ULIMO, no início de 1993, a ECOMOG conseguiu repelir a NPFL e anexar ao seu domínio várias cidades, e o aeroporto internacional de Monróvia.

Em julho do mesmo ano, a ECOMOG promove a assinatura de um novo cessar-fogo entre o Governo Interino da Libéria e as principais facções beligerantes, marcando o início do um “cessar fogo efetivo” (Falola & Heaton, 2008, p. 266), ainda que após este acordo tenha havido uma continuidade do conflito através de “proxies”, nomeadamente o LPC, “patrocinado” pela AFL, iniciou confrontos com o NPFL no Sudeste do país, e a LDF<sup>50</sup>, criada pela NPFL, combateu a ULIMO no Oeste liberiano, a qual acabou por se dividir nas anteriormente mencionadas, ULIMO-J e ULIMO-K (Walraven, 1999, pp. 39-40).

Ainda que com o auxílio da ECOMOG, a ULIMO-J, a AFL e o LPC fossem progressivamente conquistando localizações várias um pouco por toda a Libéria, em setembro de 1994, a ECOWAS promoveu a assinatura de um novo cessar-fogo, o qual foi assinado pela AFL, NPFL e ULIMO-K, sendo que as restantes forças, o LDF, LPC, ULIMO-J, acabaram por ceder só no final de 1994 (Walraven, 1999, p. 40).

Em setembro e dezembro foram assinados os acordos de Akoso e Accra, que tinham como intuito apaziguar as tensões entre as facções em conflito, contudo, só em agosto de 1995 é que concretamente se verifica a implementação de medidas efetivas de cessar-fogo (Editors, 2018, p. 49).

No novo ano que se avizinhava, ansiava-se a realização de eleições que poderiam vir a estabelecer um consenso e a tão esperada paz na Libéria, porém esta esperança desapareceu com a eclosão de novos focos de conflito, que opunham as três facções beligerantes restantes, a NPFL, a ULIMO-K e o LPC, provocando a destruição do que restava da capital, e com ela a evacuação de “agências internacionais” e o surgimento de uma nova onda de refugiados (Editors, 2018, p. 49).

---

<sup>50</sup>Lofa Defence Force (LDF) (Walraven, 1999, p. 40).

Em abril de 1996, o escalor de tensões entre a ULIMO-K e o NPFL culminaram num novo foco de conflito, sendo que no verão do mesmo ano, as investidas militares de ambas as forças transbordaram as fronteiras da Costa do Marfim e da Guiné, e ainda que a ECOMOG não tenha tido capacidade e deter estas incursões, começava-se a moldar o acordo de 1997, que colocaria um fim ao conflito (Walraven, 1999, p. 40).

Assim, em agosto de 1996 foi assinado, em Abuja, a então capital nigeriana, o acordo homónimo, no qual as partes se comprometiam a cumprir as metas definidas para o desarmamento e desmobilização, reestabelecendo-se uma nova data de eleições, para julho de 1997 (Editors, 2018, p. 50).

As desejadas eleições na Libéria, cuja população não votava livremente há mais de 12 anos, decorreram pacificamente, tendo sido registada uma taxa de participação de 90%, contando com a participação de 500 observadores eleitorais internacionais, dos quais uma equipa liderada pelo antigo Presidente norte-americano, Jimmy Carter (Editors, 2018, pp. 50-51).

O resultado das eleições concedeu a vitória a Charles Taylor, com 75% dos votos (Falola & Heaton, 2008, p. 266), depois de ter feito campanha pelo Partido Patriótico Nacional (NPP)<sup>51</sup>, explorando um discurso de que uma derrota sua implicaria um novo mergulhar do país em guerra, sobretudo através do seu slogan eleitoral: “He killed my Pa, he killed my Ma, I’ll vote for him!”, que chocou a comunidade internacional, mas não o povo liberiano (Editors, 2018, p. 52).

Sem as forças nigerianas, que formaram a grande maioria do contingente da ECOMOG e concederam quase a totalidade do investimento para a operação de manutenção da paz na Libéria, o desfecho da guerra civil liberiana poderia ter sido ainda mais desastroso.

Falola & Heaton (2008, p. 266), sublinham que a prontidão e disponibilidade demonstradas pela Nigéria, no contexto do Grupo de Monitorização da ECOWAS, para a defesa da paz na Libéria, constituíram um marco fundamental na política externa nigeriana, sobretudo aquando da cooperação com outras instituições e organizações internacionais como as Nações Unidas e a Organização da União Africana, considerando

---

<sup>51</sup>National Patriotic Party (NPP) (Editors, 2018, p. 51).

também que “sem o pessoal e os recursos nigerianos, a missão da ECOMOG nunca teria sido implementada”.

Desta forma, devemos entender que, internamente, as ações de Babangida e do seu sucessor, Abacha, na Libéria poderiam ser justificadas no âmbito da política externa definida para a Nigéria, considerando que a promoção da paz e da estabilidade regional é da maior importância para um país, garantindo a sua própria estabilidade e prosperidade.

Externamente, considerando também a política externa nigeriana, e a dualidade a esta inerente, que engloba a articulação de políticas e interesses internos com políticas externas e relações diplomáticas, a Nigéria justificou a sua intervenção na Libéria apresentando-se como ator de estabilidade regional, considerando a sua dimensão, poder económico e humano, bem como a sua influência na ECOWAS.

Apesar das justificativas nigerianas e do carácter fundamental que a Nigéria representou no contexto da defesa da paz na guerra civil liberiana, muitas foram as críticas, domésticas e externas, a esta apontadas.

Internamente, muitos criticaram a posição de Babangida perante a concessão de fundos exorbitantes para a operação de manutenção da paz na Libéria, considerando que, a nível doméstico, a população nigeriana vivia uma profunda crise política e económica, marcada pela austeridade, desemprego, aumento do custo de vida, e inflação, fatores agravados com a sucessiva mudança de governos e a conseqüente promoção económica desastrosa dos mesmos (Falola & Heaton, 2008, p. 219 e 266).

Relembrando que na Nigéria as últimas eleições livres, anteriores às realizadas em 1993, e que acabaram por ser anuladas, se realizaram em 1979, instaurando a Segunda República da Nigéria com Shagari, a Nigéria viveu desde então uma crise política, marcada por sucessivos golpes de estado que instauraram no poder regimes militares.

Perante esta realidade, poderíamos apontar como crítica uma dualidade nigeriana, marcada pela tentativa de implementação da estabilidade política na Libéria, enquanto que, domesticamente, o país vive sucessivas e contraditórias realidades políticas<sup>52</sup> marcadas pela instabilidade e pelo agravamento das condições económicas e sociais, conduzindo ao surgimento de tensões e conflitos.

---

<sup>52</sup> Nas quais poderíamos incluir as realidades políticas nigerianas que acompanharam a operação de paz na Libéria, nomeadamente a administração de Babangida e do seu sucessor, Abacha.

Ainda que tenham sido apontadas críticas internas por parte dos autores selecionados, no que concerne a caracterização da opinião pública nigeriana face a estes acontecimentos, constata-se a ausência de dados estatísticos que possibilitassem tal descrição.

Esta ausência de dados estatísticos sobre temáticas fulcrais para a sociedade política, económica e social nigeriana poderá estar intrinsecamente ligada ao facto de a Nigéria, durante o período definido, ter vivido um momento de rutura das estruturas democráticas em consequência de golpes políticos que implementaram regimes militares autoritários.

Ojione (2008, p. 72 e 93), relembra-nos que a opinião pública sobre o que é o “interesse nacional” tem implicações nas relações estabelecidas no contexto da política externa, pelo que, o autor reforça que a ausência de ferramentas e informação, que garantem a tomada de decisões assertivas para a satisfação daquilo que são os interesses de um estado, fundamentais para a sua sobrevivência no contexto (anárquico) do sistema internacional, fazem com que a opinião pública seja, muitas vezes, desconsiderada.

Externamente, Falola & Heaton (2008, pp. 266-267) sublinham ainda que muitos olhavam para as motivações de Babangida com suspeição, acreditando que o líder nigeriano exerceu da sua influência para criar o contingente da ECOMOG e intervir na Libéria sob o falso pretexto de realizar um “esforço regional de manutenção da paz”, quando na realidade usaria destas forças para proteger o seu amigo e aliado, Samuel Doe.

Apesar desta justificativa, houve quem apontasse críticas e acusações ao contingente nigeriano - de más práticas, criminalidade e corrupção - durante a sua presença na Libéria, desde venda de capacidades militares por troca de recursos naturais locais, furtos de equipamentos médicos e humanitários, e saques a empresas petrolíferas da região (Walraven, 1999, p. 46).

Por último, apesar das acusações de violação das declarações de neutralidade, estabelecidas pelas Nações Unidas e pela Organização da União Africana, por parte da ECOMOG, a verdade é que no fim da operação desenvolvida por este organismo, as referidas organizações internacionais revelaram-se apoiantes da causa e da própria ECOMOG (Falola & Heaton, 2008, p. 267).

Ou seja, ainda que a intervenção da Nigéria, sob alçada da ECOMOG, tenha sido fundamental devido aos fundos monetários e recursos humanos concedidos, e às ações desenvolvidas no âmbito da promoção do cessar-fogo e da implementação da paz na Libéria, estas acabaram por ser alvo de escrutínio internacional e doméstico, que olhavam para as motivações nigerianas com desconfiança.

Apesar dos esforços de Babangida em consolidar internacionalmente a imagem de uma Nigéria apaziguadora e promotora da paz, sobretudo com a participação nas operações de paz na Libéria, o desrespeito dos princípios fundamentais da justiça, por parte dos dois líderes nigerianos, e dos princípios dos Direitos Humanos, por parte de Abacha, revelados com a execução de Saro-Wiwa em conjunto com a não aceitação do resultado das eleições de 1993, tornaram a Nigéria, aos olhos da comunidade internacional, um estado pária, o que acarretou para Abuja o isolamento internacional através da implementação de pesadas sanções, entre as quais a suspensão das relações militares com a Grã-Bretanha, e diplomáticas com países como os EUA, África do Sul, Rússia e vários países Europeus (Siollun, 2019, p. 114).

Apesar do constrangimento das medidas aplicadas no âmbito do primeiro e quarto círculo concêntrico, a promoção da operação de manutenção de paz na Libéria permite identificar a existência de interesse na defesa da estabilidade e equilíbrio regional, tal como considerado no segundo círculo concêntrico.

Com a morte de Abacha, em 1998, e com a tão prometida transição para um regime civil, em 1999, sob a liderança de Olusegun Obasanjo, a Nigéria procurou tomar como ponto de partida, no cenário internacional, a posição deixada por Babangida, focando-se na promoção da democracia e da consolidação regional (Falola & Heaton, 2008, p. 267). Obasanjo procurou, portanto, implementar medidas já idealizada na política externa por si promovidas no mandato anterior.

### 3.4. Síntese Conclusiva

Durante o período de governação de Babangida e Abacha, compreendido entre 1985 e 1998, a Nigéria viveu uma realidade interna e externa distinta, cada uma movida a um ritmo próprio, sendo que a análise da operação nigeriana na Libéria possibilita, no

contexto do Realismo Neoclássico, compreender como e de que forma é que se efetiva a articulação dos interesses nacionais com as medidas definidas pela política externa nigeriana, considerando a gestão política doméstica e a concretização dos objetivos externos definidos.

No âmbito da análise da evolução das dinâmicas interna e externa, para o período definido, ao longo deste capítulo, consideramos a Pergunta de Partida 1 (PD1), formulada no âmbito da secção de problematização da presente dissertação, validando a Hipótese 1 (H1).

No contexto da política externa nigeriana, que visa o equilíbrio e prosperidade da região como garante da estabilidade interna, desenvolve-se a participação da Nigéria na operação de manutenção da paz na Libéria, aquando da eclosão da guerra civil.

Apesar das críticas internas apontadas à exorbitância dos investimentos nigerianos, a verdade é que sem estes a operação de paz na Libéria não teria acontecido ou realizado da mesma forma, uma vez que o contingente militar e os recursos estariam bastante limitados, tendo em conta que a Nigéria contribuiu com 70% do total da força militar e 80% do total dos recursos disponibilizados.

Ainda que a Nigéria tenha beneficiado do apoio de órgãos e entidades internacionais e regionais, como os EUA, a ONU e a OAU, a iniciativa de apoio à Libéria partiu da Nigéria, que se fazia representar através da ECOWAS e, posteriormente, do contingente da ECOMOG.

Desta forma, é possível validar a (H1) na medida em que, no âmbito da política externa nigeriana, tanto na administração de Babangida como de Abacha, podemos observar o exercício do poder promovido internamente como garante da estabilidade regional.

A análise da relação entre dinâmicas interna e externa, permite-nos ainda considerar a PD2 e validar parcialmente a (H3), formulada também na secção de problematização desta dissertação.

Considerando que a Nigéria assumiu, de facto, o seu papel enquanto ator de estabilidade regional, tal como constatado anteriormente, e apesar dos constrangimentos internos, fruto da implementação falhada do processo de democratização de Babangida e da contínua crise político-económica, que revelam a dualidade da posição nigeriana

enquanto estabilizador regional, podemos considerar que esta demonstrou capacidade de separar as dimensões interna e externa, o que, aliás, lhe valeu internamente o apontar de críticas.

Não obstante esta sua habilidade, a Nigéria não foi, no entanto, capaz de garantir o sucesso da intervenção na Libéria, tendo em conta que o período de instabilidade durou cerca de oito anos, durante os quais foram promovidos pela ECOMOG, liderada pela Nigéria, vários cessar-fogo falhados, culminando em milhares de vítimas e na destruição de múltiplos recursos, essenciais à economia local e nacional liberiana.

A guerra civil da Libéria traduziu a incapacidade da ECOWAS, da ECOMOG e, em particular, da Nigéria de ultrapassar entraves entre as facções beligerantes e assegurar o restabelecimento da ordem, o que faz com que, ainda que o mandato tenha sido cumprido, seja observada uma Falha Parcial desta operação, tal como constatado no Estado da Arte, validando-se, assim, parcialmente a (H3).

## CAPÍTULO 4- OPERAÇÕES DE PAZ NIGERIANAS- O CASO DA SERRA LEOA

### 4.1. Introdução

Na década de 1990 verificou-se uma evolução da política externa nigeriana, que contou com o desenvolvimento e envolvimento efetivo em operações de paz na região Ocidental africana, que permitiram à Nigéria colocar-se não só no centro das atenções regionais, como também marcar posição no cenário internacional.

É durante este período que a força de Abuja, toma uma posição assertiva no que concerne a consolidação dos ideais de garante do equilíbrio e do progresso regional, contemplados pela ECOWAS, também eles considerados na política externa nigeriana, e que muitos entendem como estando associada ao ideal da “Pax Nigeriana”, já fundamentada no Estado da Arte da presente dissertação.

Perante esta conjuntura, a Nigéria opera no contexto de manutenção da paz na Libéria, procurando restaurar a ordem e garantir a realização de eleições livres e representativas dos interesses do povo liberiano. Durante a Guerra Civil local, e apesar dos esforços da ECOMOG, o conflito acaba por adquirir um carácter transfronteiriço ao transbordar para países contíguos à Libéria, nomeadamente a Serra Leoa.

Internamente, a década de 1990 assumiu diversas complexidades para o povo nigeriano, que perto de reencontrar a liberdade traduzida em eleições livres, tem esse objetivo usurpado com a anulação das eleições de 1993, que colocavam Abiola no poder.

A deposição de Babangida, o afastamento de Abiola e a sucessão de Abacha marcam um período conturbado na Nigéria que, simultaneamente à crise política interna, se tenta afirmar como promotor de estabilidade externa.

Tendo em consideração o desenvolvimento do contexto interno e externo da Nigéria, durante a década de 1990, procurar-se-á para o presente capítulo dar continuidade ao delinear do contexto político, económico e social da Nigéria aquando da operação na Serra Leoa, compreendendo ao mesmo tempo, de que forma é que esta se enquadrou e cumpriu com os objetivos da política externa definida por Abuja, recorrendo-se da análise do desenvolvimento e do desfecho desta intervenção.

#### 4.2. Contexto Doméstico Precedente e Coetâneo à Intervenção na Serra Leoa.

Para contextualizarmos a intervenção nigeriana na Serra Leoa, temos de retroceder no tempo, a 1997, e lembrar brevemente o contexto interno e externo da Nigéria.

Internamente, a Nigéria encontrava-se sob a liderança de Abacha, que havia subido ao poder através de um golpe militar, desconsiderando a escolha da população, expressada nas eleições de 1993. Apesar da tentativa de revitalização económica, política e social do país, rapidamente os seus planos se revelaram autoritários e anti-democráticos.

Simultaneamente, no contexto externo, a permanência ativa do contingente nigeriano no conflito da Libéria, entre 1990 e 1997, procurava reforçar, perante o sistema internacional, a influência e o poder regional da Nigéria, contrastando drasticamente com a realidade interna, valendo a este estado o estatuto de estado pária, pela perpetuação da violação dos direitos humanos e de ações anti-democráticas.

Após a morte de Abacha, em 1998, a Nigéria encontrava-se fragmentada, o que intensificava as discrepâncias e conflitos entre os vários setores da sociedade, bem como as tensões intra-militares, que faziam com que uma “mentalidade de cerco interno” se fosse apoderando, que em conjunto com o isolamento internacional, fruto do seu estatuto de estado pária, condicionavam a Nigéria (Siollun, 2019, p. 177).

O retrocesso democrático vivido durante os cinco anos de governação de Abacha foi-se diluindo, após a entrega provisória do poder ao General Abdulsalami Abubakar, por parte de altas patentes das forças militares nigerianas, na sequência da morte do líder nigeriano (Falola & Heaton, 2008, p. 234).

No âmbito da concretização da transição para um regime civil, e até janeiro de 1999, Abubakar dissolveu os cinco partidos políticos criados pela administração anterior, procedeu à libertação de prisioneiros políticos e iniciou processos de combate à corrupção (Falola & Heaton, 2008, p. 234). Estes processos revelaram elevados índices de corrupção, quer por Abacha e a sua família, que desviaram cerca de 3 mil milhões de dólares para contas internacionais, quer por políticos associados à sua administração, que desviaram fundos (Falola & Heaton, 2008, p. 234).

As várias ações levadas a cabo por Abubakar tiveram como intuito a transição democrática para um regime civil na Nigéria. Este mesmo processo permitiu a constituição de três novos grandes partidos na Nigéria: a AD<sup>53</sup>, que dominava a região Sudoeste do país, o APP<sup>54</sup>, maioritariamente constituído por apoiantes do regime de Abacha, e o PDP<sup>55</sup>, o partido com traços mais “nacionais” e que contava com o apoio de relevantes figuras políticas, entre as quais Olusegun Obasanjo, o candidato presidencial do partido (Falola & Heaton, 2008, p. 234).

Tal como já mencionado, Obasanjo foi Presidente da Nigéria entre 1976 e 1979, tendo sucedido a Murtala Mohammed após o seu assassinato. Recordemo-nos ainda que Obasanjo foi o primeiro líder militar da Nigéria a entregar o poder a um regime civil, o que marcou o início da Segunda República da Nigéria, bem como uma nova era para o país.

Segundo Siollun (2019, p. 76), apesar do fim do seu mandato presidencial, Obasanjo deu continuidade à sua carreira política, tecendo severas críticas aos seus sucessores, entre os quais Abacha, que após se instalar no poder, consultou o antigo Presidente sobre o seu entendimento relativamente à duração do governo militar e à eventual transição para um regime civil.

A continuidade do severo criticismo que Obasanjo tecia a Abacha, fez com que, em março de 1995, no seu regresso à Nigéria, este fosse detido no aeroporto internacional Murtala Mohammed, e encarcerado, até 1998 (Siollun, 2019, p. 77).

Quando surgiu como candidato do PDP, em 1998, a AD e o APP decidiram unir-se numa coligação, protagonizando um mesmo candidato à Presidência da Nigéria com o intuito de derrotar Obasanjo, não tão popular entre a comunidade Yoruba, do Norte, à qual pertencia (Falola & Heaton, 2008, p. 234).

Segundo Falola & Heaton (2008, p. 234), as eleições realizadas, entre janeiro e fevereiro de 1999, para as Assembleias dos diferentes estados da Nigéria, governadores, Assembleia Nacional e para a Presidência, deram uma vitória esmagadora, em todas estas componentes, para o partido de Obasanjo, que se opunha a Olu Falae, o candidato pelo AD/ APP, antigo primeiro ministro de Babangida e arquiteto do SAP.

---

<sup>53</sup> Alliance for Democracy (AD) (Falola & Heaton, 2008, p. 234).

<sup>54</sup> All People's Party (APP) (Falola & Heaton, 2008, p. 234).

<sup>55</sup> People's Democratic Party (PDP) (Falola & Heaton, 2008, p. 234).

Apesar das acusações de fraude eleitoral, as mesmas foram desconsideradas tendo em conta o envolvimento de todos os partidos durante o decorrer do processo eleitoral, concretizando-se em maio de 1999, a tomada de posse de Obasanjo, com 62% dos votos, Presidente da Quarta República da Nigéria (Falola & Heaton, 2008, p. 235).

Obasanjo encontrou uma realidade completamente diferente da que havia deixado em 1979. Siollun (2019, p. 231) refere como desde então a Nigéria viu o seu PIB per capita decrescer de 800 para 300 dólares, contrapondo-se à dívida nacional que cresceu a um ritmo acelerado, passando de 9 mil milhões de dólares para 34 mil milhões de dólares, desafios estes que se espelharam no empobrecimento da população nigeriana, que viu as suas dificuldades se intensificarem, desde 1994, com a escassez de petróleo, apesar da Nigéria ser o oitavo maior produtor de petróleo mundial e pertencer à OPEC<sup>56</sup>.

Numa tentativa de revitalizar a economia nigeriana, Obasanjo procurou dar continuidade às medidas implementadas pelo SAP, com o principal objetivo de atrair investimento estrangeiro para a privatização de indústrias e negócios no país, de forma a reduzir a dívida externa da Nigéria, o que possibilitou um aumento anual, entre 2000 e 2004, do Investimento Estrangeiro Direto (FDI)<sup>57</sup>, de 1,1 mil milhões de dólares para 1,9 mil milhões de dólares (Falola & Heaton, 2008, pp. 235-236).

Durante a administração de Obasanjo, verificou-se ainda um desacelerar da desvalorização da moeda nacional, em comparação com as duas décadas anteriores, assim como uma redução da inflação, de uma taxa de 40%-50% durante o período de Abacha, para 8,9% na reta final da governação de Obasanjo, em 2006 (Falola & Heaton, 2008, p. 236).

Com a rápida evolução tecnológica, observada nas décadas de 1990 e 2000, a Nigéria verificou a implementação e atualização dos sistemas de telecomunicações, que vieram beneficiar a estabilidade da utilização nacional e reduzir assimetrias regionais (Falola & Heaton, 2008, p. 236).

A tentativa de acompanhamento do sistema internacional, nas suas várias dimensões, aliada à procura de uma melhoria das condições económicas na Nigéria, permitiu a Obasanjo, durante os seus mandatos, reduzir a dívida externa nacional de 35 mil milhões de dólares para 5 mil milhões de dólares, o que possibilitou à Nigéria

---

<sup>56</sup> Organization of the Petroleum Exporting Countries (OPEC) (Falola & Heaton, 2008, p. xxxv).

<sup>57</sup> Foreign Direct Investment (FDI) (Falola & Heaton, 2008, p. xxxiii).

revitalizar a sua reputação internacional, mesmo que, internamente, a população permanecesse profundamente dividida por razões políticas, e ausente de um sentimento de identidade nacional (Falola & Heaton, 2008, pp. 236-237).

Para além dos desafios económicos, Obasanjo procurou ainda combater a corrupção e fortalecer a reputação nigeriana face à análise de críticos internos e externos. Assim, o líder nigeriano aprovou a “Lei de Práticas Corruptas”, bem como a EFCC<sup>58</sup>, uma comissão de combate à corrupção, com o propósito de investigar e condenar crimes de corrupção, no contexto da esfera pública (Falola & Heaton, 2008, p. 241).

Ainda no âmbito do combate à corrupção, Obasanjo investigou e revogou contratos com empresas petrolíferas, que beneficiavam simpatizantes da administração anterior (Siollun, 2019, pp. 231-232).

Se para muitos as ações de Obasanjo representavam a dedicação de Abuja à causa principal definida pela agenda governativa, para outros as ações do Presidente revelavam a perpetuação deste crime, nomeadamente pelo próprio Líder de Estado, que era acusado de utilizar as ferramentas anti-corrupção, como o EFCC, para perseguir a oposição política e enfraquecer a influência da mesma na sociedade (Falola & Heaton, 2008, p. 241).

As desconfianças aumentavam quando o combate à corrupção e o julgamento de casos eram, também, condicionados pela Constituição em vigor desde 1989, que impossibilitava a investigação e condenação de políticos e governadores em exercício de funções (Falola & Heaton, 2008, p. 240).

Não obstante o investimento na construção de uma imagem de pilar exemplar na comunidade regional e no sistema internacional, internamente a Nigéria permanecia corrupta e incapaz de satisfazer necessidades básicas da população, ao garantir uma base de apoio consistente, bem como uma coesão nacional que conferisse aos cidadãos nigerianos um sentido de identidade nacional.

Esta inconsistência era observável nas contínuas tensões e conflitos entre comunidades e etnias, um pouco por toda a Nigéria. Grupos como o MASSOB<sup>59</sup> e o MEND<sup>60</sup> continuavam a desafiar o governo, ordenando o reconhecimento das suas

---

<sup>58</sup> Economic and Financial Crimes Commission (EFCC) (Falola & Heaton, 2008, p. 241).

<sup>59</sup> Movement for the Actualisation of the Sovereign State of Biafra (MASSOB) (Siollun, 2019, p. 232).

<sup>60</sup> Movement for the Emancipation of the Niger Delta (MEND) (Siollun, 2019, p. 232).

exigências, bem como a implementação de alterações à estrutura governativa que fosse ao encontro das mesmas (Siollun, 2019, p. 232).

No Sudeste da Nigéria, as contínuas tensões entre as comunidades Yoruba e Hausa levaram ao surgimento do MASSOB, em 1999, liderado por Ralph Uwazuruike, na tentativa de reafirmar o estado do Biafra, à semelhança do que havia acontecido na década de 1960, ainda que sem sucesso, dado que o movimento acabou por ser reprimido pelas forças governativas, e muitos dos seus líderes, incluindo o seu fundador, presos e condenados (Falola & Heaton, 2008, p. 239).

Também na região do Delta do Níger, a comunidade Oguni e outras minorias étnicas insurgiram-se violentamente contra as indústrias petrolíferas, com o objetivo de controlar estas áreas de produção e reduzir a poluição, numa tentativa de melhorar a qualidade de vida das populações locais (Falola & Heaton, 2008, p. 239).

Desde o início da década de 1990 que estes ataques se têm revelado verdadeiros desafios para as entidades governativas, nomeadamente para Obasanjo, contribuindo ativamente para a erosão do setor petrolífero, ao ocorrerem com maior frequência e em maior escala, sendo organizados por grupos como o MEND, que adotam como *modus operandi* a troca de reféns, sequestrados das indústrias de exploração petrolífera, a troca de resgates, quantias essas que eram investidas em armas e recursos para orquestrar ataques de maiores dimensões (Falola & Heaton, 2008, p. 239).

Com a instauração de Obasanjo e do regime democrático civil no governo, em 1999, as tensões religiosas também se intensificaram, sobretudo após a implementação de condutas mais rígidas da lei *shari'a*, com principal foco a Norte do país, gerando confrontos violentos entre cristãos, que condenavam a dureza das punições implementadas, e muçulmanos, que defendiam que a assertividade das penas religiosas executadas contribuía para a redução da criminalidade (Falola & Heaton, 2008, p. 238).

Aliada às frágeis condições de subsistência, que fomentavam a intensificação das tensões étnicas e religiosas, bem como insurgências contra responsáveis governativos, a população nigeriana era também assolada pela agudização das condições de acesso à saúde.

Tal como Falola & Heaton (2008, p. 237) referem, ainda que nas grandes áreas urbanas da Nigéria, alguma população tirasse proveito da evolução tecnológica e do

aumento do PIB per capita, na generalidade observava-se a continuidade da degradação das condições de vida, associada a duas dimensões, a contínua exploração das grandes indústrias e uma estrutura estatal deficitária que não conseguia assegurar salários e serviços públicos essenciais.

O setor da saúde foi o que mais sofreu em resultado dos cortes orçamentais implementados com a austeridade das décadas de 1980 e 1990, contribuindo para o decréscimo da esperança média de vida dos nigerianos, o aumento da mortalidade infantil e do surgimento de doenças graves como a malária, cólera, meningite, febre amarela e HIV, que até 2003, afetava entre 3,6% a 8% da população nigeriana (Falola & Heaton, 2008, p. 238).

Obasanjo governou a Nigéria durante dois mandatos consecutivos, desde 1999 até 2007, período durante o qual procurou melhorar as condições de vida dos nigerianos, fomentar a economia nacional e repor a sua legitimidade internacional. Contudo, poucas foram as metas alcançadas com sucesso, já que a Nigéria permaneceu profundamente pobre, doente, dividida e alheada do sentido de coesão nacional, com poucas perspetivas para a consolidação da posição de ator de estabilidade na região, e, por consequência, no sistema internacional.

Apesar das fragilidades e discrepâncias que continuaram a marcar o quotidiano nigeriano, o maior interesse de Obasanjo na aplicação e promoção de medidas do primeiro e quarto círculo concêntrico, contrasta com a falta de intervenção ativa do seu antecessor, Abacha, na defesa dos ideais contemplados nos campos referidos, fruto do aparente desinteresse na profunda e contínua fragmentação interna, e do autoritarismo que conduziu à atribuição do estatuto de estado pária à Nigéria.

#### 4.3. A Intervenção Nigeriana na Serra Leoa

Simultaneamente aos desafios internos que os líderes nigerianos enfrentavam, externamente procuraram reavivar a posição da Nigéria na região, de forma a fortalecer a imagem e legitimidade de Abuja enquanto ator de estabilidade regional perante o sistema internacional. Para tal, na sequência das operações de paz na Libéria, o contingente nigeriano passou a estar também envolvido, desde 1997, nas operações de paz na Serra Leoa.

Desde a sua independência da Grã-Bretanha, em 1961, e até 1968 que a Serra Leoa havia sido governada pelo SLPP<sup>61</sup> dos irmãos Margai, aos quais sucedeu Siaka Stevens do APC<sup>62</sup>, que lideraria até 1985, marcando assim o início de uma era política desafiante para a população serra-leonesa (Adebajo, 2002, pp. 80-81).

Quer durante a governação de Stevens, quer do seu sucessor, Joseph Momoh, entre 1985 e 1992, que a Serra Leoa viu os seus dois governos serem marcados pela incapacidade de liderança política, gestão económica, satisfação dos interesses exigidos pela sociedade, e pela corrupção, culminando, em março de 1991, numa insurgência militar, liderada pela RUF, que se definiu por consecutivos ataques ao longo da fronteira com a Libéria, dando início a uma longa década de guerra civil (Ducasse-Rogier, 2004, p. 15).

A RUF foi um movimento iniciado no fim da década de 1980, fundado por três guerrilheiros com formação militar na Líbia, Foday Sankoh, Abu Kanu e Rashid Mansaray, com o objetivo de “libertar a população” serra-leonesa da corrupção e má gestão governativa (Ducasse-Rogier, 2004, p. 15).

Este objetivo seria contrariado pela própria violência desencadada pelo grupo e a sua vacuidade política, que tendo apenas como motivação a procura de poder, tornou-os temidos pela população local, até pela sua aliança às forças de Charles Taylor, durante o conflito da Libéria (Ducasse-Rogier, 2004, p. 22).

A confrontar a RUF na sua missão de cessar o governo liderado pelo APC, encontrávamos o SLA<sup>63</sup>, que, subdesenvolvido, contava com cerca de 3000 militares à data das insurgências da RUF, aumentando para 6000 no início do conflito, através do recrutamento de criminosos e marginalizados da sociedade, culminando, em 1994, no aumento exponencial das tropas nacionais, para 14 000 militares, o que lhes conferiu, contudo, uma má reputação, que gerou uma drástica deterioração da confiança para com o exército e para com o governo instaurado, sobretudo depois de se revelarem incapazes de combater e derrotar as forças da RUF (Ducasse-Rogier, 2004, pp. 23-24).

Em 1992, um golpe de estado afasta Momoh do poder, depois de este se revelar inapto na contenção da RUF, e instaura o NPRC<sup>64</sup>, liderado por Valentine Strasser, que,

---

<sup>61</sup> Sierra Leone People's Party (SLPP) (Adebajo, 2002, p. 80).

<sup>62</sup> All People's Congress (APC) (Adebajo, 2002, p. 81).

<sup>63</sup> Sierra Leonean Army (SLA) (Ducasse-Rogier, 2004, p. 22).

<sup>64</sup> National Provisional Ruling Council (NPRC) (Olonisakin, 2008, p. 14).

sob a promessa de colocar um fim ao poder da RUF e ao estado de corrupção em que a Serra Leoa se encontrava, procurou demover as forças de apoio de Charles Taylor e controlar o movimento de rebeldes, ainda que sem sucesso (Olonisakin, 2008, pp. 14-15).

Apesar dos esforços do NPRC para travar a RUF, beneficiando do apoio popular e do facto de o seu oponente deter cada vez menos apoio de Charles Taylor, que perdia progressivamente mais território para o seus opositores, na Libéria, a reestruturação da RUF possibilitou-lhe refortalecer os seus recursos militares e, conseqüentemente, controlar áreas estratégicas de extração de diamantes, o que enfraqueceu as forças do NPRC que, em 1994, acabam por se desgastar (Ducasse-Rogier, 2004, p. 28).

Durante este período, foi possível ainda observar no combate à RUF, o apoio da CDF<sup>65</sup>, que, constituída por membros de grupos étnicos de várias regiões do país, como os Kamajors, Tamaboros, Donsos e Kapras<sup>66</sup>, lhes possibilitou granjear apoio da população, contribuindo, posteriormente, para a aliança com o governo eleito em 1996 (Ducasse-Rogier, 2004, p. 25).

O combate à RUF beneficiou ainda da contratação de mercenários da Executive Outcomes, uma empresa privada de segurança sul-africana, que se dedicou ao apoio e treino das forças do CDF na luta contra os rebeldes e na reconquista de áreas estratégicas de exploração mineira, que alcançou o seu sucesso em agosto de 1995 (Adebajo, 2002, p. 84).

Os avanços das forças militares opositoras à RUF implicaram um enorme esforço para o governo da Serra Leoa, preenchendo 75% das despesas orçamentais, o que traduzia um agravamento das condições económicas nacionais, sobretudo quando o país enfrentava também uma redução da exportação de minérios devido ao conflito, observando-se, entre 1991 e 1995, uma quebra no lucro de 134 milhões de dólares para 900 mil dólares, o que, num esforço de continuar a suportar os custos da guerra, implicou o despedimento de um terço dos funcionários públicos nacionais (Adebajo, 2002, p. 84).

Em 1995, perante a pressão interna e internacional, Strasser viu-se condicionado a dar continuidade ao processo de democratização, iniciado quatro anos antes com

---

<sup>65</sup> Civil Defense Forces (CDF) (Ducasse-Rogier, 2004, p. 25).

<sup>66</sup> Estes grupos pertenciam às regiões Sudeste, Noroeste, Este e Norte, respetivamente, da Serra Leoa (Ducasse-Rogier, 2004, p. 25).

Momoh, o que levou à criação da INEC<sup>67</sup> para realizar a transição democrática através da concretização de eleições, agendadas para fevereiro de 1996 (Olonisakin, 2008, p. 17).

Apesar dos avanços feitos contra a RUF, a verdade é que o NPRC revelou-se incapaz de concretizar as suas promessas, fazendo com que, em janeiro de 1996, Julius Maada Bio organizasse um golpe palaciano que afastava Strasser do poder (Ducasse-Rogier, 2004, p. 24 e 28).

Adebajo (2002, p. 85) salienta que, durante este processo, ainda que a Nigéria não estivesse direta e ativamente envolvida no conflito na Serra Leoa, era possível observar a sua influência na política interna do país, uma vez que, previamente ao golpe levado a cabo por Bio, Abubakar e Abacha, informados do plano, garantiram o não envolvimento das tropas nigerianas presentes no país.

Ainda que Bio tivesse intenções de adiar as eleições, a pressão para a sua concretização aumentava e, na data estipulada, apesar da continuidade dos ataques da RUF<sup>68</sup>, a afluência às urnas superou as expectativas, concedendo uma vitória justa e livre a Ahmad Tejan Kabbah, do SLPP (Olonisakin, 2008, pp. 17-18).

Até outubro de 1996, e não obstante as tentativas de golpes, o esforço conjunto dos mercenários da Executive Outcomes e dos militares da CDF possibilitou o progressivo afastamento da RUF e a viabilização de se discutirem acordos de paz (Ducasse-Rogier, 2004, p. 29).

Nesse seguimento, em novembro de 1996, foi estabelecido o Acordo de Abidjan, traçado pela Costa do Marfim, que visava a partidarização da RUF, garantindo a amnistia dos seus membros, o estabelecimento do NMG<sup>69</sup>, que asseguraria o desarmamento das fações beligerantes, a retirada das forças dos Executive Outcomes, e a repatriação dos militares estrangeiros que participavam do esforço de guerra (Adebajo, 2002, p. 86).

As negociações não decorreram tranquilamente e a concretização do Acordo tornou-se cada vez mais difícil, sobretudo quando muitos entendiam que o mesmo tinha

---

<sup>67</sup> Interim National Electoral Commission (INEC) (Olonisakin, 2008, p. 17).

<sup>68</sup> O período de campanha eleitoral foi marcado pela “campanha do terror” concretizada pela RUF, que perseguiu, mutilou e amputou mãos e braços a civis inocentes, num esforço de tornar fisicamente impossível a votação, concedendo, simultaneamente, um traço “macabro” ao slogan de Kabbah de “dar as mãos pela paz” (Olonisakin, 2008, pp. 17-18).

<sup>69</sup> Neutral Monitoring Group (NMG) (Adebajo, 2002, p. 86).

uma tendência parcial que claramente beneficiava a facção da RUF (Ducasse-Rogier, 2004, p. 29).

Numa tentativa de concretização da paz e de redução urgente das despesas geradas com a guerra, Kabbah dispensou o grupo privado de mercenários, em janeiro de 1997, o que incentivou a RUF, sem forças sólidas opositoras, a quebrar as negociações e retomar o ataque ao governo, o que conduziu, em março, à detenção do seu líder, Foday Sankoh, na Nigéria, tendo regressado à Serra Leoa, em julho de 1998, para ser julgado por traição (Olonisakin, 2008, p. 21).

Adebajo (2002, p. 86) reforça que a liderança da Costa do Marfim, durante as negociações de paz, veio realçar as rivalidades com a Nigéria, uma vez que, (1) durante a Guerra Civil nigeriana, e no contexto da eclosão do conflito do Biafra, a Costa do Marfim defendeu a causa biafrense, tendo, ainda, (2) ao longo dos anos, apoiado as economias francófonas, num esforço de deter o domínio nigeriano na região Ocidental africana, tendo, para além disso (3) encorajado a causa do NPFL de Charles Taylor, na Libéria, contra a ECOMOG, liderada pelo contingente nigeriano.

Com a retirada dos mercenários do conflito da Serra Leoa, Kabbah passou a aproximar-se cada vez mais dos membros do Kamajors, o grupo étnico que constituía a SLA, hostilizando os restantes membros de outras comunidades pertencentes ao movimento, tendo por consequência, em maio de 1997, um golpe de estado que depôs Kabbah, e colocou no poder Johnny Paul Koromah, com a tutela do AFRC<sup>70</sup>, que se aliou à RUF num “novo regime” (Adebajo, 2002, p. 87).

O novo governo serra-leonês foi doméstica e internacionalmente condenado por estados e organizações regionais. Internamente, verificou-se o surgimento de uma onda de resistência da população ao novo governo, marcada pela desobediência civil (Olonisakin, 2008, pp. 21-22) .

Externamente, a Nigéria, na liderança da ECOWAS, apoiada pela OAU, insere-se no contexto do conflito, procurando reverter a decisão de Komorah, apoiando o restabelecimento de Kabbah na presidência da Serra Leoa (Olonisakin, 2008, pp. 21-22). Já o Grupo de Ação Ministerial da Commonwealth suspendeu a participação da Serra Leoa nas suas conferências (Olonisakin, 2008, pp. 21-22).

---

<sup>70</sup> Armed Forces Ruling Council (AFRC) (Adebajo, 2002, p. 87).

A ECOWAS adotou uma “estratégia tridimensional” que englobava esforços diplomáticos, sanções e implementação da força, contexto no qual foi assinado, em outubro de 1997, o plano Conakry para a paz, estabelecido para o prazo de seis meses, mas que não surtiria qualquer resultado prático pela falta de cumprimento dos parâmetros estabelecidos (Ducasse-Rogier, 2004, p. 29).

Apesar dos contínuos esforços diplomáticos da Nigéria para findar o conflito, mesmo perante os incessantes ataques às tropas nigerianas, Komorah continuava a expressar intenções de permanecer no poder até 2001, o que fez com que, em fevereiro de 1998, sob o pretexto dos sucessivos ataques às tropas nigerianas, as forças rebeldes e a ECOMOG entrassem em hostilidades, tendo as tropas nigerianas afastado os rebeldes de Freetown, a capital da Serra Leoa, repondo Kabbah no poder, em março (Adebajo, 2002, pp. 87-88).

Ainda que a ação da Nigéria tenha sido crucial na restauração da liderança de Kabbah, a unilateralidade das suas ações foi contestada por países como Burquina Faso e Senegal, que viam nas ações nigerianas, tanto na Serra Leoa como na Libéria, uma faceta de “oportunismo”, uma tentativa “eterna” de impôr a sua liderança regional (Adebajo, 2002, p. 89).

Todavia, Adebajo (2002, p. 89) lembra-nos que apesar de muitos dos atores estatais terem reprovado a postura assertiva nigeriana, poucos ou nenhuns contribuíram para a concretização da estabilidade da região, pela participação ou contribuição no esforço de paz, nomeadamente Burquina Fasso, aliada da RUF e de Charles Taylor, na Serra Leoa e na Libéria, respetivamente.

Apesar das críticas, o contingente nigeriano que assegurava a presença da ECOMOG na Serra Leoa, acabou por se revelar fundamental, não só aquando da dissolução do SLA, que causou uma lacuna no garante da segurança do governo, como também no restabelecimento e defesa do legítimo governo de Kabbah, perante contínuos ataques da AFRC aliada à RUF, sendo que o afastamento dos rebeldes da capital conferiu à ECOMOG apoio por parte da população (Ducasse-Rogier, 2004, p. 27).

Com o restabelecimento do poder legítimo na Serra Leoa, e em sequência dos acontecimentos de maio de 1997, o Conselho de Segurança da ONU estabeleceu, em julho

de 1998, a UNOMSIL<sup>71</sup>, com o intuito de “(...) monitorizar e assistir os esforços de desarmamento e documentar violações dos Direitos Humanos”, marcando assim um maior envolvimento das forças da ONU nos processos de paz em África, não interferindo, no entanto, nas posições adotadas pelos atores regionais, como a ECOWAS e a ECOMOG, responsáveis pela maior parte do esforço de paz (Olonisakin, 2008, pp. 24-25).

A investida sobre a capital, em janeiro de 1999, permitiu, todavia, compreender o desgaste em que as forças nigerianas se encontravam, fruto do contínuo esforço financeiro e humano, e que se espelhou na incapacidade de garantir a defesa da cidade e dos seus arredores, bem como de derrotar as forças rebeldes, prevendo o cenário que se traçaria com a morte de Abacha, em junho de 1998, e com a eleição de Obasanjo, no ano seguinte, que anunciou a retirada da Nigéria do conflito na Serra Leoa, realizada em 2000 (Ducasse-Rogier, 2004, pp. 27-28).

Não obstante as críticas apontadas à presença da Nigéria, tanto na Libéria como na Serra Leoa, esta representava o maior suporte económico e humano de ambas as missões, que, numa linha cronológica, se desenvolveram de forma sucessiva, o que significava uma intensificação do esforço nigeriano. Enquanto que na Libéria o investimento nigeriano rondava os 70%-80%, Adebajo (2002, p. 91) reforça que na Serra Leoa, a Nigéria contribuiu com cerca de 90% do investimento nas operações de manutenção da paz, sendo que dos 13 000 militares da ECOMOG, 12 000 eram nigerianos.

O esforço militar revelou, contudo, a incapacidade de gestão dos vários batalhões do contingente nigeriano da ECOMOG, questionando-se aspetos como a deficiência das suas comunicações, o não reforço da segurança e linhas defensivas de Freetown, e a incapacidade de repelir adequada e rapidamente a ataques sobre a mesma (Olonisakin, 2008, p. 33).

No rescaldo do ataque de janeiro, é assinado o Acordo de Lomé, em julho de 1999, no qual era contemplado a retirada das forças da ECOMOG da Serra Leoa e o reforço da presença da ONU através da UNAMSIL<sup>72</sup> (Ducasse-Rogier, 2004, p. 30). No contexto do acordo estabelecido entre Kabbah e a RUF/AFRC, mediado pela ONU, o líder do

---

<sup>71</sup> United Nations Observer Mission in Sierra Leone (UNOMSIL) (Olonisakin, 2008, p. 24).

<sup>72</sup> United Nations Mission in Sierra Leone (UNAMSIL) (Olonisakin, 2008, p. 41).

movimento rebelde exigiu não só a presença do grupo durante o período de governação transitória, como também o garante da amnistia pelos crimes de guerra cometidos durante o conflito (Adebajo, 2002, p. 97).

As negociações de paz também beneficiaram do envolvimento do IRCSL<sup>73</sup>, que desde a sua formação, em abril de 1997, contribuiu, no decorrer do conflito, para a concretização de negociações e na defesa dos interesses dos serra leoneses, ao estar envolvido nas campanhas de desobediência de 1997 e 1998, bem como na iniciação das negociações de paz, após janeiro de 1999 (Adebajo, 2002, pp. 97-98).

Assim, em agosto de 1999, o Conselho de Segurança da ONU propõe, na Resolução 1260, a expansão da presença da UNOMSIL para 210 militares observadores, para o cumprimento de funções de reforço no âmbito político, civil e de comunicação, bem como do cumprimento dos Direitos Humanos e da Criança, dando lugar, em outubro, no seguimento da nova Resolução 1270, à implementação da UNAMIL (Olonisakin, 2008, p. 41).

A intenção do Conselho de Segurança, expressa em agosto, que visava ainda a divisão das funções desenvolvidas entre ECOMOG e UNOMSIL, não foi bem aceite pelos atores regionais participantes do esforço de paz, que a interpretaram como uma falta de reconhecimento do esforço e investimento realizado nesta operação (Olonisakin, 2008, p. 43).

No seguimento dos parâmetros estabelecidos para o Acordo de Lomé, em agosto de 1999, e num esforço de evitar que a Nigéria fosse responsabilizada na eventualidade de um não cumprimento do acordo, Obasanjo, o recém eleito Presidente nigeriano, inicia a saída das tropas nigerianas da Serra Leoa, de acordo com um plano de retirada de 2000 militares por mês, o que geraria, em consequência, uma lacuna nas forças de segurança, na Serra Leoa, sobretudo perante a incapacidade que a ONU revelou em missões anteriores, na Bósnia e no Ruanda (Adebajo, 2002, p. 100).

Apesar das controvérsias em redor das ações da ONU, a organização reconheceu o investimento realizado pela Nigéria na Serra Leoa, e mesmo após a concretização das negociações, esperava-se que pudesse continuar a haver um investimento na manutenção

---

<sup>73</sup> Inter-Religious Council of Sierra Leone (IRC SL) (Adebajo, 2002, p. 97).

das forças por parte da Nigéria, que, durante o conflito, se estima que tenha despendido de cerca de 1 milhão de dólares diariamente (Olonisakin, 2008, p. 44).

As intenções de Abuja concretizaram-se em maio de 2000, com a saída das tropas nigerianas da Serra Leoa, sendo que, porém, a Nigéria continuou a contribuir com tropas para o esforço da UNAMSIL (Ducasse-Rogier, 2004, p. 28).

Com a saída do contingente nigeriano do cenário do conflito, a UNAMSIL passou a constituir o grosso das forças de segurança e de manutenção da paz no país, contando com a formação de um contingente de 13 000 tropas, lideradas pelo diplomata nigeriano Oluyemi Adeniji, enquanto Representante Especial da ONU (Adebajo, 2002, p. 100).

Até 19 de maio de 2000 tinham, no entanto, apenas chegado 9 495 tropas para preencher o vácuo deixado pela ECOMOG (Olonisakin, 2008, p. 48), sendo que o tardar da chegada dos militares, aliado à má gestão e organização das tropas e do mandato estabelecido, influenciaram a capacidade de garantir o cumprimento do acordo, observando-se investidas militares de ambas as fações beligerantes (RUF/AFRC e CDF), que resultaram, nesse mesmo mês, no sequestro de 500 militares da ONU, por parte da RUF (Ducasse-Rogier, 2004, p. 30).

O fracasso da ONU, resultante da incapacidade de implementação dos parâmetros estabelecidos para a paz, bem como da incursão da RUF contra as forças da ONU, culminando no sequestro de militares, marcam o início de um novo período para a UNAMSIL, que se viu obrigada a aumentar o número de militares, passando ainda a contar com o apoio direto do Reino Unido no conflito (Ducasse-Rogier, 2004, p. 30). O apoio britânico prestado à ONU, entre maio e junho de 2000, foi fundamental para estabilizar o conflito na capital, tendo a ECOWAS também contribuído com cerca de 3000 tropas para o reforço militar (Adebajo, 2002, p. 102).

Simultaneamente à gestão do conflito, o Conselho de Segurança da ONU procurou travar o contínuo tráfico de diamantes – a Libéria e o Burquina Faso favoreciam esta prática como apoio à RUF – através da implementação de planos de certificação nas exportações, e sanções à Libéria e a militares liberianos que facilitavam a ilegalidade (Adebajo, 2002, p. 102).

A contínua pressão sobre as forças rebeldes da RUF, em resultado (1) da perda de apoio devido ao recomeço do conflito na Libéria, (2) da prisão de Foday Sankoh, líder da

RUF, depois da crise de maio de 2000, e (3) da criação de um Tribunal Especial para o julgamento dos crimes ocorridos durante o conflito, enfraqueceram a sua posição na Serra Leoa, culminando, em novembro de 2000, na assinatura de um acordo de cessar-fogo, entre o governo da Serra Leoa e as forças da RUF (Ducasse-Rogier, 2004, p. 30).

A continuidade da implementação de sanções sobre os apoiantes ao movimento rebelde, em paralelo com o reforço da UNAMSIL com o apoio britânico, fez com que a RUF concordasse em iniciar o processo de desarmamento em maio de 2001, concluindo-se este em janeiro de 2002 (Ducasse-Rogier, 2004, p. 2002).

No auge do esforço da ONU, em 2002, esta revelou-se ser a intervenção mais dispendiosa da organização, tendo tido um custo de cerca de 700 milhões de dólares por ano, contando com a presença de 17 000 militares e uma robusta participação de pessoal do contingente civil (Olonisakin, 2008, p. 111).

Com a conclusão do desarmamento, a 18 de janeiro de 2002, a Serra Leoa ansiava a consolidação da paz através da realização de eleições livres, realizadas a 14 de maio de 2002, com a reeleição de Kabbah como Presidente, com 70% dos votos, possibilitando ao SLPP a ocupação da grande maioria dos lugares no parlamento, ao contrário do seu adversário, Alimamy Pallo Bangura, candidato do RUF<sup>74</sup>, o partido ligado aos rebeldes da RUF, que apenas conseguiu 1,7% dos votos, não adquirindo qualquer representação no parlamento (Olonisakin, 2008, pp. 111-113).

Tal como Ducasse-Rogier (2004, p. 30) refere, a reeleição de Kabbah constituiu um marco de transição na história da Serra Leoa, iniciando-se um período de “(...) consolidação da paz e de recuperação [e reconstrução] pós- conflito”.

Ainda que a presença das forças nigerianas na Serra Leoa não tenha decorrido na totalidade do período do conflito, o contingente da ECOMOG revelou-se essencial na defesa contra os rebeldes da RUF, tendo a Nigéria concedido a maioria do investimento para a operação de manutenção da paz na Serra Leoa, durante a sua permanência no país. Mesmo após a retirada das tropas nigerianas em 2000, lembremo-nos que esta continuou a apoiar militarmente o contingente da ONU, agora responsável pelo garante da segurança e da gestão do conflito.

---

<sup>74</sup> Revolutionary United Front Party (RUF) (Olonisakin, 2008, p. 112).

Assim, compreende-se que, à semelhança do caso da Libéria, internamente, as ações da Nigéria na Serra Leoa poderiam ser enquadradas no âmbito da definição da política externa nigeriana, tendo em conta que o garante da paz é fundamental para o equilíbrio e desenvolvimento regional, sendo, paralelamente, de grande relevância para o país, ao assegurar a sua estabilidade e prosperidade.

Mais uma vez, igualmente ao que se sucedeu com a Libéria, externamente, a Nigéria poderá enquadrar a intervenção na Serra Leoa na sua política externa, tendo em consideração que a sua natureza dupla possibilita não só a promoção e defesa dos interesses internos através de políticas domésticas, como também contempla a satisfação desses interesses recorrendo-se da implementação de políticas externas e do estabelecimento de relações diplomáticas, que, no contexto do conflito da Serra Leoa, justificam a intervenção da Nigéria, enquanto ator de estabilidade e influência regional, consolidada pela ECOWAS, fruto da sua dimensão geográfica e extensão de recursos económicos e humanos.

Apesar das justificativas internas e externas, que consolidam a presença nigeriana na Serra Leoa, bem como da essencialidade do investimento da Nigéria em prol da manutenção da paz neste território, é possível tecer críticas à conduta e às decisões adotadas.

Considerando que o conflito espoletado na Serra Leoa teve como principal motivação o combate à corrupção, então poderíamos apontar como crítica a ambiguidade das ações nigerianas, que, num esforço de auxiliar a manutenção da paz e garantir a estabilidade política através do fomento de práticas democráticas, internamente o combate à corrupção e a implementação destas mesmas práticas revela-se particularmente desafiante, culminando não só na revolta civil, mas também na banalização da criminalidade. Porém, esta ambiguidade nigeriana, no contexto de atuação regional, não se limita apenas ao combate à corrupção.

Numa tentativa de consolidar a sua imagem e legitimidade enquanto ator de estabilidade regional perante o sistema internacional, a Nigéria atua na gestão e controlo de tensões e conflitos em países pertencentes à sua esfera de influência, sob o pretexto subjacente à política externa por si definida, de garante da estabilidade interna. Porém, estas iniciativas levadas a cabo em países como a Serra Leoa, e anteriormente na Libéria, revelam a existência de um certo antagonismo nas ações nigerianas, tendo em conta que,

domésticamente, a Nigéria revela-se também incapaz de resolver tensões e conflitos entre grupo étnicos e religiosos, envolvendo, por vezes, os próprios órgãos governativos<sup>75</sup>.

Mais ainda, poderíamos identificar a turbidez dos parâmetros condutores das ações nigerianas, considerando que, em 1997, aquando do envolvimento direto e claro da ECOMOG sob a liderança da Nigéria, no conflito na Serra Leoa, com o intuito de assegurar a manutenção da paz neste país, internamente a Nigéria vivia um período de governação profundamente anti-democrática, que lhe constituiu, aos olhos do sistema internacional, a condição de estado pária.

Adebajo (2002, p. 140) salienta que, apesar do seu esforço e investimento, a inconstância política e social observáveis na Nigéria, frequentemente associadas à corrupção e à “politização” levam a que se crie uma aversão à sua capacidade de atuação e intervenção, e se questionem os seus objetivos.

A contínua decadência económica e social da sociedade nigeriana é também um fator a ponderar aquando da análise da sua intervenção na Serra Leoa, visto que esta operação de manutenção da paz contou com cerca de 90% de financiamento nigeriano, o que nos leva a equacionar o relacionamento entre o agravamento das condições de vida dos nigerianos e o esforço militar produzido, mesmo perante o relativo sucesso desta missão.

Ainda que a investigação feita não tenha encontrado dados estatísticos referentes aos anos anteriores a 1999, ou a temáticas ligadas à política externa, foi possível obter informação sobre a concessão de democracia e segurança para o período de 1999 a 2008, tendo-se, porém, estabelecido a baliza temporal para a recolha de dados entre 1999 e 2003, de modo a enquadrar-se no período temporal definido para o presente capítulo.

Considerando esta temática, o Afrobarometer (2009, pp. 3 e 14) revela num estudo realizado por um corpo de cientistas e investigadores de vinte países africanos, apoiados pelo CDD- Ghana<sup>76</sup>, IDASA<sup>77</sup> e IREEP Benin<sup>78</sup>, que, no ano seguinte à eleição de Obasanjo, 81% dos inquiridos considera fundamental a implementação de estruturas e

---

<sup>75</sup> Tomemos como exemplo os casos previamente referidos no presente capítulo e que nos remetem para (1) o atrito existente entre comunidades étnicas e órgãos governativos, que conduziram à criação do MOSSOB e do MEND, assim como (2) as tensões latentes entre cristãos e muçulmanos.

<sup>76</sup> Center for Democratic Development (CDD- Ghana) (Afrobarometer, 2009, p. 14).

<sup>77</sup> Institute for Democracy in South Africa (IDASA) (Afrobarometer, 2009, p. 14).

<sup>78</sup> Institute for Research in Empirical Political Economy (IREEP Benin) (Afrobarometer, 2009, p. 14).

processos democráticos, havendo uma rejeição generalizada da implementação de regimes militares, de acordo com 90% da população do estudo, e uma não concordância com a concentração do poder num só cargo para 83% dos inquiridos, sendo que estes dois últimos valores decresceram, em 2003, para 69% e 72%, respetivamente, demonstrando um aumento da descrença na democracia.

Quanto à temática da segurança, num estudo de 2001, 40% da população nigeriana diz sentir-se insegura em casa, 25% informa já ter sido vítima de um crime e 75% revela já ter denunciado ou constatado conflitos violentos no cerne da sua comunidade (Iliife, 2011, p. 201), o que demonstra, também, os crescentes desafios durante a liderança de Obasanjo.

Não obstante as críticas internas que podem ser apontadas, a caracterização da opinião pública nigeriana, marca um maior ênfase no reconhecimento da importância da democracia, fruto de um aumento do foco na política interna, observável com a eleição de Obasanjo, em janeiro de 1999, e com a retirada das tropas nigerianas do conflito da Serra Leoa, em maio de 2000.

No seguimento das críticas apontadas, externamente, numa análise constrangida ao envolvimento do contingente da ECOMOG na Serra Leoa, Ducasse-Rogier (2004, p. 27) aponta como críticas as constantes suspeitas de violação dos Direitos Humanos, através do recurso à extorsão, assédio, detenções ilegais e execuções conduzidas pelo contingente nigeriano. É ainda referido que durante a permanência da ECOMOG na Serra Leoa, várias foram as suspeições do seu envolvimento nos processos de tráfico de diamantes (Ducasse-Rogier, 2004, p. 27).

Adebajo (2002, p. 91) acrescenta ainda que muitas das ações tomadas pela Nigéria, no âmbito da sua intervenção na Serra Leoa, e contempladas na sua política externa, tornaram-na, aos olhos do sistema internacional, um “bullying hegemon”, numa perspetiva regional.

Apesar das críticas, o esforço e investimento de Abuja no contexto da ECOMOG, para a promoção da paz, tanto na Libéria como na Serra Leoa, pode ser entendido como um sucesso no âmbito da política externa nigeriana, sobretudo aquando da defesa da concretização dos ideais da comunidade regional, promovendo a cooperação com instituições e organizações internacionais, nomeadamente a ONU, visível sobretudo no caso específico da Serra Leoa (Falola & Heaton, 2008, p. 266).

A persistência nigeriana, tanto na Libéria como na Serra Leoa, demonstra o investimento de Obasanjo na realibitação da promoção regional e da cooperação internacional, em prol da contemplação do segundo e quarto círculo concêntrico, definidos para a política externa nigeriana.

#### 4.4. Síntese Conclusiva

No decorrer da permanência nigeriana nas operações paz na Serra Leoa, entre 1997 e 2000, é possível observar uma dualidade das realidades, interna e externa, vividas pela Nigéria, na qual o Realismo Neoclássico auxilia-nos a compreender que os interesses e a cosmovisão de Obasanjo impactaram – constringendo – os interesses nacionais da política externa nigeriana, e a gestão e aceitação interna das ações externas empreendidas.

Tendo em conta a relação entre as dinâmicas interna e externa, para o período supra referido, e definido para o presente capítulo, consideramos a Pergunta de Partida 1 (PD1), formulada no âmbito da secção de problematização da presente dissertação, validando a Hipótese 1 (H1).

Uma vez que a política externa definida pela Nigéria procura o garante da promoção e cooperação regional com o intuito de assegurar a estabilidade regional e, conseqüentemente, a prosperidade e equilíbrio interno do país, verificamos o envolvimento da Nigéria na operação de manutenção da paz na Serra Leoa.

Não obstante as críticas apontadas à ambigüidade das ações nigerianas, bem como as suspeições de envolvimento em más práticas do contingente nigeriano na Serra Leoa, devemos reconhecer que sem a vontade política, o esforço militar e investimento económico da Nigéria, a intervenção na Serra Leoa não teria sido possível ou exequível, nem mantida. Mais ainda, podemos averiguar que com a saída do contingente nigeriano, em maio de 2000, o garante da segurança, entregue às forças da ONU, ficou bastante fragilizado e ineficaz, tendo esta instituição necessitado, ainda que em menor quantia, da continuidade do investimento nigeriano.

Nesse sentido, é possível validar a (H1) dado que, no contexto da política externa nigeriana é possível observar o exercício do poder promovido internamente como garante da estabilidade regional.

No que concerne a PD2, e no âmbito da relação estabelecida entre as componentes interna e externa, podemos validar parcialmente a (H3) e a (H4), formuladas também na secção de problematização.

Durante a sua permanência na Serra Leoa, a Nigéria investiu e atuou ativamente no conflito, marcando perante os seus pares a sua posição enquanto ator de estabilidade regional, assumida pela concretização do seu papel enquanto poder regional. Os desafios internos, resultantes da fragilidade política, económica e social que assolavam os nigerianos, permitiam, no entanto, mostrar a dualidade da realidade nigeriana, capaz de separar as duas dimensões, pelo menos até janeiro de 1999.

Em janeiro de 1999, doméstica e externamente, a realidade nigeriana muda e as duas dimensões convergem para o encontro de dificuldades, isto porque, neste período, na Serra Leoa, as forças da ECOMOG sofrem um severo ataque por parte dos rebeldes da RUF, revelando crescentes debilidades, observáveis no contingente nigeriano, fruto do contínuo esforço, económico e humano, no contexto de guerra, e que advinham de um primeiro, realizado na Libéria, entre 1990 e 1997.

O investimento feito na Libéria e na Serra Leoa acarretou também um esforço para a população nigeriana que, até à eleição de Obasanjo, no início de 1999, viu as suas condições de vida e oportunidades regredirem drasticamente.

Assim, no domínio interno, o mês de janeiro de 1999 marca igualmente uma transição da realidade nigeriana, com a eleição de Obasanjo. No rescaldo do ataque da RUF e do conseqüente estabelecimento do Acordo de Lomé, em agosto do mesmo ano, que previa a divisão de funções entre a ECOMOG e a UNAMSIL, o novo líder decide que, até maio de 2000 a Nigéria sairia do contingente destacado na Serra Leoa, com a justificativa de que (1) não queria que a Nigéria fosse culpabilizada por quaisquer erros que surgissem, e de que (2) a permanência nigeriana na Serra Leoa significava um agravamento do contexto socioeconómico para o seu povo.

Não obstante a saída antecipada da Nigéria, durante a sua presença no conflito, esta revelou ser capaz de cumprir as suas funções e, mesmo após a sua retirada, permaneceu fundamental para o investimento nas forças da UNAMSIL, agora encarregue das funções da ECOMOG, garantindo o sucesso da operação de paz, através da realização de eleições livres.

Desta forma, podemos entender que, tanto a (H3) como a (H4) se validam parcialmente visto que, até janeiro de 1999, data em que começamos a averiguar uma interferência dos condicionamentos internos no desempenho nigeriano, a Nigéria conseguiu demonstrar capacidade de separar as dimensões interna e externa, assumindo o seu papel de poder regional, ao desempenhar com sucesso as suas funções e garantindo, ainda que indiretamente, o triunfo da intervenção na Serra Leoa.

## CONCLUSÃO

No âmbito das Relações Internacionais e no seguimento da promoção de políticas mais globais, considerou-se de importância abordar como tema da presente dissertação a política externa nigeriana, enquadrada na disputa do poder regional e na afirmação da Nigéria enquanto ator de estabilidade na África Ocidental, adotando-se como objeto de estudo as intervenções nigerianas na Libéria e na Serra Leoa, entre 1990 e 2000.

Ao longo da investigação realizada procurou-se explicar o passado histórico do continente africano a fim de compreender o contexto de conflitualidade que marca o seu território enquanto um todo, dando-se ênfase à região da África Ocidental, onde se localiza a Nigéria.

Considerou-se, ainda, como fundamental a compreensão da política externa nigeriana e como esta se moldou ao contexto geográfico em que estava inserida, recorrendo à análise das administrações dos vários líderes nigerianos, desde a independência da Nigéria, em 1960, até à primeira intervenção em estudo, em 1990.

No âmbito da política externa nigeriana, definiram-se, no Estado da Arte, círculos concêntricos que facilitariam, ao longo dos capítulos que compõem a dissertação, o agrupar dos temas bem como a análise das ações tomadas pelos líderes nigerianos, observando-se então, uma oscilação ao longo do tempo, do foco nos diversos temas que definem estes círculos (segurança interna, promoção da região Ocidental africana, defesa dos ideais e tradições inerentes ao continente africano, e relações extracontinentais). Para além disso, procurou-se ainda definir conceitos chave que seriam abordados ao longo da investigação, desde logo, o de estabilidade, poder regional, legitimidade e operações de manutenção de paz, que permitiriam refletir sobre o contexto da Nigéria, formulando uma pergunta de partida e hipóteses de resposta à mesma.

Ao dar-se ênfase às intervenções nigerianas, na Libéria e na Serra Leoa, pretendeu-se fazer uma análise do contexto doméstico nigeriano, antecedente e coetâneo às mesmas, de modo a enquadrar internamente estas operações, possibilitando, posteriormente, confrontar a posição da Nigéria enquanto ator de estabilidade regional e validar, ou não, as hipóteses contempladas.

De modo a contextualizar as operações de paz, na Libéria e na Serra Leoa, e estabelecer uma linha cronológica e de raciocínio lógico, considerou-se de importância definir o contexto histórico que antecedeu o espoletar de conflitos nestes países, possibilitando, também, o enquadramento e entendimento do processo de tomada de decisão dos líderes nigerianos, entre 1990 e 2000, de acordo com os objetivos definidos pela política externa da Nigéria.

Ao longo dos vários capítulos, procurou-se sempre introduzir a abordagem da teoria das Relações Internacionais adotada, o Realismo Neoclássico, com o intuito de mostrar como é que esta possibilita o estudo das relações estabelecidas entre dinâmicas internas e externas, considerando-se fatores como a mobilização de recursos e instituições político-militares, a autonomia do estado, a coesão social e a análise da influência da percepção pública na tomada de decisão dos líderes nacionais face a ameaças ou oportunidades, no contexto das operações de *peacekeeping* em estudo.

A investigação realizada para a presente dissertação possibilitou uma compreensão abrangente daquilo que são as Relações Internacionais e qual a aplicabilidade real das mesmas. Para além disso, permitiu a compreensão não só da evolução das políticas externas africanas, através do exemplo da Nigéria, mas também dos contextos em que as mesmas se desenvolveram e como e com que objetivo é que são delineadas e pensadas, facilitando a percepção daquilo que são as dinâmicas, internas e externas, estabelecidas e desenvolvidas neste contexto.

Todavia, assinalam-se dificuldades ao nível da investigação, em específico a falta de dados estatísticos, nomeadamente com base na opinião pública, sobre temáticas de interesse identificadas, no contexto do estabelecimento de dinâmicas entre políticas internas e externas, como governança, política externa, segurança e intervenções externas, e que possibilitariam inferir o entendimento doméstico sobre as ações desenvolvidas no âmbito externo.

Desta forma, incentiva-se a que, no futuro, haja um investimento, por parte de instituições e organizações nacionais ou internacionais, na recolha de dados estatísticos diretamente relacionados com temáticas de várias áreas de estudo, que se considerem fulcrais para a determinação da opinião pública sobre as mesmas.

Considera-se ainda que a presente dissertação poderia beneficiar de uma investigação mais aprofundada nas áreas da sociologia, da ciência política e da ciência

religiosa, nomeadamente ao abordarem-se temas e estabelecerem-se correlações focadas nas políticas e normas sociais étnicas e religiosas, que caracterizam as várias comunidades que existem na Nigéria, permitindo, talvez, uma melhor compreensão do dinamismo estabelecido entre as múltiplas etnias culturais e religiosas, existentes nas várias regiões da Nigéria. Numa tentativa de delinear um tema, um objeto de estudo e um período temporal, entendeu-se, portanto, que estes temas deveriam ser abordados numa outra possível investigação.

## BIBLIOGRAFIA

- A. Bowen, G. (2009). Document Analysis as a Qualitative Research Method. *Qualitative Research Journal*, 9(2), 27-40.
- A. Koops, J., MacQueen, N., Tardy, T., & D. Williams, P. (Eds.). (2015). *The Oxford Handbook of United Nations Peacekeeping Operations*.
- About ECOWAS*. (n.d.). Retrieved Fevereiro 17, 2024, from ECOWAS CEDEAO: <https://www.ecowas.int/about-ecowas/>
- Adebajo, A. (2000). Nigeria: Africa's New Gendarme? 31 (2).
- Adebajo, A. (2002). Sierra Leone: A Feast for the Sobels. In *BUILDING PEACE IN WEST AFRICA- Liberia, Sierra Leone, and Guinea-Bissau*. Lynne Rienner Publishers, Inc. Retrieved agosto 2024
- Afrobarometer. (2009). *Popular Attitudes toward Democracy in Nigeria: A Summary of Afrobarometer Indicators, 2000-2008*. Afrobarometer.
- Ayam, J. A. (1999). Review of Nigerian Foreign Policy towards Africa: Continuity and Change, by A. Okon. *The Journal of Modern African Studies*, 37(1), 180-182. Retrieved from <https://www.jstor.org/stable/161477>
- Bakare, O. (2019). *The Nigerian-Commonwealth and UN relations Nigeria, from Pariah state to exporter of democracy since 1999*, 5(1), pp. 1-3. doi:10.1080/23311886.2019.1658999
- Blommaert, J., & Bulcaen, C. (2000). Critical Discourse Analysis. *Annual Review of Anthropology*, 29, pp. 447-466. Retrieved 12 12, 2022, from <https://www.jstor.org/stable/223428>
- Britannica. (2024, Fevereiro 14). *Sir Abubakar Tafawa Balewa*. (T. E. Encyclopaedia, Editor) Retrieved from Encyclopedia Britannica: <https://www.britannica.com/biography/Abubakar-Tafawa-Balewa>
- Burchill, S. (n.d.). Liberalism. In S. Burchill, A. Linklater, R. Devetak, J. Donnelly, M. Peterson, C. Reus-Smit, & J. True, *Theories of International Relations* (pp. 56-83).

- Coffie, A., & Tiky, L. (2021). Exploring Africa's Agency in International Politics. *56*(3), pp. 244-246.
- Conversor de Moeda*. (n.d.). Retrieved Junho 19, 2024, from Banco de Portugal-Eurosistema: <https://www.bportugal.pt/page/conversor-de-moeda>
- Cox, R. (1981). Social Forces, States and World Orders: Beyond International Relations Theory. *Millennium*. *10*(2), pp. 126-155.
- Diesen, G. (2015, Junho- Setembro). INTER-DEMOCRATIC SECURITY INSTITUTION AND THE SECURITY DILEMMA: A NEOCLASSICAL REALIST MODEL OF THE EU AND NATO AFTER THE END OF THE SOVIET UNION. *East European Quarterly*, *43*(2-3), pp. 137-161.
- Donnelly, J. (n.d.). Realism. In S. Burchill, A. Linklater, R. Devetak, J. Donnelly, M. Peterson, C. Reus-Smit, & J. True, *Theories of International Relations* (pp. 29-54).
- Ducasse-Rogier, M. (2004). Resolving Intractable Conflicts in Africa: The Sierra Leonean Conflict-. *A Case Study of Sierra Leone*, pp. 15-32. Retrieved Agosto 2024, from <https://www.jstor.org/stable/resrep05531.8>
- Editors, C. R. (2018). *The Liberian Civil Wars: The History and Legacy of the Deadly Conflicts and Liberia's Transition to Democracy in the 21st Century*. Charles River Editors.
- Enuka, C., & Ojukwu, E. C. (2016). Challenges of Nigeria's Foreign Policy. *International Journal of Arts and Humanities(IJAH) Bahir Dar-Ethiopia*, *5*(17), 52-66. doi:<http://dx.doi.org/10.4314/ijah.v5i2.6>
- Etzioni, A. (1968). Mobilization as a Macrosociological Conception. *The British Journal of Sociology*, *19*(3), 243-253. Retrieved Março 2024, from <http://www.jstor.org/stable/588830>
- Falola, T., & Heaton, M. M. (2008). *History of Nigeria*. CAMBRIDGE UNIVERSITY PRESS.
- Fanon, F. (1961). *The Wretched of the Earth*. New York: Grove Press.

- Flemes, D. (2007). GIGA Research Programme: Violence, Power and Security. *Conceptualising Regional Power in International Relations: Lessons from the South African Case*.
- Frank, L. P. (1984). Nigeria and the UN Mission to the Democratic Republic of Congo. In *Book Reviews: International Relations* (Vol. 78, pp. 1172-1173). St. Lawrence University.
- Hopf, T. (1998). The promise of Constructivism in International Relations Theory. *International Security*, 23(1), pp. 171-200.
- Idang, G. J. (1970, set). *The Politics of Nigerian Foreign Policy: The Ratification and Renunciation of the Anglo-Nigerian Defence Agreement*, 13(2), pp. 227-251. Retrieved from <http://www.jstor.org/stable/523471>
- Iliffe, J. (2011). *Obasanjo, Nigeria and the World*. James Currey.
- Inamete, U. B. (1993). *The Conceptual Framework of Nigerian Foreign Policy*, pp. 72-87.
- Iweriebor, E. E. (1982). STATE SYSTEMS IN PRE-COLONIAL, COLONIAL AND POST-COLONIAL NIGERIA: AN OVERVIEW. *Africa: Rivista trimestrale di studi e documentazione dell'Istituto italiano per l'Africa e l'Oriente*, 37(4), 507-513. Retrieved from <https://www.jstor.org/stable/40759619>
- Kratochwil, F. (2008). Sociological Approaches. In C. Reus-Smit, & D. Snidal (Eds.), *The Oxford Handbook of International Relations* (pp. 244-261).
- Lobell, S. E., Ripsman, N. M., & Taliaferro, J. W. (2009). *Neoclassical Realism, The State, and Foreign Policy*. Cambridge University Press.
- Margolis, J. E. (2010). Understanding Political Stability and Instability. *Civil wars*, 12(3), pp. 326-345. doi: 10.1080/13698249.2010.509568
- Martin-Brûlé, S.-M. (2017). Evaluating Peacekeeping Missions. *A Typology of Success and Failure in International Interventions*.
- Nuamah, . R. (2003). *Nigeria's Foreign Policy After the Cold War: Domestic, Regional and External Influences*. Oxford University, t Oxford University's Centre for International Studies.

- Obi, C. I. (2008). Nigeria's foreign policy and transnational security challenges in West Africa. *Journal of Contemporary African Studies*. doi:10.1080/02589000802124748
- Ojakorotu, V., & Adeleke, A. A. (2017). Nigeria and Conflict Resolution in the Sub-regional West Africa: The Quest for a Regional Hegemon? doi:10.1177/0975087817735386
- Ojione, O. C. (2008). Public Opinion and Foreign Policy: *African Journal of International Affairs Analysing Nigerian Reactions to the Asylum Offered Former President Charles Taylor of Liberia*, 11(1), 71-97.
- Olaniyan, T. (1995). Social Dynamics. *Afrocentrism*, 21(2), pp. 91-105.
- Olaoba, O. B., & Ojo, O. E. (2014). INFLUENCE OF BRITISH ECONOMIC ACTIVITIES ON LAGOS TRADITIONAL MARKETS, 1900-1960. *Journal of the Historical Society of Nigeria*, 23, 111-130. Retrieved from <https://www.jstor.org/stable/24768944>
- Olonisakin, F. (2008). *Peacekeeping in Sierra Leone- THE STORY OF UNAMSIL*. Lynne Rienner Publishers, Inc.
- Peace Operations Training Institute. (2010). *Principles and Guidelines for UN Peacekeeping Missions*. (H. J. Langholtz, Ed.) Peace Operations Training Institute.
- Pham, J. P. (2007). *Nigeria's Foreign Policy: An Inquiry into Sources and Prospects*, pp. 1-18.
- Prebisch, R. (1950). The Economic Development of Latin America and Its Principal Problems.
- Quirk, J. (2008). Historical Methods. In C. Reus-Smit, & D. Snidal (Eds.), *The Oxford Handbook of International Relations* (pp. 517-536).
- Rose, G. (1998). Neoclassical Realism and Theories of Foreign Policy. *World Politics*, 51(1), 144-172. Retrieved Março 2024, from <http://www.jstor.org/stable/25054068>

- Singer, H. W. (1949). The Distribution of gains between investing and borrowing countries. *40*(2), pp. 473-485.
- Siollun, M. (2019). *Nigeria's Soldiers of Fortune- The Abacha and Obasanjo Years*. C. Hurst & Co. Ltd.
- Unidas, N. (n.d.). *Nações Unidas- Peacekeeping*. Retrieved 07 26, 2024, from Nações Unidas-Terminologia: <https://peacekeeping.un.org/en/terminology>
- Wallerstein, I. (1974). *The Modern World-System: Capitalist Agriculture and the Origins of the European World-Economy in the Sixteenth Century*. New York: Academic Press.
- Walraven, K. v. (1999). The Intervention in Liberia: Containing Conflict in the Economic Community of West African States:. *Lessons from the Intervention in Liberia, 1990-1997*, pp. 25- 46. Retrieved from <http://www.jstor.com/stable/resrep05413.7>
- Wendt, A. (1999). *Social theory of International Politics*. Cambridge University Press.

